

JULIO BENEGAS VIDALLET



# O MASSACRE DE CURUGUATY

GOLPE SICÁRIO NO PARAGUAI



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

expressão  
POPULAR



# O MASSACRE DE CURUGUATY

JULIO BENEGAS VIDALLET



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

expressão  
POPULAR

Em 11 de julho de 2016, o Tribunal de Sentença do Paraguai condenou, sem provas suficientes, onze camponeses acusados pelas mortes de policiais no que ficou conhecido como Massacre de Curuguaty.

O episódio aconteceu em 15 de junho de 2012 durante uma ação de despejo nas terras Marina Kue. Na ação, um contingente de 324 policiais fortemente armados com fuzis, escudos, bombas de gás lacrimogêneo, cavalos e helicóptero, e cerca de 60 camponeses – metade deles mulheres, crianças e idosos.

O massacre deixou um triste saldo de 17 pessoas assassinadas (11 camponeses e seis policiais). O triste episódio foi usado pela direita paraguaia para destituir uma semana depois, o então presidente da República eleito, Fernando Lugo, por meio de um golpe parlamentar. O vice, Federico Franco, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), assumiu a presidência.

A operação de guerra envolveu não somente um grande contingente militar, mas também etapas posteriores – a prisão dos camponeses, torturas, dificuldades de investigação por órgãos competentes, divulgação manipulada –, de modo a revelar um plano maior, depois revelado com a derrubada de Lugo.

Desde o massacre de Curuguaty, no Paraguai avançou um plano de acumulação acelerado, sem medidas razoáveis de interesse público. Segundo levantamento de organizações ligadas à luta no campo, a produção de grãos transgênicos cobre 3,25 milhões de hectares na Região Oriental. No primeiro ano após o golpe, houve um desflorestamento de 14 mil hectares. Dos 11 milhões de hectares de bosque durante os anos 1950, restaram apenas 1 milhão, a metade nas reservas. O ingresso das sementes transgênicas em 1999, com habilitação legal em 2000, acelerou o desmatamento e a concentração de terra em poucas mãos.

O massacre de Curuguaty no Paraguai tem semelhanças com casos no Brasil, em Eldorado dos Carajás (PA, 1996), Corumbiara (RO, 1995), Felisburgo (MG, 2004). A disputa desigual entre o capital e os trabalhadores do campo envolvendo a questão da terra, independente de fronteira, vitimaram muitos lutadores, como Chico Mendes (AC, 1988), irmã Dorothy Stang (PA, 2005), os castanheiros de Nova Ipixuna (PA, 2010), os índios Yanomami (RO) e os Kaiowaa (MS), para destacar alguns. A luta é antiga e de longa duração!

# O MASSACRE DE CURUGUATY

GOLPE SICÁRIO NO PARAGUAI

JULIO BENEGAS VIDALLET

TRADUÇÃO: CAROLINA DOHMEN

SÃO PAULO, 2017

## FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### DIRETORIA

**Presidente:** Marcio Pochmann

**Vice-presidenta:** Fátima Cleide

**Diretoras:** Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

**Diretores:** Artur Henrique e Joaquim Soriano

### EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**Coordenação editorial:** Rogério Chaves

**Assistente editorial:** Raquel Maria da Costa

**Preparação e revisão:** Jorge Pereira

**Projeto gráfico e diagramação:** Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

**Foto da capa:** local onde ocorreu o massacre (Periódico EA)

**Foto da contracapa:** Organizações de camponeses denunciam que as terras usadas por empresa do agronegócio são de propriedade estatal (CigarraPy)

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

B468m Benegas Vidallet, Julio.  
O massacre de Curuguaty : golpe sicário no Paraguai / Julio Benegas Vidallet ; tradução: Carolina Dohmen. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.  
200 p. ; 19 cm.

ISBN 978-85-5708-078-2

1. O massacre de Curuguaty - Paraguai. 2. Paraguai - Golpes de Estado, 2012. 3. Paraguai - Política. 4. Paraguai - História. 5. Depoimentos. I. Dohmen, Carolina. II. Título.

CDU 323.27(892)(091)  
CDD 321.09

---

# SUMÁRIO

- 7** **PREFÁCIO**  
O MASSACRE DE CURUGUATY E O BRASIL  
*JOÃO PEDRO STEDILE*
- 15** **O MASSACRE DE CURUGUATY**
- 17** O MASSACRE DE CURUGUATY
- 31** AVELINO
- 35** PAI E FILHO
- 41** COMO DORMIR
- 45** OS CASTROS
- 53** ADOLFO
- 59** OS PAREDES
- 63** ROSA MARÍA
- 69** DELFÍN DUARTE
- 73** ONDE ESTÁ RUBÉN?
- 81** A BANDEIRA
- 83** UM IMPONENTE SOL
- 89** ELEUTERIO
- 95** O DELÍRIO
- 97** O MUNDO SEGUNDO AS BALAS
- 99** O QUE ACONTECEU COM FERMÍN PAREDES
- 103** LUCIANO ORTEGA

- 105** SOBRE COMO RUBÉN CONSEGUIU FUGIR
- 111** O REFÚGIO DOS FERIDOS
- 115** ADALBERTO
- 117** LUCÍA
- 121** O CAMINHO DE ROSA MARÍA E JUAN RAMÓN
- 123** UM POUCO DA HISTÓRIA DE PINDO
- 131** O QUE VIDAL VEGA SABIA
- 139** A IMPOTÊNCIA
- 145** HÁ MULHERES...
- 151** O DUELO POLICIAL
- 159** O FANTASMA DA OCUPAÇÃO

## **163 AS TERRAS**

- 165** AS TERRAS
- 171** O USUCAPIÃO
- 175** O ENREDO JURÍDICO ATUAL
- 177** ATUALMENTE
- 179** CAMPOS MOROMBÍ
- 183** A PREOCUPAÇÃO DE TUMA
- 185** NINFA AGUILAR
- 189** POST SCRIPTUM
- 193** EPÍLOGO

## **201 SOBRE O AUTOR**

PREFÁCIO

# O MASSACRE DE CURUGUATY E O BRASIL

JOÃO PEDRO STEDILE

|

Em 15 de junho de 2012, num lugar conhecido como Marina Kué, no município de Curuguaty, departamento de Canindeyú da República do Paraguai (divisa com o estado do Mato Grosso do Sul), ocorreu um irregular procedimento policial-judicial para expulsar camponeses paraguaios sem terra e lá morreram 11 camponeses e seis policiais. Sete dias depois, em 22 de junho, aproveitando a comoção provocada na população, a mídia burguesa local, as organizações patronais oligarcas e os partidos da direita impulsionaram um golpe de Estado, manipulando a figura constitucional do “julgamento político” (equivalente ao *impeachment*), que derrubou o presidente constitucional Fernando Lugo – eleito em 2008, com mandato até 2013.



O golpe de Estado fantasiado de procedimento congressional levou apenas 48 horas, e os advogados do presidente Lugo tiveram apenas cinco horas para preparar sua defesa oral, no Senado. O principal motivo usado foi que o presidente seria responsável direto e teria provocado aquele conflito no campo. Impressionante a manipulação e a rapidez com que as forças conservadoras se moveram para conseguir derrubá-lo.

||

Este livro, do escritor paraguaio Julio Benegas, reconstrói o massacre a partir do relato dos sobreviventes. Marina Kué se apresenta como síntese da situação do campo no país vizinho. A guerra que Brasil, Argentina e Uruguai, a Tríplice Aliança, fez de 1864 a 1870 contra o Paraguai terminou em genocídio de sua população e destruição de sua infraestrutura. Encerrava-se aí uma experiência única entre as repúblicas recentemente tornadas independentes de Espanha e Portugal, como uma nação que tentou um desenvolvimento soberano em relação às metrópoles imperialistas da época.

Os governos oligárquicos que assumiram o poder no pós-guerra no Paraguai entregaram a principal riqueza do país, suas terras agricultáveis e seus bosques – até então em grande parte propriedade do Estado – a uma emergente classe de latifundiários paraguaios e, sobretudo, a empresas de capitais estrangeiros. Desde então, a história do Paraguai é a história da luta pela terra dos

camponeses contra as empresas estrangeiras e os latifundiários nacionais, o massacre de Curuguaty foi um capítulo a mais dessa longa e não terminada história.

Em 1954, assumiu o poder no Paraguai a ditadura militar apoiada pelo Partido Colorado, do general Alfredo Stroessner. Sob tal ditadura, dois outros fatos agravaram os conflitos no campo paraguaio. Por um lado, o governo permitiu aos amigos do poder (políticos, empresários e militares corruptos) se apropriarem ilegalmente de grandes extensões de terra. Por outro lado, quando coincidiu no tempo com a ditadura militar brasileira (1964-1985), ambos os governos estimularam cerca de 500 mil brasileiros – grandes empresários, agricultores medianos e camponeses pobres que pressionavam por terras no Brasil – a ocupar terras no Paraguai, de forma ilegal e com pressão presencial, apoiados por funcionários da ditadura paraguaya, por exemplo, “comprando” terras da reforma agrária que, por lei, não podiam ser destinadas a estrangeiros. Isso provocou, ao longo das décadas, uma reconcentração de terras nas mãos de proprietários de origem brasileira e muitos dos mais pobres voltaram ao Brasil.

Marina Kué tinha sido, até meados do século XX, parte de um gigantesco latifúndio da empresa “La Industrial Paraguaya”. Décadas atrás essa parcela voltou para as mãos do Estado paraguaio, mas Blas N. Riquelme (um empresário corrupto e dirigente do Partido Colorado) se apropriou ilegalmente do terreno, com a complacência de juízes e membros do Ministério Pú-

blico. Há alguns anos, os camponeses do lugar lutam para que essas terras – que desde o ponto de vista legal continuam como terras fiscais –, sejam utilizadas para a reforma agrária.



Em Curuguaty, as forças reacionárias promoveram o massacre para provocar o golpe de Estado. O massacre foi planejado de forma meticulosa, como demonstrado pela defesa nos autos do processo de julgamento dos 11 camponeses imputados e condenados, em 11 de julho de 2016, com penas que variam de 4 a 35 anos. Ao mesmo tempo nenhum dos assassinatos de camponeses foi sequer investigado pelo Ministério Público paraguaio. Os mortos foram vítimas de armas de grosso calibre, que os camponeses não possuíam, diversos deles foram assassinados pelas costas. Comprovou-se que inclusive os policiais mortos foram assassinados por essa armação da própria polícia e direita paraguaya.

Com esse feito, procuraram obter dois resultados ao mesmo tempo: derrubar um governo democraticamente eleito, que tinha compromisso com a população camponesa, e ainda dar uma lição aos sem-terra paraguaios, que pretendiam tornar a ocupação definitiva. Mas sua luta sofreria uma resposta violenta dos órgãos do Estado, associados aos interesses do latifúndio, nacional ou estrangeiro.

Por outro lado, com o ascenso ilegítimo de governos totalmente servis ao capital estrangeiro, foi possível

liberarem completamente o avanço da empresa Monsanto sobre o território paraguayo com sua semente transgênica e seus agrotóxicos, que transformaram o Paraguai em um dos países mais afetados pelas consequências dos venenos agrícolas, na saúde da população e no meio ambiente.

Agora, estão se dedicando a promover “a venda do Paraguai” para que empresas brasileiras transfiram suas fábricas para o país, continuem vendendo no mercado brasileiro oferecendo menores salários e com mínimos direitos sociais. Além de terrenos e todo tipo de isenção fiscal que não tem no Brasil.

Porém, ao longo desses quatro anos, a luta camponesa continuou e, a repressão estatal aos camponeses, também. O desgaste junto à população dos governos que se seguiram ao golpe – o governo tampão, com Federico Franco, o vice golpista que traiu Fernando Lugo, e o eleito, do empresário neoliberal colorado Horacio Cartes – este senhor, por sinal, estava proibido de entrar nos Estados Unidos até pouco tempo atrás. O FBI deve saber porque o proibiu.

Tudo isso mostra que, mesmo quando a direita se utiliza dos métodos mais violentos possíveis, que causam a perda de vidas de camponeses, servidores públicos e policiais, isso não significa resolver os problemas sociais.

E com as desigualdades sociais aumentando, dia mais, dia menos, as lutas voltarão com mais força!

Mesmo no campo institucional, agora a direita está preocupada em impedir a candidatura do senador Fernando Lugo, pois as pesquisas indicam que faria quase 70% dos votos...

Tudo parece uma novela latino-americana, que Gabriel Garcia Marquez e Eduardo Galeano descreveram com preciosismo literário no passado e, que agora se repete, em quase todos os países, inclusive aqui no Brasil. Mudam apenas os nomes de personagens, dos articuladores, traidores, conspiradores e os locais e datas. Confira.

#### IV

A publicação deste livro no Brasil tem por objetivo tornar conhecida a luta dos camponeses e do povo paraguaio. Visa, ainda, denunciar o massacre e o golpe. Despertar a solidariedade de nosso país com a luta camponesa paraguaia. E colaborar com o povo paraguaio, para que vença as forças reacionárias.

As penúrias do campesinato paraguaio começaram como resultado da guerra de extermínio que promoveram, em finais do século XIX, os governos oligárquicos da região, o brasileiro em primeiro lugar, aliados ao imperialismo então dominante. Se no Brasil queremos livrar o nosso povo da opressão que sofre, temos que ajudar a livrar outros povos da opressão que o Estado brasileiro lhes impôs.

Reafirmamos o que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Brasil disse há muitos anos:

somos solidários com a luta dos camponeses pobres paraguaios contra o latifúndio, incluído o latifúndio brasileiro no Paraguai!

Viva a luta do campesinato paraguaio!

Três mães de camponeses e duas  
ativistas de direitos humanos  
acorrentadas ao portão da Corte de  
Justiça reivindicando a sua libertação.  
Foto: CigarraPy



# O MASSACRE DE CURUGUATY

Cinco dos 12 camponeses  
condenados a mais de quatro anos.  
Foto: CigarraPy







## O MASSACRE DE CURUGUATY

Uma bala na cabeça da primeira linha do comando policial derrubou-o. Antes escutou ou pensou escutar *ho'a Fermín, ho'a Castro*<sup>1</sup>. No centro do estampido, na desorientação dos combatentes, caiu sem amparo. Nunca imaginara aquele desfecho, mesmo tendo se preparado para vencer ou morrer<sup>2</sup>. Haviam decidido não abandonar a ocupação daquelas terras sem que fossem mostrados os papéis confirmando que se tratava de uma propriedade de Blas N. Riquelme<sup>3</sup>. Com essa decisão, os ocupantes de Marina Kue esperavam, como era de costume, um diálogo com as autoridades. Não esperavam que um comando de 324 efetivos policiais, liderado pelo Grupo Especial de Operações, ingressasse através de dois acessos naquele barranco onde se estendiam as precárias tendas do acampamento com ordens expressas de tirá-los como fosse de lá. Sobre a ponte do riacho estenderam

---

1. Castro caiu, Fermín caiu.

2. Êmulo da frase proferida pelo marechal Francisco Solano López na batalha final da Guerra contra a Tríplice Aliança. (N. T.)

3. Empresário diretamente ligado à ditadura de Alfredo Stroessner que, durante o regime militar, tomou posse de milhares de hectares de terra pública. (N. T.)

uma barreira contra a anunciada incursão armada. Ali esperariam e dali, como decidiram, não se moveriam. Dias antes, o delegado Arnaldo Sanabria alertara-os do enorme grupo armado que viria para expulsá-los, acompanhado de várias ambulâncias. “*Ikuentave pegueru cajón la orenohẽ haguã ko’águi*”<sup>4</sup>, disse Rubén Villalba. Uma semana antes, um emissário do Ministério do Interior tentou convencê-los de sair em bons termos daquele lugar, de onde já tinham sido despejados movimentos sem-terra em cinco ocasiões. “*Yvy’ỹre mba’ẽicha roikóta, mba’e rojapóta*”<sup>5</sup>, responderam-lhe os ocupantes. Muitos lembram aquele emissário advertindo que era melhor ir para Assunção vender biscoitos e confeitos do que se apegar àquelas terras.

Antes de Marina Kue, Rubén Villalba vivenciara de 16 despejos. É inapelável a sua convicção de que não há outra saída no Paraguai do que recuperar o território agrário familiar, mesmo pondo em risco a vida. “*Hetáma ojejuka la campesino. Matón, policía, capanga, tembi-guái enterovéva de los terratenientes, ojuka la ore irũpe*”<sup>6</sup>, sustenta. Ainda envolvido nesse ar épico, ele deve fazer um grande esforço para não se turbar ao lembrar-se do massacre de Curuguaty. Seus olhos estão a ponto de explodir em lágrimas. Ao lado de um forno para produzir carvão, o seu abrigo noturno, ele não se apressa, esfrega

4. É melhor vocês trazerem caixões se querem tirar-nos daqui.

5. Como viveremos sem terra? O que nós vamos fazer? O que nos resta fazer?

6. Já morreram camponeses demais. Matão, policial, capanga, tudo servidor dos coronéis, matam nossos companheiros.

uma mão na outra e olha para o horizonte que se perde em direção ao imenso *Mbaracaju*<sup>7</sup>. E do arrebatamento anterior revisa as suas palavras, uma por uma as recolhe e dispara sem hesitar: “*Roje-prepará políticamente ro resistí haguã... ore noroimo’ái la outa hague péicha hikuái. Ndoikuaaséi mbá’eve hikuái. Oitypa la ore bandera, ha oike oremosé haguãicha a toda costa...*”<sup>8</sup>.

No serviço militar obrigatório, onde milhares de paraguaios fizeram-se “homens”, Rubén aprendeu a manipular habilmente o fuzil. Na sua época de soldado, obrigaram-no a formar parte de comandos de incursão dos campos para prender dirigentes das Ligas Agrárias, movimento de famílias camponesas perseguido com fúria pelo regime de Alfredo Stroessner. Ainda jovem, não mais de 15 anos, já era utilizado nas tropas de sequestro de famílias camponesas que exigiam terras ou estavam empenhadas em sistemas comunitários de produção e consumo. Um dia, porém, a conversa com uma mulher detida em sua unidade, Artilharia de Paraguari<sup>9</sup>, o tirou, segundo conta, de sua completa ignorância, da profunda escuridão. “*Ore rom-báapo pepeé guerekohaguã yvy, óga, ha peikoporáve haguã*”<sup>10</sup>, ouviu Rubén da boca de uma das presas. *Yvy, óga*<sup>11</sup>... conceitos que interpelavam fundo aquele homem abandonado aos dois anos pela mãe e criado pela vó. Desertou do

7. Bosque a 430 km da capital paraguaia, próximo ao rio Paraná e limítrofe com o sul brasileiro, que fizera parte da Mata Atlântica.

8. A gente se preparou politicamente para resistir. Não imaginávamos que viriam assim, sem se importar com nada. Derubaram a nossa bandeira e entraram para nos despejar a todo custo.

9. Nono dos 17 departamentos (equivalente geográfico de estado) do Paraguai. (N. T.)

10. Nós trabalhamos para que vocês tenham terra, casa e para que possam viver melhor.

11. Terra, casa.

quartel e, depois de uma escala transitória em seu pequeno povoado Quyquyhó, foi vender salgadinhos em frente ao Palácio de Justiça no bairro Sajônia de Assunção, seguindo a ampla onda migratória dos anos 1980.

Rubén Villalba não pensou ter que enfrentar uma intervenção policial com as características de Marina Kue. Duas linhas armadas, encabeçadas pelo chefe das Operações Especiais, Erven Lovera, oprimiram os ocupantes, rompendo a barreira imposta pela bandeira paraguaia e uma inscrição de vencer ou morrer. Atrás da primeira linha armada, os soldados da cavalaria, os capacetes azuis<sup>12</sup> e efetivos da Fope e lá encima um helicóptero sobrevoando a ocupação desde as seis da manhã.

Rubén Villalba apostava a própria vida. Com uma criança de 3 meses e uma mulher jovem ao lado, precisava mais do que nunca de um lugar para recriar-se, redimir-se, reconstruir sua história. Marina Kue era uma oportunidade maravilhosa para esse projeto. Uma colina para assentar as casas, um lago para imaginar que o mundo ainda era um lugar a ser apreciado, um riacho que separava em sua trajetória um trecho dos territórios mecanizados e, ao fundo, um bosque de uns 900 hectares. Aos 47 anos, e depois de ter liderado várias disputas territoriais, tinha ficado definitivamente desamparado. De sua última morada, a comunidade de Pindo, Yasy Cañy, fora “convidado” a sair pelo comitê das mulhe-

---

12. Nome com que são conhecidos no Paraguai os policiais antimotins.

res por se juntar a uma jovem tendo outra família. Em Pindo, no entanto, lembram-se dele com admiração e reconhecimento por ter conduzido a defesa da comunidade diante do avanço da soja transgênica. Naquela ocasião juntara e instruíra os jovens sobre a impossibilidade de conviver com as sementes transgênicas, essas que usam veneno que contamina a célula placentária das mulheres, causa deformidades nas crianças, inúmeras enfermidades dermatológicas, respiratórias e cânceres, tal qual o determinara o Centro Nacional de Investigação da França.<sup>13</sup>

A promotora de Justiça Ninfa Aguilar, a mesma que dirigiu o operacional contra os ocupantes de Marina Kue, conhecia bem o caráter resoluto de Rubén Villalba. Em uma das tentativas de despejo, a comunidade de Pindó, então liderada por ele, tinha desarmado e tomado como reféns os policiais e promotores. Logo resistiram ao contra-ataque de mais cinquenta capacetes azuis e um grupo de agentes policiais armados. Daquela vez, aconselhou-lhes a pensar muito bem no que fariam porque, para eles, a recuperação dos territórios completamente desmatados para a plantação de soja era questão de vida ou de morte. Os promotores olharam-se, olharam-se os policiais e, no final, não ousaram reprimir toda uma comunidade levantada para se defender. A decisão de não reprimir esse pequeno povoado provocou a rebelião dos fazendeiros brasileiros que compraram uns 170 hectares

---

13. Marie-Monique Robin, *O mundo segundo a Monsanto*. Assunção: Península, p.128.

para ampliar o mundo da soja, incluída a área da fonte de águas comunitárias. Ao ser convidado a abandonar Pindo, Rubén Villalba teve asilo em outra ocupação, posicionada bem na frente de María Kue, ao atravessar a estrada principal, em uma pequena parcela daqueles 98 hectares também usurpados por muito tempo por Campos Morombí<sup>14</sup>. Naquele lugar, já sede de uma antiga ocupação, Yvypytá, encontrou-se com outra pessoa que havia posto todas as fichas em conseguir um terreno maior para cultivar desde que decidira junto a sua mulher não trabalhar mais como capatazes: Avelino Espínola, outra peça-chave da ocupação massacrada naquela sexta-feira de 15 de junho de 2012.

Apelidado Pindu, Avelino esteve presente nas seis ocupações de Marina Kue. Robusto, de frases curtas e contundentes, entrou em Marina Kue pela primeira vez no ano 2004, dias depois de o governo de Nicanor Duarte Frutos decretar a transferência ao Indert<sup>15</sup>, para fins da reforma agrária, daquelas terras doada pela La Industrial Paraguaya em 1967 à Armada Nacional. Avelino sabia que eram terras públicas e também conhecia a tentativa falida de Campos Morombí, de Blas N. Riquelme, de se apropriar legalmente delas por usucapião. Ao serem decretadas terras do Indert para Reforma Agrária, os advogados de Campos Morombí usaram um recurso judiciário histórico dos mais pobres, o direito

---

14. Latifúndio de Blas N. Riquelme constituído por várias parcelas de terrenos públicos. (N. T.)

15. No Paraguai, Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra. (N. T.)

de uso, antigo direito de ocupantes em uma sociedade que carecia de papéis e que se recriara sem Estado após o extermínio do Estado-nação durante a Guerra Grande<sup>16</sup> (1864-1870). Os advogados se opuseram ao Estado, então proprietário do terreno embora sem registro, mas à Industrial Paraguaya S.A. (Lipsa), que já nada tinha a ver com esse pedacinho de milhares e milhares de hectares conseguidos depois da Guerra Grande. A Procuradoria Geral da República saiu do litígio. Em um processo sumaríssimo, sem intervenção da Procuradoria ou do Indert, conseguiram a resolução favorável do Judiciário, mas, tamanho erro, com o laudo em nome de outro imóvel e longe do terreno reivindicado pelos camponeses. A acusação, os juízes e a polícia atuaram intermitentemente expulsando desse território as famílias camponesas em razão de sabe-se lá qual ferramenta legal. Descoberto o erro naquele laudo, a promotora já não ousou utilizá-lo como recurso legal e, para precaver-se e lavar as mãos, o juiz José Benítez emitiu uma ordem de inspeção, e não de despejo como foi difundido quando se soube dos resultados daquela ilegal incursão policial e judiciária.

Sobre essa situação claramente demonstrável, os últimos ocupantes tinham declarado sua terminante decisão de não abandonar aquelas terras outra vez. Prepararam-se, então, para resistir ao despejo, com umas dezoito es-

---

16. Uma das transnomações da guerra mais conhecida no Brasil como "Guerra do Paraguai". (N. T.)



pingardas de um tiro, um rifle de dezoito tiros e um revólver calibre 38.

Dois meses e quinze dias foi o tempo em que Rubén Villalba esteve na ocupação. Posicionaram-se primeiramente em uma planície mais próxima ao território mecanizado. Nesse lugar, segundo lembra, eram objeto permanente de tiros pro ar dos “capangas”. No começo de maio, com capuzes e espingardas, decidiram enfrentar os guardas armados que viviam numa casa no barranco. Por serem minoria, os guardas abandonaram o lugar: um mirante natural de onde se vê o lago, o riacho e a extensa plantação de soja que chega às bordas da estrada principal sem cobertura florestal, um dos delitos humanitários e ambientais mais frequentes do avanço da produção de sementes transgênicas.

Na ocupação eram amedrontados pelos guardas civis armados e, a partir da estrada, os policiais enviavam ameaças. Foi assim que a presença do contato do ministro do interior, Élvio Cousirat, no dia 7 de junho de 2012, longe de diminuir a tensão e abrir um diálogo com os ocupantes, exacerbou os ânimos. Cousirat, diretor de Relações Institucionais do Ministério do Interior, pasta então dirigida pelo senador Carlos Filizzola, reuniu os ocupantes e informou que já estava pronta a ordem de inspeção, dizendo que seria melhor sair pacificamente do lugar.

Avelino se levantou do chão e falou para Cousirat:

“*peguerúrô la kuation hêihápe ke la Marina Kue Riquelme mba’êha, ore rosêta ko’águi*”<sup>17</sup>.

– *Peguerúna la kuation!*<sup>18</sup> – desafiou.

Não existiam papéis que comprovassem que aquela propriedade era de Riquelme. Cousirat insistiu enfatizando que toda a intervenção armada já estava pronta, acrescentando que Montada participaria da operação.

– *Mba’êicha piko ejército oñemôita paraguayoyo contrape*<sup>19</sup>  
– reagiu Avelino. *Kóa ko yvy Estado mba’e, mba’êicha Estado oñemôita Estado contrape.*

– *Ore roikotevê la yvyre. Ko yvy ndaha’êi Riquelme mba’e*<sup>20</sup> – interveio Néstor Castro.

– *Moó rohóta, mba’e rojapóta yvy’ÿre*<sup>21</sup> – reforçou Luciano.

Não havia jeito. Era um diálogo no qual a sem-razão determinou o final quando Cousirat, já sem elementos de persuasão, lhes disse: “*Ikuentaiteve peho pe vendé galletita ha caramelo calle Última-pe*”<sup>22</sup>.

Rubén, Avelino e sua gente, que já não estavam muito em si, contiveram a raiva a duras penas. Avelino repetiu que era vã uma intermediação sem os papéis que confirmassem a suposta propriedade de Blas N. Riquelme. Cousirat, o funcionário Néstor Ortellado e o sub-

17. Se vocês trouxerem os papeis que comprovam que essa é terra do Riquelme, a gente sai.

18. Tragam o documento!

19. Como é que pode o Exército ser usado contra paraguaios? Esta aqui é terra do Estado. Como vão usar o Estado contra o Estado?

20. Nós precisamos da terra. Esta terra não é do Riquelme.

21. Aonde iremos, o que faremos sem terra.

22. É melhor irem vender confeitos na Rua Última (Assunção).

oficial Mauro Gauto se retiraram sem resultados. Era cada vez mais iminente a operação policial.

Alguns dias antes, outra conversa, dessa vez com o delegado Arnaldo Sanabria, alçado a chefe da Polícia Nacional na semana posterior ao massacre, fora ainda menos alentadora. Sanabria ligou para o celular de Rubén Villalba contando que estavam preparando um operativo com muitas ambulâncias; da Cidade do Leste iria para lá gente sem piedade da própria mãe. Mais do que ambulâncias teriam que trazer caixões, teria respondido Villalba, uma resposta secundada por vários dos ocupantes armados. “*Ore rohóta, peikuaa peẽ pejapóta-va*”<sup>23</sup>, disse Sanabria antes de desligar. Seus companheiros ouviram pelo alto-falante do celular e Rubén então lhes perguntou *mba’e jajapóta*<sup>24</sup>. Segundo ele, muitos dos que lá morreram responderam: “*ndajaguevimo’ái ni un paso, ko’ape ñaha’aróta chupekuéra. Entonces, rojagarra coraje ha rojeprepara políticamente*”<sup>25</sup>.

Naquele 15 de junho, o grupo que se preparava para a defesa do território ocupado levantou-se às três da manhã. Rubén lembra que – algo que não pudemos confirmar com outras entrevistas –, para tomar coragem, saíram em caravanas de motocicletas até a comunidade onde estão assentados os fazendeiros de soja brasileiros, ao redor do portão da entrada às terras de Marina Kue. No percurso, com bandeiras paraguaias

23. Façam o que quiserem, mas que a gente vai, a gente vai.

24. O que a gente faz?

25. Não recuaremos. A gente espera aqui, toma coragem e se prepara politicamente.

e buzinas, ele gritou “viva o Partido Comunista, viva Ananias Maidana<sup>26</sup>”. Estenderam três fios de arame sobre a ponte como barreira, envolvida com a bandeira paraguaia e uma insígnia em carvão de vencer ou morrer. Prepararam os lenços com sal para suportar os gases lacrimogêneos e aguardaram em clima de alta incerteza a presença policial. O helicóptero da Polícia Nacional sobrevoava desde as seis da manhã. Os ocupantes esperavam uma só linha de incursão através do portão de acesso de Ybyrapytá, comunidade mista de brasileiros e paraguaios. Outra linha policial desde Hacienda Paraguaya avançava pelas sinuosas ladeiras.

Para Erven Lovera, o comandante do Grupo Especial de Operações, aquela era mais uma das tantas ações às quais tinha se acostumado. Altamente especializado em operações de assalto, muitas vezes estivera encarregado de desalojar camponeses dos latifúndios. A esposa, uma professora da primeira série no Colégio Nacional de Ñemby, não advertiu nada particular na última ligação do marido. Falaram das crianças e despediram-se sem mais. Era pouco ou nada o que o marido acostumava a contar sobre o trabalho. Sempre em outros lugares, ela havia se acostumado às visitas quinzenais e a criar os filhos em uma casa cuja primeira habitação construíram com as próprias mãos. Namorados desde os tempos do colégio na cidade de Ybucu’i, quando ela foi estudar em San Lorenzo e ele cursar a Academia Militar, casaram-

---

26. Líder do Partido Comunista paraguaio, falecido em 2010. (N. T.)

-se e avançaram no projeto histórico de criar e recriar a espécie em uma família contida. O pai de Erven vivia satisfeito de ter forjado um filho de hierarquia na polícia e um filho militar, chefe de segurança do presidente Fernando Lugo, com esse esforço em cultivar a terra e cuidar do gado. Enfim, filho de camponês, como quase todo policial paraguaio, Erven dedicou boa parte da carreira à função de despejar camponeses dos latifúndios, função parecida à qual Rubén Villalba, em seus anos adolescentes, renunciara. Antes de entrar, Erven, inquieto, mascava um chiclete e respondia às indicações de Sanabria com um *sim, não há problemas, assim o faremos*. Ainda com algumas espingardas em mãos dos ocupantes que vislumbrou do helicóptero, não havia razões para o despejo de cerca de 60 pessoas de Marina Kue ser um perigo maior. Dois dias antes, Lovera recebera a ordem de aprontar o pessoal que iria de Cidade do Leste para Curuguaty. Chegaram na noite do 14 de junho. Uma linha de frente de metralhas atrás dele, apontando diretamente para os ocupantes e outra, encabeçada pelos antimotins, os rodearia. Operação simples. A promotora Ninfa Aguilar ficaria longe da ocupação. O delegado Sanabria e outros agentes policiais preferiram a retaguarda. Essa gente, que sabia da decisão dos ocupantes, não liderou a operação. Mandaram diretamente o grupo de ação, com o qual não haveria diálogo como esperavam os ocupantes e também não observaria o famoso protocolo do Ministério do Interior que consistia

basicamente na proteção de crianças, mulheres e idosos. Os ocupantes imaginavam que a polícia ficaria na barreira improvisada, que respeitaria a bandeira paraguaia e que poderiam aproveitar esse detalhe para convencê-los da sem-razão do despejo. Mas não. Erven e sua gente derrubaram a barreira e avançaram resolutos, sem diálogo, para expulsar os sem-terra. Os camponeses não esperavam tamanha ofensiva.

– *Hetaiteréi hikuát*<sup>27</sup> – disse sentido Avelino.

– *Mba'e jajapóta?*<sup>28</sup> – perguntou Fermín Paredes.

– *Japytáta ko'ápe, ñaha'aróta chupekuéra* – respondeu Avelino. *Oñemongetavaerã ñanendive*<sup>29</sup>.

---

27. São muitos.

28. O que vamos fazer?

29. Espere ele aqui. Eles têm que conversar com a gente.



## AVELINO

Avelino tinha jurado que de lá não o moveriam. Esse meio hectare onde se afincou, a uns três quilômetros de Marina Kue, com a sua esposa e um de seus filhos, não era suficiente para o cultivo de consumo próprio, muito menos para aquele voltado à comercialização. Ainda nesse terreno estreito, suas habilidades com o gado, experiência adquirida em fazendas, ajudou-o a manter uma dúzia de bezerras como principal capital e a perícia da sua mulher no rancho, com a cria de galinhas, patos, guinés, porcos e a manutenção de uma nutrida horta familiar, assegurava o sustento. Marina Kue lhe tinha entrado na pele e no sangue até convertê-lo em devoto irredimível daquela causa. Tinha-lhe entrado na cabeça como uma história pessoal, algo que talvez o redimisse e nos lembrasse aquela base principal do homem e a mulher livres do Paraguai: a terra própria. Sua aposta, para o que considerava um eminente futuro, era tamanha que se comprometeu, duas semanas antes do massacre, a conseguir 10 milhões de guaranis<sup>30</sup>

---

30. O equivalente aproximado a R\$ 6 mil. (N. T.)



para pagar a medição das terras ocupadas. Impetuoso, depositou sua palavra sem pensar como iria conseguir a quantia.

– *Ha ñavenderõ ñande róga?*<sup>31</sup>, especulou com Isabel, sua esposa, sem encará-la, duas semanas antes da tragédia.

Ela o escutou em silêncio e pensou que seu marido falava sem pensar. Aos seus quase 60 anos, Isabel Iglesias já não considerava uma opção começar um novo ano com as mãos abanando. Não disse nem que sim, nem que não, respondeu com o silêncio. O assunto ficou no ar nesse caminho permissivo do mundo camponês. Ave-lino sabia que o silêncio era resposta, um não, um contundente adversativo que no mundo guarani geralmente é expresso com silêncio e raramente com a confrontação. Não mais insistiu no assunto aquela manhã. Tendo terminado seu mate<sup>32</sup>, foi cuidar dos bezerras enquanto ela começava a preparar *rora kyra*<sup>33</sup>. Foi o último mate com o seu marido.

– *Mba'éiko oiko mo'ã orehegui la rovendeguive la ore róga?*<sup>34</sup> – perguntava-se agora Isabel. Ela sabia que a decisão estava nas mãos do *karai*<sup>35</sup>. Era o que ocupava Ave-lino ultimamente, conseguir os 10 milhões de guaranis

31. E se a gente vender o rancho?

32. Infusão de erva mate típica do Paraguai, muito parecida ao chimarrão, frequentemente tomada na alvorada antes do café da manhã. (N. T.)

33. Mingau à base de milho branco, também conhecido como curau no Nordeste ou canjica no sul. (N. T.)

34. Qual teria sido a nossa sorte se tivéssemos vendido o rancho?

35. Homem, senhor.

que prometera para a medição judicial, um passo a mais na missão de legalizar a ocupação, estabelecer as fronteiras, parcelar o terreno a cada dez hectares, localizar a reserva da mata, as trilhas, o campo comunal...

Nas palavras de Isabel, *roipota petẽ yvy tuichavéva porque ko'ápe hasy la reñemitỹ haguã, ndaikatúi roguereko animal. Roguerékórõ la animal roguereko pe rutakótare ha roproduciseve mo'ã yvy tuichavéape ikatuhaguãicha la roñemantene romanopeve ha ore familia kuérape*<sup>36</sup>. Em uma parcela de meia hectare *ore rojoguajey avati, mandí'o, jety, kumanda, manduvi ha la orerymbakuérape avei rojogua la hembí'urã*<sup>37</sup>. María Isabel teve só um filho com Avelino, que antes disso tinha ficado viúvo com onze filhos já maiores.

---

36. Queremos uma terra maior, porque aqui é difícil plantar e ter animais. Se os temos, os deixamos na beira da estrada. Queríamos produzir numa terra maior para nos sustentar e sustentar nossa família.

37. Compramos outra vez milho, amendoim, macaxeira, batata e também devemos comprar comida para os animais.



## PAI E FILHO

Nessas semanas anteriores, a umidade penetrara na pele dos ocupantes e em muitos casos afetara seus pulmões. Frios, chuvas e calores vaporosos e intempestivos impediam os colchões de se sacudir completamente da umidade. Esse rarefeito junho e a precariedade da ocupação encarregaram-se de recluir Don Barrios em sua casa, no assentamento Mandua'ará, Yasy Cañy, nos dias prévios ao massacre, e provavelmente o salvaram, na sua idade e em seu estado de saúde, de uma morte segura, mas não da tremenda culpa por ter enviado dois dias antes o seu filho Richard Barrios, então com quinze anos, para entregar as provisões ao irmão, Luciano. Ao irmão maior também custa esconder a culpa por não ter salvo Richard da arremetida da montada e a surra que lhe deram em seguida. Ou deixava-o ali entre a montada e as balas, ou sucumbia ele no meio da confusão, diz ele, com um tom de voz grave e prestes a se quebrar. Luciano viu como o seu irmão menor ficava preso entre

a montada, viu quando foi atropelado por um cavalo, como caiu, mas “*ndaikatúi arescatá, che agarrata hikuái, entonces ahejántema chupe*”.<sup>38</sup>

Um chinelo gasto, uma camisa surrada, um rosto moreno embutido em um boné no qual mexe com as mãos a cada instante, pede um cigarro, alguém estende um Kentucky que ele leva aos lábios e suga vorazmente. Receoso, parece advertir uma sombra carcerária e tortura a cada silhueta desenhada desde o outro lado do rio. É magro, baixinho, moreno. Na improvisada balsa esticada com grossas cordas de nylon, parece diminuto ao lado do aldeão que foi recolhê-lo da selva em uma moto. Nessa manhã de sol limpo, reparadora, boa para estender os trapos úmidos, lamber as feridas e fechar os vazios da alma, pegaram Rubén Villalba. Uma foto dele despojado de tudo, com esse rosto de espanto mal-curado, atrás um policial emascarado, fazendo com os dedos o V da vitória, percorreria as capas dos jornais no dia seguinte. À medida que a balsa avança lentamente, seu pai, Don Barrios, apenas se contém nesse corpo tenso, as mãos cheias de calos e os grossos pés metidos em um chinelo de sola antiga, curtida por um bom tanino, o orvalho e a terra vermelha de sua lavoura. Seus olhos chorosos olham para baixo e se inventam círculos na terra removida com os pés. Como abordar? O que dizer? Como reparar o sentimento de culpa pela tragé-

---

38. Não podia resgatá-lo porque me prenderiam. Então o abandonei.

dia do filho mais novo ensanguentado, com hematomas, preso aos seus quinze anos, que fora substituí-lo na ocupação por ter ele adoecido. Aquele que Luciano, o irmão maior, impotente, viu ser pisado pelos cavalos. Don Barrios sente a necessidade de um abraço, Luciano ainda mais com esse ar de desamparo, mas só consegue juntar as mãos para pedir a benção e em seguida estreitá-las com as de seu pai. É o primeiro encontro com o pai depois de ter se refugiado nos confins de Canindeyú<sup>39</sup>, onde leva uma vida dura se sustentando com bicos que faz em fazendas até os capatazes pedirem sua carteira de identidade. Com o pai e o aldeão, procuramos uma sombra escondida para conversar. Luciano olha para trás, pros lados, desconfia até do rumor dessa mansa água do Curuguaty'y, da folhagem removida pelo *teju*<sup>40</sup> ao seu passo. O mundo tem sabor de pasto úmido, terra morena, *mba'ysyvo* y *guavira*<sup>41</sup>, pés macerados pelo pó, o calor e o frio úmido da intensa noite e a trilha sonora de ñakyrã y *jeruti*<sup>42</sup>.

Luciano, de 31 anos, não se imagina no mundo sem terra, e ocupar um latifúndio não é coisa estranha para ele e para a absoluta maioria dos jovens e adultos que no dia do massacre estavam em Marina Kue. De fato, a existência de populações humanas em Canindeyú deve-se essencialmente às ocupações estabelecidas por sem-terra após

39. Departamento (equivalente geográfico de Estado) situado na fronteira com o Brasil. (N. T.)

40. Espécie de lagarto.

41. Plantas silvestres.

42. Cigarra e jeruti, uma ave muito parecida à paloma.

a queda de Alfredo Stroessner (1954-1989). Assim, é possível citar um rosário de ex-latifúndios ocupados por camponeses em Curuguay e Yasy Kañy, os dois distritos mais populosos do Departamento, desde Maracana, Santa Catalina, Acepar, Brítez Cue, Araújo Cue, Carro Cue, Ka'i Cue, Yvypytá, Tava Yopói...

Também não é estranho aos sem-terra que algum sicário se encarregue da vingança dos latifundiários, como ocorrera com o líder da comunidade de Santa Catalina, Mariano Jara, atingido em sua casa pelas balas de um sicário brasileiro que depois de ser pego pelos vizinhos foi liberado rapidamente por ordens, segundo várias testemunhas, do ex-deputado Julio Colmán e do dirigente colorado Pío Ramírez, pai de Tigre Ramírez, popular ex-jogador do time Cerro Porteño. Mas naquele 15 de junho Luciano também não imaginava enfrentar aquele exército de desocupação; ele, que já estivera no último desalojamento de mais de 600 pessoas; ele, filho de antigos ocupantes, não imaginava uma incursão daquelas características para tirar do lugar sessenta pessoas, entre elas mulheres e crianças.

– *Tuicha mbáe la oiková'ekue upépe*<sup>43</sup> – reconhece ele, esfregando as mãos.

Aos seus 31 anos, Luciano não se imaginava no futuro sem terra. Assim como esteve em Marina Kue, também se uniu àquele acampamento na frente da pro-

43. É algo muito impressionante o que aconteceu ali.

motoria de Curuguay, em um reclamo de justiça até ser indiciado por perturbação da paz pública, invasão de propriedade privada e inúmeras coisas que em sua cabeça só soam como problemas. “*Añe a problema kuri upépe*”<sup>44</sup>, lembra.

Ao saber que Rubén Villaba e Avelino Espínola encabeçavam uma ocupação, ele se uniu sem pesar. “*Moõiko aháta, mba’éiko ajapóta*”<sup>45</sup>, se pergunta sem parar, em uma sombra do bosque de um uma curva do rio Curuguay’y. “*Aipota la yvy, entonces ahajey, pero ndaha’évéima la misma situación, ocambiapa, otro hendápe oñe arma la equipo. Upépe apytántema.*”<sup>46</sup> Permaneceu por quase dois meses em Marina Kue durante a última ocupação. Luciano olha para o seu pai como esperando uma aprovação, talvez um perdão, talvez um perdão por não ter salvo o irmão menor daquela brutal turbação. Seu pai se sente pior por ter enviado R.B. para a ocupação.

– *Emombe’upaitekatu la reikuaamíva che hijo, ndaikatúí péicha jaikove, ikatúko koã gente ñande ayudambé*<sup>47</sup> – diz Don Barrios.

Luciano já não podia se imaginar num lugar fora de Marina Kue. Onde poderia parar? O que mais poderia fazer? Nos últimos dias da ocupação ficara comovido ao ver o pai lá com os seus problemas bronquiais. Ele

44. Tive problemas lá.

45. Para onde ir? O que fazer?

46. Quería a terra. Então, fui para lá outra vez. Mas não era como a anterior ocupação. O grupo se armou em outro lugar. Então, eu fiquei.

47. Conte tudo o que você sabe. Não podemos viver assim. Talvez essa gente possa ajudar.



insistiu para que fosse para casa repousar. “*Imbeguémako háe. Cherakate’y hese porque háe imbeguéma, ikatu ojeapeligrá*”<sup>48</sup>, diz, diz a si, sem poder recuperar a mínima calma.

A Luciano coube estar à frente naquela ocasião. Integrou-se aos quatro homens machadeiros que avançavam rumo a Pindu, antecipando-se para enfrentar a ofensiva policial.

– *Epyta upépe, ñañemongeta* – disse Avelino à polícia. – *Pepyta upépe*<sup>49</sup> – repetiu, desfundando o machado.

---

48. Ele vai ficando lento. Gosto demais dele e tinha medo de que acontecesse algo perigoso.

49. Fique aí, vamos conversar. Fique!

## COMO DORMIR

Naquela madrugada de 15 de junho, Rubén acordou às três sem ter dormido muito profundamente pela tensão do anúncio do despejo e também pelo choro de seu bebê de três meses, acolhido entre os seios de RV. Exausta pelas exigências do bebê, RV, de dezessete anos, não percebeu que o pai de seu filho já estava preparado para a resistência. Às quatro da manhã foi acordar alguns que ainda estavam em suas camas. Que cada qual vestisse o que pudesse, sapato, bota, evitar chinelos. Os que possuíam espingardas, espingardas, e os que não, machados e foices. Organizaram-se linhas de quatro com cinco homens em cada. Os machadeiros no meio e os espingardeiros nas laterais. Pindu, por si madrugador, estendeu a grande bandeira paraguaia sobre a ponte como trincheira. Ali deveriam ficar os policiais segundo o pensamento dos sem-terra. Acreditavam na razão, em algum sentido lógico da história nesse extenso território ocupado principalmente pela produção transgênica. *“Pindu omôi peteĩ bandera paraguaya tuicha, oipyso en el*

*medio ropyta haguã rojapo la conversación, pero umi otro ndojapói la conversación, ndoikuaaséi mba'ëve, maque omongu'è la tambo, omombo la bandera haojámavoí voi upépe*<sup>50</sup>, lembra Luciano.

A arremetida policial foi coordenada desde o helicóptero Robinson da Polícia Nacional. Quando os dois grandes cordões acurraram os ocupantes entre o riacho, o lago, a vala e o fundo do bosque, desde cima ouviu-se: “dale atraco”, “dale atraco”<sup>51</sup>. O comando de metralhadoras do Grupo Especial de Operações (GEO) avançava *oñesũhápe*<sup>52</sup>, em posição de tiro, com o cano apontando de um lado para o outro do horizonte da ocupação. “Camponeses, rendam-se”, ouviu-se também desde o helicóptero atreador que nesse momento sobrevoava rasante o acampamento. Ao sentir que a espiral da violência poderia chegar a cenários de delírio, Rubén Villalba e Avelino Espínola ordenaram que as mulheres e crianças se retirassem em direção ao acampamento.

O GEO atravessou a barreira camponesa sem vontade de conversar e habilitou o deslocamento de todas as forças repressivas sobre o movimento camponês. Rubén Villalba enfrentou Lovera dizendo “*mba'ère peju péicha. Oi orendive kuña ha mitã. Pepytána ñañemongeta*”<sup>53</sup>.

50. Pindu estendeu a barreira para que os policiais parassem ali para conversar. Mas eles não queriam saber de conversa nenhuma. Removeram a barreira, derrubaram a bandeira, e se aproximaram de nós.

51. Peguem eles, peguem eles / Desçam o pau, desçam o pau.

52. De joelhos.

53. Por que fazem isso? Têm mulheres e crianças entre nós. Parem, vamos conversar.

– *Pesē campesino ko'águi, pesē*<sup>54</sup> – ouviram Erven dizer, empurrando Rubén, o qual, ao se recuperar, o pegou pelo suspensório do uniforme, Rubén ouviu um primeiro disparo, um segundo, Rubén a quem queimavam os dedos a 38, 9 milímetros. O oficial Sánchez abordou Avelino, tentando arrebatá-lo o machado. Avelino, que o sacava para levantá-lo no ar. “*Epyta upépe, oficial*”, disse. “*Epyta upépe*<sup>55</sup>”, repetiu com o machado levantado na mão direita e um estilingue na esquerda. Atrás de seus comandantes, os primeiros fuzileiros do GEO não perdiam Avelino de vista, e ele, apostando tudo ou nada por aquelas terras, pensava inclusive em vender o seu rancho para fazer a medição judicial da área. Os fuzileiros do GEO não tiravam os olhos de cima de Avelino que tinha jurado não ser mais, sob nenhuma circunstância, peão nem capataz de fazenda. Atrás dele, com um machado na mão, Luciano não cabia em si. Olhou para o irmão menor no meio dos machadeiros e se viu completamente encurralado e indefeso. Ninguém contemplava belo lago, nem se detinha a sonhar aquele futuro iminente que fugia das mãos, naquela pequena altura onde podiam ter instalado as casinhas, esses territórios mecanizados que poderiam ser muito bons para a macaxeira, o feijão, o milho, e os bosques, bons para a chuva, o *piroy*<sup>56</sup> da tardinha, o carvão e o *jepé'a*<sup>57</sup>.

---

54. Saiam camponeses, saiam camponeses.

55. Fique aí.

56. Frescura.

57. Lenha.

Avelino, o mais antigo líder da ocupação de Marina Kue, com o machado em riste, afrontava corpo a corpo o oficial Sánchez. Rubén Villalba fazia o mesmo com o próprio Erven Lovera, com Erven Lovera que, ainda nervoso, tinha imaginado mais, talvez um camponês morto, talvez dois, por que não, se a história da luta pela terra está regada de sangue e balas sicárias. Longe dali, a promotora Ninfa Aguilar aproveitava o tempo para tomar o café da manhã. No rádio, em seu programa diário *Contatos*, o ex-deputado Julio Colmán incitava a tirar de lá pelas orelhas os “terroristas”. O sol esplendoroso enxugava o orvalho dos campos mecanizados e revelava a terra vermelha que à altura da ocupação, através de uma das entradas, serpenteava em barrancos. Os camponeses perceberam muito tarde que estavam encurralados. Tinham esperado uma só linha policial para enfrentar, com intenção de diálogo e mediação, sobre uma ponte sobre o riacho onde improvisaram uma trincheira tricolor<sup>58</sup> e um cartaz com insígnia em carvão de *vencer ou morrer*. No barranco, desde onde se vê o lago e se desveste o imenso vale curuguatenho, flamejava timidamente outra bandeira paraguaia, pendurada de um estreito e curvado pedaço de madeira.

---

58. Refere-se à bandeira do Paraguai. (N. T.)

## OS CASTROS

Aos seus 29 anos, Néstor Castro também estava disposto naquele dia a resistir às balas da ordem estabelecida. Cansado de tantas mentiras, de tantas idas e vindas políticas, de estar perto de algo para depois ficar uivando a sua raiva e resignação depois de cada despejo, Néstor Castro havia se afirmado em sua verdade, a verdade que o levava a esse destino brutal desde o mesmo momento em que soube que aquela terra tão boa para o cultivo e seguramente para o pastoreio pertencia ao Estado paraguaio e que por decreto tinha sido transferida ao Indert para a Reforma Agrária. Essas terras imediatamente solicitadas por ele e pela primeira comissão de vizinhos, Naranjaty e que, por engano de alguns dirigentes e confeitos dos procuradores de Blas N. Riquelme, foram desocupadas nesse momento, em 2004, e que, depois de ter-lhes sido prometida por cinco meses, foi-lhes negada com o argumento de que já eram reserva, que Riquelme já tinha ganho o recurso de usucapião, que talvez a próxima, que eles poderiam mudar para ou-

tro lugar, não ali, enquanto Campos Morombí já tinha alugado a maior parte sua “reserva natural” aos produtores de soja. Néstor sentia que não mais poderiam lhe arrebatar aquele promissório futuro. Assim como em 2004, com a publicação de que essas terras eram públicas e que eram repassadas ao Indert para serem distribuídas entre famílias camponesas, há um bom tempo o elemento novo e contundente a que se podia agarrar era o descobrimento de que aquele recurso de usucapião apresentado por Campos Morombí tinha saído em nome de outro imóvel e não daquele em disputa.

– *Ndaikatuvéima ñanenuhẽ ko’águi che hermano* – disse para Adolfo, um dos irmãos menores. Ñandembá’éma ko yvy<sup>59</sup>.

Certo estava também Adolfo Castro de que aquela terra estava destinada a eles e que os policiais viriam dialogar no 15 de junho. A inexistência de um documento que demonstrasse a propriedade do terreno em nome de Blas N. Riquelme era razão inapelável entre os ocupantes, ainda mais porque promoviam-se das próprias dependências do Indert em Curuguaty, então sob o mando de Ignacio Vera, trâmites de mapeamento para começar a fixar as raízes de um futuro assentamento. Adolfo, que amanheceu no acampamento com o seu filho de três anos, não tinha a menor ideia da iminência daquela tragédia. Para Néstor, Adolfo e Adalberto Castro, percorrer

---

59. Não podem nos tirar daqui, meu irmão. Essa terra já é nossa.

o caminho de seu pai, Mariano, homem honesto, trabalhador, sereno, de palavra, que criou com a esposa oito filhos e duas crianças mais que recolheram do abandono, era um destino suficiente e reivindicador. Enfim, tinham decidido ser homens de campo, de *avati, kumanda, mandio, yety ha rora kyra*<sup>60</sup>. O terreno onde moravam com os pais, em Yvypytá, de dez hectares, boa parte utilizada para o pastorejo, fazia tempo que ficava pequeno para as expectativas de vida. Em sua primeira juventude, Néstor usava um terreno emprestado de outros agricultores, mas logo teve que dá-lo em aluguel, algo que a sua família já não considerava um negócio. Aqueles dez hectares de seu pai, em Yvypytá, já não eram bastavam para o trabalho dos oito irmãos e já eram pouco para ele que, aos seus 29 anos, precisava se assentar em um terreno maior para sua *kóga*<sup>61</sup>, sua *rymba*<sup>62</sup> e sua família.

A comunidade de Yvypytá, a mais abalada pelo massacre de Marina Kue, está assentada há vinte anos, em um total aproximado de 7 mil hectares. Leiamos o que nos diz o pai, Mariano Castro, sobre os filhos que ocupavam essas terras ensanguentadas: “*Tuichapáma la che familiakuéra, michi jeýma oréve la yvy 10 hectáreas. Oi ojefamiliariza jeýva chendive ha romba'apo asy jeýma. La ore, mboriahu, roipota cualquier animalmi avei. Ore, mboriahu, upéante la ore alcanCIA*”<sup>63</sup>.

60. Macaxeira, batata e mingau de milho.

61. Plantação.

62. Animais.

63. Meus filhos já estão grandes. A minha terra ficou pequena. Alguns já têm família e trabalham mal. Nós, os pobres, também queremos animais, a nossa única poupança.



Com as suas economias de subsistência, em Canindeyú é impensável para os camponeses a compra de terras cujo preço subiu a 20 ou 30 milhões de guaranis por hectare com a massiva penetração da agricultura empresarial. Esse modelo de produção avança desmatando tudo ao redor e extraindo intensamente os frutos das sementes transgênicas promovidas pela Monsanto e comercializadas por Cargil, Bunge, Adm, um *pool* transnacional que domina grande parte da agricultura intensiva no mundo. A voz serena de seu Castro revela profunda tristeza, mas não esconde o remorso por ter acompanhado os filhos na decisão de ocupar aquelas terras. É como ter enfrentado o destino do *chokokue*<sup>64</sup> com todas as suas fatalidades, um destino comum de procurar um lugar para o rancho, o pastoreio, a granja. Foi sorte, diz para si mesmo, diz para a gente, só três filhos estavam na ocupação. Casualmente, os outros filhos faziam bicos em outros lugares. Néstor tinha herdado a estrutura magra do pai e a pele mais morena da mãe. Nas poucas fotos de sua família o vemos com o rosto côncavo, como o *jasy ra'*<sup>65</sup>, que recorre uma mandíbula aberta aos lados e se fecha com um queixo pequeno, redondo, enquanto uns olhos claros desenham muita luz no semblante. Também a voz tranquila e sem interrupções de seu Castro, quem nos conta. “*Gracias a Dios tres-nte la iproblema chehegui porque seis oikemo'ã. Tuichavemo'ã la che problema; a lo*

---

64. Homem de campo.

65. Lua nova.

*mejor omanove mba'e chehegui ha oñeimputapa chehegui, ivaivemo'ã la ore situación. Ikaria'y paitéma voi la che familia ha oikoteve la yvy*"<sup>66</sup>. Néstor Castro deixou Yvypytá mais que em uma ocasião para trabalhar na capital do Departamento, por quinze dias. Foi nesse tempo que a ocupação anterior, encabeçada então pelo dirigente liberal Leonor Rivas, foi desarticulada e ele, portanto, mais uma vez teve que voltar ao precário rancho que instalara no terreno de um vizinho. "*Ha'e la trabajo ajeno-pe nomba'aposéivoi*"<sup>67</sup>, conta-nos sua mãe.

Nessa madrugada de 15 de junho, o ar fresco prometia enxugar algo que a umidade do fim de maio corroía o osso e adoecia as crianças e os mais velhos como Don Barrios. O sobrevoo do helicóptero, que cruzava da Fazenda Paraguaia ao assentamento dos colonos brasileiros, foi o indício estrepitoso da iminente presença dos efetivos policiais. Esse sobrevoo comandado pelo subcomissário Erven Lovera dos ocupantes para verificar o território em disputa substituía o mundo prateado e a brisa fresca d'alva pelo barulho estrondoso e mau presságio. Apoderado pela apreensão da inexorável tragédia, Néstor Castro sentiu calafrios e disse para si, em palavras dirigidas aos irmãos menores, Adalberto e Adolfo: "*Anike pejep'yapy. Ko yvy ñane mba'e, ndaikatumo'ái ñanenohe ko'águi documento'yre*"<sup>68</sup>.

66. Graças a Deus, só três dos meus filhos estavam na ocupação. Poderiam ser os seis. Se fosse assim, teria sido muito mais grave nosso problema. Haveria mais mortos ou indiciados. Estão grandes os meus filhos e precisam de terra.

67. Ele não gosta de trabalhar para outros.

68. Não se preocupem, essa terra é nossa. Não podem nos tirar daqui sem documentos.

Erven desceu do helicóptero e se reuniu com o comissário Sanabria. “Tudo pronto senhor”, assumiu. Mascava um chiclete, passeava inquieto, ouvia indicações em movimento. De cima tinha visto os ocupantes com as suas máscaras, bonés, machados, foices e algumas espingardas. Eram um punhado que cobria não mais de 50 metros. Uma linha policial ingressaria pelo portão principal, encabeçada pelos fuzileiros do GEO; a outra, encabeçada pelos capacetes azuis, viria da Fazenda Paraguaia para encerrar os ocupantes, deixá-los *mbytetépe*<sup>69</sup>.

O que poderiam fazer eles com umas espingardas caseiras além de fugir e em seguida seguramente velar um ou dois mortos. Que importância teria um episódio dessas características na vida do nosso povo, em um mar de padecimentos e impunidades cotidianas enquanto a televisão nos mostra facadas entre pobres, brigas e vizinhos de comunidades alagadas e vilas, nos entretém com novelas de histeria e um arsenal de morbidez em fio dental. Quem expressaria a sua indignação por duas ou três mortes mais de camponeses apresentados como altamente perigosos invasores da sagrada propriedade latifundiária, possivelmente ideologizados e altamente suspeitos de ser parte de uma conflagração guevarista, chavista, bolivariana... para desestabilizar a maravilhosa ordem de paz e progresso que nos deixara o regime de Alfredo Stroessner. Ao ver que a primeira linha de fuzi-

---

69. No meio.

leiros era acompanhada pela montada e um fio compacto de antimotins com uniformes de Robocop, Néstor Castro soube que não vinham conversar e o medo apoderou-se dele que, tal igual os mais antigos ocupantes, decidira que não sairia de lá. Por que tanto absurdo? Como era possível que tirassem novamente camponeses e não Blas N. Riquelme, usurpador da propriedade do Estado? *Mba'ére, mba'ére*<sup>70</sup>.

– *Hetaiterei hikuái*<sup>71</sup> – disse em voz baixa a Avelino.

– *He...*, *upeicha*<sup>72</sup> – respondeu Avelino, sem perder o laconismo em sua expressão

– *Mba'e jajapóta?*<sup>73</sup>

– *Japytáta ko'ápe. Opytavaerã ñañemongeta*<sup>74</sup>.

---

70. Por quê? Por quê?

71. São muitos.

72. Sim, eles são.

73. O que faremos?

74. Vamos ficar aqui. Eles têm que conversar com a gente.



## ADOLFO

Adolfo Castro não tinha herdado do pai apenas os olhos um tanto puxados, a mandíbula triangular, a orelha bem aberta e essa pele, ainda que clara, avermelhada pelo sol; também herdara o sonho de ter prole em uma terra própria, identidade e sentido de vida no campo. Com os seus dois filhos pequenos, achava que o tempo de se afirmar em um terreno não podia mais esperar. Nos pais encontrava um modelo de vida e produção. Vacas que pastam no horizonte imediato, plantações que crescem na lavoura, porcos e aves de curral que agitam os ranchos de madeira eram sinais do intenso trabalho familiar comandado por seu Mariano e dona Elida Benítez. Adolfo, sua mulher Ramona Rodríguez (vinte anos) e seus dois filhos não deviam inventar o mundo, só reproduzir o clá familiar, o modelo de produção e vida dos pais que, vinte anos atrás, ocuparam uma parcela das terras de Yvypytá. Adolfo era bom em quase todas as tarefas agrícolas e pastoris, de modo que a vida em Marina Kue teria sido, provavelmente, uma reprodução muito natural da quinta de seus pais.

Yvytytã é para Marina Kue o que o pasto é para o orvalho. É a prolongação, ao outro lado do asfalto, daqueles vales de cultivo que descem por pequenos vales e elevações, percorrem um lago e dão com um barranco que antecede o bosque. Em 2004, a primeira comissão de vizinhos Naranjaty tentou ampliar a colônia em direção a Marina Kue. A extensão dessa comunidade para lá teria sido a ruptura desse extenso território mecanizado para a produção transgênica, algo que, no transcurso das ocupações, foi tomando corpo na cabeça de Adolfo como uma causa necessária para sustentar e ampliar a agricultura familiar. Adolfo já cresceu com esse mundo tão desigual: por um lado, os territórios agrícolas familiares em Yvytytã e outros assentamentos e, por outro, a agricultura empresarial de tratores, silos e pequenos povoados de abastecimento dessa agricultura que arrasa bosques, suga os minerais da terra tornando-a argilosa e gera uma economia de valores impossíveis para a agricultura familiar.

Aquela manhã, o filho de Adolfo amanheceu na barraca com o pai. Havia o levado ao acampamento no dia anterior quando fora para casa de seus pais recolher o dinheiro com o qual comprou medicamentos para muitos gripados do acampamento. Disse para sua mulher que fosse bem cedo ao dia seguinte e que levasse a filha menor, de pouco mais de um ano, porque haveria assistência médica nas barracas. Ninguém, nem remotamente, esperava que acontecesse essa tragédia. Adolfo se

levantou com a certeza de que a polícia viria dialogar e que, ao ver a categórica decisão dos ocupantes de resistir por aquele pedaço de pão, recuaria. Adolfo, tal como Néstor e Avelino, já estava cheio daquela indefinição de oito anos sobre terra que para todas as luzes era do Estado e fora destinada à reforma agrária. Estava cheio também dos despejos, das imputações, dos abusos dos matões de Riquelme; enfim, de passar um calvário extraordinário por exigir algo que lhes correspondia em direito e lei. A diferença de Néstor, Adolfo não tinha problemas em trabalhar com qualquer patrão seja qual fosse o trabalho agrícola. Bom em laçar bois, arar a terra, cortar a lenha para o carvão, semear e colher, conseguia dinheiro para sobreviver e manter sua família estabelecida na casa de seu pai. Mas cada vez precisava de mais e mais dinheiro para a comida, a luz, a moto... Então, trabalhou também esporadicamente com o irmão Adalberto na construção, em Salto del Guaira, capital do Departamento, e na colheita de macaxeira no Brasil até que, finalmente, resolveu lutar pela a sua parcela em Marina Kue. Lá e só lá, queria construir a sua casa, cujas taboas, colunas e chapas já possuía. O pai permitira a ele construir em seu terreno, mas Adolfo disse para si, para eles que “*ague-rekótantevoi la yvy*”<sup>75</sup>. Os números na casa paterna já não estavam fechando nos dias prévios ao massacre. Embora a colheita da macaxeira tenha rendido bem, Mariano, o pai, machucou gravemente o joelho jogando futebol.

---

75. Pra que, se eu vou conseguir aquela terra de todo jeito?



Além de deixá-lo com difícil mobilidade para as tarefas agrícolas, o acidente significou uma sangria de 500 mil guaranis. Foi então que mãe lhe disse que fosse outra vez para Salto del Guaira conseguir mais dinheiro, já que se ele ganhasse a terra os irmãos garantir-lhe-iam um lote. Mas não. Adolfo encasquetou, como quando a pessoa quer comprar um carro ou se casar, que iria garantir o seu próprio terreno, levar as táboas, colunas e chapas até estabelecer sua casa própria. A casa própria. Porém, nem Adolfo, nem Néstor, nem Rubén, nem Avelino, nem Luciano, ninguém, absolutamente ninguém, imaginava aquele exército de desocupação encabeçado por fuzis e metralhadoras dos integrantes do Grupo Especial de Operações. Do mesmo jeito que ninguém imaginava que haveria duas linhas de incursão armada que os deixaria em um *kora, mbytetépe*<sup>76</sup>, e que os policiais não parariam, como pensavam, diante da cimbra envolvida com a bandeira paraguaia e que, sem diálogo algum, ordenariam *pese campesino*<sup>77</sup>, e que, do alto, do helicóptero ouviriam *rendam-se, camponeses, rendam-se...* Sem protocolos, sem intermediação, sem mais, sem menos.

*Mbá'ère, mbá'ère*<sup>78</sup>

Naquela madrugada, Adolfo se levantou depois de ter dormido a pernas soltas. A informação do iminente despejo o perturbava um tanto, mas não chegava a in-

---

76. Bem no meio, numa cilada.

77. Saiam, camponeses.

78. Por quê, por quê?

quietá-lo pela presença de seu filho de três anos no acampamento. Ao ficar sabendo que os policiais ingressavam com pouca vontade de conversar, Adolfo foi tomado por um *pirĩ*<sup>79</sup>. Olhou para seu filho com súbita comoção.

– *Eñatendemína chéve hese*<sup>80</sup> – disse para Lucía Agüero. Lucía, espantada, aferrou-se àquela criança como se fosse sua.

Para o filho de Adolfo não seria um dia para caçar tatus com a armadilha construída pelo pai, de seguir as trilhas do bosque encantado, nem tomar banho de lago, de fazer tortas de areia dentro de latas, buscar folhas e talos secos para fazer fogo, nem de imaginar *pó-ras*<sup>81</sup> do bosque assustando-se com múltiplas silhuetas sobre a barraca até deixá-lo tombado de sono ao lado do corpo protetor do pai. De cabelos longos, olhos da cor da ameixa, pele dourada pelo sol, viverá, em um primeiro momento, um desfile de metralhadoras, fuzis, escopetas, machados, capuzes e estrondo de helicóptero com assombro e fascínio para depois entrar, sem aviso, sem horário de proteção ao menor, sem anjos da guarda, na aterradora representação da tragédia humana. Resguardado seu filho com Lucía, Adolfo ingressou com o grupo que iria ao frente para tentar frear a arremetida policial, ali com Avelino, Fermin Paredes, Néstor Castro, Rubén Villalba...

---

79. Calafrio.

80. Cuida dele pra mim, por favor.

81. Fantasmas, duendes...

– *Mba'e jajapóta, che hermano?*<sup>82</sup> – perguntou-lhe Néstor.

Néstor, um ano maior, sobrevivente de outras ocupações no mesmo lugar, disse-lhe resolutivo: “*Japytáta ko'ápe, oñe'evaerá ñanendive. Kuatia'ỹre ndaikatúi ñanemosẽ*”<sup>83</sup>.

Adolfo observa a invasão policial sem tirar o olho de onde estava seu filho. Olhava a incursão e dobrava a cabeça para observá-lo. Os policiais não queriam saber de nada.

– *Pesẽ ko'águi campesino, pesẽ*<sup>84</sup> – ordenavam Erven Lovera e o oficial Sánchez.

– *La okapúró kóa nasẽvéima vivo*<sup>85</sup> – murmurou seu Andrés Riveros, de 67 anos, situado bem no meio do frente camponês, entre os machadeiros, com Juan Ramón e Delfín Duarte. Juan Ramón não dizia mais nada e Delfín tentava dizer alguma coisa com os olhos pequenos, tímidos, trêmulos.

Rubén enfrentou Erven, ambos de armas na mão. Com o machado já levantado, Avelino interpelava Sánchez “*mba'ère peju péicha, mba'ère? Ko'ápe oi kuña ha mitã...*”<sup>86</sup>.

82. O que faremos, meu irmão?

83. Ficaremos aqui. Eles devem conversar com a gente. Não podem nos expulsar sem documentos.

84. Saiam daqui, camponeses. Saiam.

85. Se o negócio explodir aqui, eu não saio vivo.

86. Por que vocês fazem isso? Por quê? Aqui temos mulheres e crianças.

## OS PAREDES

Aos seus 29 anos, Fermín Paredes não só tinha criado uma barriga protuberante, engordado a maçã do rosto e o queixo, também tinha aprendido que, sem luta, era impossível conseguir seus dez hectares para se estabelecer com a sua companheira e seus dois filhos. Andava com a ideia de que não era completo na casa dos sogros, onde ganhava algum dinheiro com a borracharia, criava seus animais e plantava os próprios alimentos. Andava pelo caminho de decifrar a necessidade real da terra, o valor dela para a integridade do homem do campo e a necessária disputa para consegui-la. “Ñande túa kuéra yma ñorairóhápenste voi oconsegui va’ekue la yvy”,<sup>87</sup> dizia para si, quando perguntado sobre as razões de continuar na ocupação, de não tentar conseguir mais dinheiro com a borracharia ou com outros trabalhos nos quais era bom. Quando a sogra, dona Catalina Ramírez, pedia explicação, ele se safava com a ideia já

---

87. Nossos pais conquistaram a terra lutando por ela.

muito difundida de que se não faziam algo, os brasileiros “*ñanemosẽzmbátantevoi kó’águi*”<sup>88</sup>. Assim reconhece a sogra, uma mulher trabalhadora, amável, que quando ocorreu o massacre, ficara trocando pneu e consertando tensores de motos em Yvypytá.

Já é pleno verão em Yvypytá. E, embora os habitantes usem o calor como código comum de diálogo, a brisa dos montes e os riachos trazem um alívio para as almas que em Assunção não se compara nem com uma cerveja bem gelada. Sacoleiros e vendedores de sorvetes e picolés cruzam a longa rua de terra vermelha com lama em alguns caminhos laterais pelas recentes chuvas. Embora em Yvypytá houve uma primeira incursão da agricultura mecanizada com a compra de áreas às margens do asfalto principal, foi em Marina Kue, rodeado pelos transgênicos, que Fermín Paredes entendeu melhor o quadro da disputa territorial entre o modo de produção camponesa e o das máquinas. Foi assim que na última conversa com a sogra, Fermín disse, tentando encerrar a discussão, que os brasileiros “*ojoguapáta hikuái la yvy o ñane mbohasypáta veneno-pe*”<sup>89</sup>. “*Ha mba’ëiko che há’evéta chupe, idecido voi pe karia’y*”<sup>90</sup>, comenta dona Catalina Ramírez, com os olhos brilhosos, um sorriso no rosto, uma força na voz e uns gestos joviais que deixam longe qualquer suspeita sobre a quantidade de filhos engendrados: onze.

88. Não nos tirar de todas as maneiras.

89. Os brasileiros comprarão todas as terras ou nos deixarão doentes com os venenos.

90. E o que lhe iria dizer, era um homem decidido.

Depois de cumprir os dois com a confirmação na cerimônia anual que a cúria realiza em Yvypytá, Fermín andava tramitando a papelada para seu casamento com Branca. Que bom presente teriam sido aquelas dez hectares de Marina Kue e que orgulho teria sentido Fermín de ter cumprido com todos os trâmites de família já na terra conquistada.

– *Vaka rendaguãko la ofaltava'ekue oréve*<sup>91</sup> – conta Branca, devagar, quase sussurrando, enquanto o filho menor, de olhos azuis claros, remove um cubo de madeira e a cada instante repele a presença das galinhas. Branca mostra fotos de Fermín sobre uma vintena de troncos de madeira, em uma serraria; de Fermín, na borracharia da cidade; de Fermín, jovem, mostrando o torso bem marcado em um balneário de Curuguaty naqueles tempos de amores juvenis; do Fermín atual, mais aberto nos laterais, a barriga pronunciada e olhos claros pintados de mel. Aquela alvorada do 15 de junho de 2012, Fermín Paredes e seu irmão Luis somaram-se à frente camponesa ao lado de Avelino, e ficaram em atrás, quando Avelino Espínola se adiantou para enfrentar a incursão determinante dos oficiais Erven overa e Oscar Sánchez.

– *Hetaiterei hikuái*<sup>92</sup> –disse seu irmão Luis, ao ver a linha armada que se deslocava como uma enorme serpente de carro alegórico cujo rabo não se deixava ver a partir do acampamento camponês.

91. Lugar para as vacas era o que nos faltava.

92. São muitos.

– *Mba'e jajapóta?*<sup>93</sup> – perguntou Fermín a Avelino.  
– *Ñaha'aróta chupe kuéra, oñemongetavaerá ña-*  
*nendive*<sup>94</sup> – respondeu Avelino.

---

93. O que faremos?

94. Vamos esperá-los. Devem conversar com a gente.

## ROSA MARÍA

Naquela madrugada do 15 de julho, Rosa María recolheu lascas de madeira para o fogo. Sentada sobre suas pernas, colocou três tijolos e acendeu com empenho a lenha umedecida ao lado da barraca onde acampava com o seu companheiro já havia um mês. Espalhou umas folhas de sálvia e *amba'y*<sup>95</sup> na água fervida para o mate. Ao redor fulgurava o fogo de outra lenhas e as estrelas ainda apreciavam como se estivessem ao alcance das mãos. O vento do dia anterior tinha limpado um pouco o ar infectado daquele junho chuvoso, mas não tinha conseguido aliviar o mal-estar nos ossos e nas vias respiratórias com o que Rosa María sobreviveria como sina inapelável da sua reluzente pobreza.

– *Epu'ãma, jakai'u*<sup>96</sup> – disse-lhe Juan Ramón, recluso no colchão de espuma dentro da barraca. Juan Ramón espreguiçou-se com um enorme bocejo. Colocando o boné, tomou alguns tijolos calcinados para

95. Planta medicinal usada para problemas bronquiais. (N. T.)

96. Levante, Juan, vamos tomar mate.



se sentar ao redor da fogueira. O sumo da sálvia e o *amba'y* penetravam no ar do lugar até se confundirem em uma atmosfera total. Pelo bico da chaleira saiam o vapor e um assovio: o mate está pronto. Estrelas rutilantes e uma meia-lua projetavam claro-escuros na lagoa, as nuvens no horizonte pareciam um favo de cores intensas. Entre os goles de *ka'ay*<sup>97</sup>, Rosa María recolheu ovos, resgatou farinha de trigo e óleo para preparar o *reviro*<sup>98</sup>, café da manhã rotineiro na ocupação.

– *Mba'e jajapóta la ouró la desalojo?*<sup>99</sup> – perguntou Rosa María.

– *Mba'ëve*<sup>100</sup> – respondeu Juan Ramón.

– Ah... *che akyhyje*<sup>101</sup> – murmurou Rosa María ao tomar com a boca bem aberta a infusão fervente.

– *Mba'ere rekyhyjéta. Ko yvy ñane mba'éma, he'i chéve kuehe Don Avelino. Há'e oikuaa la hé'iva*<sup>102</sup> – ensaiou Juan Ramón, atizando a fogueira com umas varinhas.

– *Kuehe guivéma oĩ la policía, heta hikuái abendu ojé'*<sup>103</sup> – manifestou Rosa María ao quebrar o ovo contra a frigideira enegrecida.

– *Oimevaerã u péicha, pero ndoguerekói hikuái la kuatia. Ndaikatúi ñanemose*<sup>104</sup> – afirmou com ênfases Juan Ramón, como querendo encerrar a conversa.

97. Mate.

98. Espécie de farofa típica na culinária do interior do Paraguai. (N. T.)

99. O que faremos se vier o despejo?

100. Nada.

101. Tenho medo.

102. Do quê? Esta terra já é nossa, Avelino já disse. Ele sabe o que diz.

103. Os policiais estão desde ontem. São muitos, pelo o que ouvi.

104. Assim deve ser, mas eles não têm documentos. Não podem nos tirar daqui.

– *Ndépa ere, che karai*<sup>105</sup> – continuou Rosa María, misturando o ovo com a farinha de trigo.

– *Che há'e ndéve, Rosa. Ani rekyhyje*<sup>106</sup>.

Com Juan Ramón, Rosa María havia reaprendido a falar em silêncio ou com frases curtas ou monossilábicas nesse reencontro com o mundo camponês depois de mais de 20 anos de uma vida dura no Banhado Sur,<sup>107</sup> criando sus três filhos com o apoio de sua mãe. Juan Ramón tentou em vão sobreviver na cidade depois de vender seus dois hectares para um sojeiro brasileiro que estava comprando parcelas em Pindo, Yasy Cañy. Ele e Rosa María se conheciam desde crianças, mas ela, como a maioria das jovens do campo, foi para a cidade para trabalhar de doméstica na busca de um pouco de dinheiro para ajudar a família e ter mais liberdade. Quando Juan Ramón teve a ideia de vender a sua terra, veio-lhe a cabeça a imagem daquela mulher que, adolescente, esquivara-se de suas mãos deixando ele a deletar versos de *purahéi jahé'o*<sup>108</sup>. Por caminhos nauseabundos, na ribeira da cidade encontrou-a com três crianças numa casinha de madeira e papelão. Em Assunção, ele não se encontrava. O dinheiro da venda da terra escorria pelo ralo e o deprimia profundamente aquela paisagem de garotos consumidos pelo crack, de policiais extorquindo pessoas, famílias inteiras que se rebuscavam no lixo para sobreviver.

105. Acha mesmo?

106. Acho sim, não tenha medo.

107. Bairro popular de Assunção às beiras do rio Paraguai, conhecido pelas suas frequentes inundações. (N. T.)

108. Música popular do campo. Literalmente: Lamento musical. (N. T.)

– *Ha jahárõ chendive*<sup>109</sup> – arriscou falar para sua mulher.

– *Moõpiko, che karai*<sup>110</sup>.

– *Ha campo-pe. Che hermano oconseguita chéve petei sitio*<sup>111</sup>.

– *Mba'ëiko jajapóta sitiope?*<sup>112</sup>

– *Upépe jacheháta. Ikatúko ña coneguei yvy porã Marina Kue-pe. Upeáko yvy fiscal*<sup>113</sup>.

– *Ah..., jacheháta*<sup>114</sup>...

Passados os dias, Rosa María via seu homem cada vez mais deprimido e cada vez mais decidido a retornar ao campo, com ou sem ela.

– *Ojagarra chupe umi vy'a'y icachopáva. Noñeë véi, sa'ima okaru ha oñepurútama ho'u avei la iróva*<sup>115</sup> – comenta durante a entrevista.

– *Ha ijargelséma avei*<sup>116</sup> – deixa escapar, entre risos e olhando-o. Juan Ramón, calado, nervoso, esfrega as mãos alongadas sobre a cansa surrada com a que veste em seu refúgio. É magro e alto, os pómulos altos e pele muito apertada na mandíbula. Rosa María não queria perder aquele homem que não tinha lhe pedido contas do seu passado. Consultou com a mãe sobre a possibilidade desta tomar conta de seus filhos. A mãe, mulher ainda forte e que,

109. E se você for comigo?

110. Aonde, meu senhor.

111. Ao campo. Meu irmão vai conseguir um sítio para mim.

112. O que faremos num sítio?

113. Lá veremos. Podemos conseguir boa terra em Marina Kue. São terras fiscais.

114. Veremos.

115. Uma grande tristeza pegou ele. Não falava, comia pouco e bebia com amargura.

116. E fica mal-humorado porque lhe dá na teia.

segundo ela, devia muito à filha por tê-la recolhido na cidade após a morte do marido, disse: “*kuimba’e trabajador ko há’e, ha buena gente ojekuaa hese. Mba’ëiko la reperdevé-tava*”<sup>117</sup>. Aos seus 38 anos, Rosa María encomendou seus três filhos à mãe e lançou-se à aventura. Filho de um antigo ocupante, herdeiro de dois hectares que logo vendeu, era a primeira vez que Juan Ramón, de 37 anos, ficava em uma ocupação. Habitou só uns poucos dias a casinha que seu irmão emprestara quando voltou. Um mês antes do massacre, entrou com a sua companheira para o acampamento. Estava tranquilo porque Avelino Espínola, homem correto, de palavra e decidido, tinha garantido que sem documentos era impossível os tirarem de lá.

– *Ndépa ere, Don Avelino?*<sup>118</sup> – tinha dito naquela ocasião.

– *Che há’e ndéve*<sup>119</sup>– respondeu Avelino Espínola, com aquela determinação aparentemente invencível com que tinha conseguido a fama de homem rude com o qual é melhor não se meter se não estiver preparado para responder *como homem*. Juan Ramón y Rosa María pensavam que uma vez assentados num rancho e uma chakra de dez hectares, reorganizariam um lar longe daquele terreno lamacento no qual as crianças cresciam expostas a doenças e perigos de viver mal. “*Amo (em Assunção) enterove mba’e jajogua, hendy hína upépe*”<sup>120</sup>,

117. É um homem trabalhador tá na cara que é boa gente. O que é que você tem a perder.

118. Acha mesmo, seu Avelino?

119. Acho, sim.

120. Lá, em Assunção, tudo se compra. A coisa lá tá feia.

comenta durante a entrevista. Rosa, pele cor de cobre, quadril largo, rosto encaixado no ombro quase sem escalas, descobre um enorme olho ao reviver o massacre no campo: “*Ore ndorokyhyjeitevoi. Si oje’e oréve outaha hikuái oñemongeta haguãnte...*”<sup>121</sup>.

“*Maãiko oimo’ãta la oiko vá’ekue orerehe*”<sup>122</sup>, interrompe Juan Ramón, passando a mão na testa e deslizando os pés sobre o chinelo de sola gastada. Com os olhos acesos de raiva rememorou: “*Ha’ekuéra la Ñandejárágui ndoikuaaséi mba’eve. La oja’póva hikuái ha’e saqueo ha muerte. Ojováí oike, oñemboty orerehe. Já’e voi la osalvaha la gente*”<sup>123</sup>. Juan Ramón acomodou o boné, cobriu a boca com um lenço e se uniu à frente camponesa que esperava, a uns metros atrás de Avelino Espínola, Fermín Paredes e Néstor Castro. Ao lado, Delfín Duarte, seu antigo companheiro de *caça*, também desarmado, olhou-o assustado.

---

121. Não tínhamos nenhum pouco de medo, porque nos disseram que a polícia viria somente conversar.

122. Quem pode acreditar no que aconteceu?

123. Eles não queriam saber de nada. O que fizeram com a gente é roubo e morte. E depois ainda dizem que salvam pessoas.

## DELFIN DUARTE

Aos seus 57 anos, Delfín Duarte, nascido em Quyquyhó, e emigrado a Carro Cue havia anos, também estava participando pela primeira vez de uma ocupação, acompanhado pelo enteado Francisco Ayala, na busca por uma terra própria desta vez. Ele, que enviuvou de uma mulher com quem teve vários filhos e logo se juntou a Lidia Ayala González, com nove filhos, na casa dela. Delfín tinha criado toda sua prole na finca que ganhara seu pai naquela emigração rumo a Canindeyú, 25 anos antes. Embora tenha criado os filhos em um terreno originalmente do pai, só quando enviuvou e foi morar em Brítez Cue com sua parceira, sentiu-se incompleto e se lançou àquela aventura.

– *La yvy'ỹreiko mba'e ñande*<sup>124</sup> – perguntou refletindo com Juan Ramón. Este lhe respondeu: “*mba'eve*”<sup>125</sup>. Ensaivavam *mboka ñuha* (cilada espingarda) contra os *tatu, tapiti y aperse'a*<sup>126</sup> do bosque de Marina Kue. Com

124. Sem-terra, o que é que somos?

125. Nada.

126. Tatus e coelhos.

Juan Ramón sentia-se muito bem porque, entre outras questões, uma história parecia unia-os: Juan Ramón tinha se juntado a uma mulher com três filhos e Delfín com uma de nove e os dois sem um pedaço de terra. Quase todos os dias penetravam o bosque de Marina Kue para caçar bichos para comer para ajudar na precária manutenção do acampamento.

– *La yvy ko ñande existencia*<sup>127</sup> – pensou e disse Delfín, já de volta ao acampamento.

– *Upéicha*<sup>128</sup> – contestou Juan Ramón.

Naquela alvorada do 15 de junho, Delfín se assustou com tanta mobilização na estrada asfaltada. Salvo nos filmes de Hollywood, jamais vira um operativo policial daquela dimensão. E o sobrevoo baixo do helicóptero sobre o acampamento deu-lhe calafrios.

– *Hetaiteréi ou hikuái*<sup>129</sup> – comentou Delfín.

– *Upéicha*<sup>130</sup> – assentiu Juan Ramón.

– *Mba'e jajapóta?*<sup>131</sup>

– *Ñaha'aróta ko'ápe. Opytáne oñemongeta hikuái lo mitãndi*<sup>132</sup> – disse, apropriando-se das palavras de Avelino. Avelino repetiu, como tentando relaxar a alta tensão: “*oñeẽ vaerã ñanendive, ndaikatúi ñanemosehikuái kuatia'ỹre*”<sup>133</sup>.

127. A terra é a nossa existência.

128. É isso aí.

129. São muitos.

130. São mesmos.

131. O que faremos?

132. Esperamos por eles aqui. Devem conversar com a gente.

133. Devem conversar com a gente. Não podem nos tirar daqui sem documentos.

Mas os policiais não ficaram na ponte. Desandaram a cimbra, arrancaram a bandeira paraguaia e avançaram com resolução.

– *Ndoikuaaséi hikuái mba’eve* – repete para si Juan Ramón – *Ha’ete vaicha ndaha’éiva hikuái cristiano*<sup>134</sup>.

Avelino respondeu à altura ao oficial Sánchez.

– *Epyta. Ndovaléi pe atropella, ore paraguayo, oĩ ko’ápe mitã ha kuña*<sup>135</sup> – disse.

– *Peñe entrega, campesino*<sup>136</sup> – replicou Sánchez, levando os braços em direção a Avelino.

Avelino se sacudiu e levou a mão direita para o seu machado, levantando-o.

– *Epyta ha’éma ndéve*<sup>137</sup> – reiterou Avelino com o machado levantado.

---

134. Não queriam saber de nada, era como se não fossem cristãos.

135. Fiquem. Não adianta atropelar. Somos paraguaios, entre nós temos crianças e mulheres.

136. Entreguem-se, camponeses.

137. Fique aí, eu já disse.





## ONDE ESTÁ RUBÉN?

VQ tem um olho inútil. Com o outro deve aproximar o celular a centímetros de seu rosto para ver as suas mensagens, às quais responde tateando este aparelho que entrou em nossas vidas sem licença e, aparentemente, sem remédio. Ainda com essas dificuldades, consequências de torturas, criou um método para esquadrihar este mundo, o campo e a cidade, de um lugar a outro, seja tramitando expedientes nesse labirinto burocrático, jogatinas e procedimentos ilícitos do Indert ou, um pouco antes, tramitando fundos, transporte e deslocamento de pessoas com problemas de visto na Venezuela. Uma vez atento, trata-se de uma pessoa amável, sorri gratamente e recorre a sua vida com orgulho. É um desses homens que acreditam terem feito sempre o certo em sua vida, com orgulho austero e frugal de pertencer sempre a essa estirpe de lutadores sociais anônimos que socorrem sua gente nas desventuras cotidianas. Ele é o nosso primeiro contato com a ideia de entrevistar Rubén Villalba. VQ nos esperava desde as cinco da

manhã no Terminal de Ônibus de Curuguaty, pensando que depois tomaríamos rumo pela estrada número 3, com o ônibus da meia-noite, via pela qual se chega a Curuguaty em cerca de quatro horas e meia. Fomos pelo trajeto que passa pela cidade de Coronel Oviedo, com o ônibus das duas da madrugada, e chegamos perto das nove. Sem mais trâmites abordamos um táxi. Na saída de Curuguaty, paramos para recolher RV, com o bebê em braços. Não saberíamos até o término da entrevista que era a companheira de Rubén e o bebê, filho dele, e que ambos estiveram durante o massacre do 15 de junho. O bebê dormia entre os seios daquela mulher jovem, de sorriso tímido e esse ar de inocência tão particular do mundo camponês no interior do Paraguai. Não se sentia nela incômodo algum pelo silêncio profundo ao qual, sem ter combinado, aderimos durante a viagem. VQ interpretou muito bem o papel de não conhecer RV, a quem amavelmente convidou a subir no táxi ao vê-la no ponto de ônibus com o bebê no colo. Ela era em si mesma de pouco falar, de assumir as coisas como vinham. Mas VQ, com o rosto arredondado, a sua barbiga bem ganhada e um humor sarcástico, longe de ser parco, silencioso, se mostraria uma pessoa amena, cheia de histórias e experiências reconfortantes. Pouco tempo depois de sair de Curuguaty, encontramos uma vasta linha de território mecanizado, os silos de ADM, Cargill, Bunge e outras empresas transnacionais. Era a primeira vez que ingressaria por terra naqueles territórios. A últi-

ma vez um problema aéreo forçou uma aterrissagem no enorme quartel de Curuguaty, na entrada da cidade. Naquela ocasião, em 1994, viajávamos a bordo da aeronave do senador Alfredo Jaeggli<sup>138</sup> para Villa Ygatymi para intervir numa disputa por terra. Embora inverossímil, Jaeggli era o então presidente da comissão de Reforma Agrária do Senado paraguaio. Com o fuzil apontando para aquele monomotor, um comando do exército nos recebeu. Já nesse tempo, os antigos territórios de selva de Canindeyú eram desmatados desafortadamente pelo avanço da pecuária e da produção de soja. Não era bom sinal, nem agradável companhia ver aquela devastação do aeromotor. Ao advertir a presença da polícia de trânsito, o chofer do táxi em que viajávamos na busca pelo Rubén, diminuiu a velocidade e amavelmente acenou para os uniformados encostados na camionete amarela, *doada pela Cargil* segundo a inscrição estampada dos dois lados do automóvel. A uns 35 quilômetros de Curuguaty, Vidal fez um aceno indicando a direita, sinal que dirigiu nosso olhar para as bandeiras negras e azuis, vermelhas e brancas, e um painel de fotos dos mortos do massacre de Marina Kue. Em determinado ponto, entramos por uma rua de pedras que percorre precárias casinhas de madeira, em um território plano do qual brotavam pequeninas plantas recém trabalhadas. A uns metros dali, VQ mandou parar o táxi e nos disse: “pe-

---

138. Ex-senador do Partido Liberal Radical Autêntico, que impulsionou a destituição de Fernando Lugo. (N. E.)

*guejy ko'ápe*<sup>139</sup>. VQ voltou para Curuguaty abordando na sequência – saberíamos depois – um ônibus para Assunção para continuar com os trâmites de regularização daquelas terras que a comunidade de Pindo, Yasy Kañy, recuperou das plantações de sementes transgênicas. Na precária casa de madeira recebeu-nos um senhor com um olho descentrado, as unhas grossas, tanto das mãos como dos pés, a pele acinzentada e morena, dura, um chinelo e vestes completamente enegrecidas. Daquele lugar via-se o extenso território mecanizado, de fundo o bosque de 900 hectares e uma casinha, paisagem parcial do cenário da matança. Don Leú tinha jeito de saber muito sobre aquele massacre, mas nosso objetivo era entrevistar Rubén Villalba, o homem que supostamente liderou o grupo de resistência camponesa, o mais procurado pela polícia. Não era só olhar de saber muito, Don Leú realmente sabia muito. Ao ter certeza que não fomos seguidos, enviou uma mensagem pelo celular. E em seguida outra. Havia passado quase duas horas desde nossa chegada. A avalanche de filhos e netos de Don Leú, com suas risadas, sua nudez, e a curiosidade tímida ao princípio ao ver caras novas, mas com uma alegria imensa no rosto, nos lembrou que o mundo é ainda um território em disputa.

– *Areko once mitã*<sup>140</sup> – contou Don Leú. *Ko'áva la michĩvéva, upéi tuichapáma hikuái*<sup>141</sup>.

---

139. Desçam aqui!

140. Temos onze filhos.

141. Esses são os mais pequenos, os demais são todos grandes.

- *Ha umi otro kuéra moõ oi* –<sup>142</sup> perguntei.
- *Pindope opyta hikuái*<sup>143</sup>.
- Ah... – respondi.

Desde que chegamos ao lugar, RV refugiou-se no interior da casinha de madeira. Eu e minha colega de tarefas pensávamos que aquela casinha de precárias madeiras era o seu destino e que o nosso não estava tão longe daquele vale recentemente recuperado das plantações de soja. Estávamos errados. Com o nosso novo chofer percorremos vários assentamentos pela estrada de pedra, talvez uma das mais povoadas de todo Curuguaty, de comunidade em comunidade com seus cultivos, suas casas de madeira, suas aves de curral, suas árvores, seus animais domésticos, suas chacras e muitos fornos para processar carvão, a principal fonte de renda da área. A maioria daquelas comunidades eram dos ocupantes de Marina Kue durante o despejo ilegal realizado em 15 de junho: Yvypytá, Carro Cue e Brítez Cue.

No final da longa estrada de pedra, o chofer parou numa casa amável, cheia de gente, com uma matrona que nos serviu o *tereré*<sup>144</sup> e jovens que falavam do clima, da umidade deixada pela chuva, enfim, gente que tentava mostrar-se amiga em uma visita de rotina. Ninguém tocava no assunto, embora o nosso chofer aldeão não tirava o olho da venda da esquina, não parava de tentar reconhecer os passageiros das motos e fazer acenos

142. E os outros, onde estão?

143. Ficaram em Píndo.

144. Bebida fria típica e cotidiana do Paraguai, muito semelhante ao chimarrão. (N. T.)

a alguns homens jovens que iam e vinham de bicicleta para estar certo de que não tinham nos seguido até ali. Sem saber estávamos entrando a um território marcado por imputações de homicídios, invasão de propriedade e outros tantos delitos, imputação que recaía sobre gente muito jovem exposta a 20 anos de prisão a julgar pela ferocidade da acusação. O que podiam esperar esses humildes camponeses do monstruoso enredo jurídico se o massacre foi utilizado para destituir um presidente eleito por 43% da população? Apresentados naqueles dias do massacre nos noticiários como malvados camponeses que mataram indefesos policiais, qual outro destino esperava por eles senão a longa prisão. Após pouco tempo de chegados, três motos estacionaram ao mesmo tempo na casa. Três homens jovens de 20 anos aproximadamente, cumprimentaram ainda sobre as motos, perguntaram coisas de rotina, olharam ao redor e um deles sorrindo disse “*jahá*”<sup>145</sup>. Por um caminho completamente de areia, cruzavam-se jovens em motos fazendo senhas para os nossos condutores que dirigiam como se estivessem numa estrada com destino ao aeroporto. Deixando atrás a última casinha de madeira daqueles assentamentos conquistados por famílias de diversos lugares do país, internamo-nos na planície mais argilosa do Mbaracayu aonde enfim havia chegado Rubén Villalba. Pela primeira vez falaria como jornalistas e veria

---

145. Vamos.

o filho e a mulher. Como descrever o estado em que o encontramos? Com os olhos crispados e cansados seguramente pela vigília e pela memória do massacre e daqueles dias de umidade e gripe no acampamento de Marina Kue. Como descrever aqueles silêncios naquele rosto moreno, um olhar profundo e ao mesmo tempo esquivo, e uma alma a ponto sempre de explodir em lágrimas, permanentemente contidas pela condição de líder camponês. Como descrever aquele olhar que cruzava uma linha gigantesca do monte, lembranças de um passado não tão distante de todo o departamento de Canindeyú, parte do então imensa Mata Atlântica. Não, Rubén jamais imaginou aquele desfecho. Tinha-se preparado para resistir o ataque policial, mas nunca passou pela sua cabeça a dimensão daquele operativo. “*Anivéma jaiko ñañesũhápe. Hetaitereíma oje – jugá ñanderehe*”<sup>146</sup>, tinha dito ao grupo de jovens que o acompanhava no acampamento naqueles dias em que se preparavam politicamente para resistir. Ao ver que os policiais destruíam a bandeira paraguaia e jogavam por terra tudo o que encontravam ao seu passo, Rubén teve um pressentimento aterrador.

– *Tapehopa campamento-pe, hetaiterei hikuái*<sup>147</sup> – ordenou a RV, pressagiando seguramente uma ação de loucura. RV apertou forte o seu bebê e empreendeu com outras mulheres e crianças a retirada do acampamento.

Os ocupantes esperaram os policiais a uns três me-

146. Não vivamos mais de joelhos. Já brincaram muito com a gente.

147. Vão todos para o acampamento. São muitos.



tros da barreira improvisada com as bocas e narizes cobertos com panos, seus bonés, seus machados, suas foices e umas quantas espingardas e rifles.

– *Mba'e jajapóta*<sup>148</sup> – insistiu Néstor Castro para Avelino.

– *Ha ñaha'aróta chupekuéra* – repetiu Avelino. – *Oñemongeta vaerã ñanendive. Ndaikatúi kuationy're ñanemombo ko'águi*<sup>149</sup>.

Avelino tinha um pequeno machado na capa e na mão esquerda um estilingue com que caçava pássaros e coelhos.

– *Ko'ãa añamemby ndo respetái voi mba'éve*<sup>150</sup> – cuspiu Avelino ao ver que Erven Lovera, com as mãos estendidas, dirigia-se diretamente a eles dizendo *pesẽ ko'águi, campesino, pesẽ ko'águi*<sup>151</sup>.

Avelino enfrentou o ajudante de Lovera e Rubén Villalba o próprio comandante.

– *Epyta, oficial, epyta*<sup>152</sup> – disse Avelino, levantando o machado.

148. O que faremos?

149. Vamos espera-los. Devem conversar com a gente. Não podem nos tirar daqui sem documentos.

150. Esses filhos do demônio não respeitam nada.

151. aiã, camponeses, saiam.

152. Fiquem, oficial, fiquem.

## A BANDEIRA

É 15 de outubro, há quatro meses da tragédia. Pelo espanto, por temor ao que chamam jagunços (*matones*) ou por respeito ao campo regado de morte, os familiares das vítimas não havia entrado em Marina Kue. O capital, no entanto, não tem temor de negociar com fantasmas: apenas a polícia deixou de sitiar o terreno, os tratores descarregaram sementes transgênicas. Nesse 15 de outubro, de manhã, umas cinquenta pessoas entraram até o acampamento destruído para rezar pelos mortos. À tarde, com Maria Estela Olmedo, mãe de três jovens indiciados pelo massacre, e dois aldeões mais, cruzamos por um estreito caminho o território descampado e nos internamos na rala folhagem que percorre o riacho, desveste o lago e termina no barranco. Recebe-nos aquela madeira torta com a farrapenta bandeira paraguaia, um coqueiro de poucos espinhos cheio de furos de bala da polícia, a casinha que os ocupantes usavam como depósito, bolsas plásticas pretas das barracas desgarradas pelo sol, as chuvas, os destroços policiais e um imenso

silêncio. Maria Estela, mulher de falar, de conceber as coisas, de ter uma resposta para tudo, fica muda e seu olhar percorre um estranho mundo, fantasmal talvez. Ela conhece os mínimos vestígios desse acampamento no qual esteve dias e noites acompanhando os três filhos com a esperança de recriar a história familiar na terra própria, ajudando a sarar os doentes de gripe, diarreia e dores do corpo desgastado. O coqueiro regado de balas não só salvou a vida de Alcides Ramírez que, já na prisão, se declara em greve de fome ao lado de outros quatro incriminados, mas também, um pouco antes, teria servido de resguardo de um homem, muito bom atirador, que descarregou a maior parte do seu rifle de 18 tiros, de cima de uma pequena elevação, escondido entre as pastagens. Daquele lugar, com seus disparos, os camponeses que não caíram imediatamente no primeiro tiroteio policial teriam ganho uns segundos de proteção de fuga e depois, na retirada, já protegido pelo coqueiro, aquele homem descarregara as últimas balas. “*Ha'e oja-popaité. Hese'yre hetaitéve ojejukamo'ã la oreirũ kuéra*”<sup>153</sup>, relata uma pessoa muito próxima aos episódios do massacre, em voz apenas audível, como se o universo fosse uma enorme caixa de ressonância.

---

153. Ele fez tudo. Sem ele teriam matado mais camponeses.

## UM IMPONENTE SOL

Há uma luz intensa no rancho produzida pelo fogo. Em uma panela escurecida, a carne machucada, o alho, a cebola, a batata e o orégano cozinham a fogo rápido. O *bife koygua*<sup>154</sup> está quase pronto para o jantar. A luz do fogo ilumina o seu rosto redondo, sua dentadura branca, seus olhos pretos, esquivos. Não deixa de mexer com o dedo grande dos pés a terra do rancho. Parece exaltado, fatigado, com as terminações nervosas muitos desgastadas. Não tem dormido bem nos últimos meses. Assaltam-no pela noite cavalos selvagens que o desgarram, helicópteros que inundam bombas, espantos de crianças, execuções de feridos, minhocas em seu corpo apilhado com outros em fossas comuns. Desde a tragédia, Alberto ganhou um revólver na cintura e perdeu abruptamente a ilusão. Aprendeu a desconfiar, a imaginar qualquer estranho como potencial delator, quer dizer, como um inimigo. Assim olha para mim. É compreensível, quem pode confiar em um jornalista?

---

154. Comida típica do interior. (N. E.)

Proponho um trato: sem gravadora, sem testemunhas e onde ele se sinta mais seguro.

– *Hakúma ko’ápe, jahána amo*<sup>155</sup> – diz e me mostra outro rancho ao qual nos dirigimos com uma lâmpada na mão. É um celeiro deserto, com uma cama com colchão esponja.

– *Ko’ápe che ake*<sup>156</sup> – comenta. No rancho reluz um cartaz de um grupo musical e uma espingarda pende de um gancho. Estendo-lhe um cigarro, ele agradece o gesto, mas tira um Kentucky do bolso.

– *Ko’árupi hasy retopahaguã otra marca*<sup>157</sup> – comenta. Tudo fica em silêncio. A luz da lâmpada deixa-o pálido e o faz aparecer muito mais branco do que eu imaginava, com umas olheiras muito pronunciadas para a sua idade.

– *Ko’ápe opyta kuri pe ore socio*<sup>158</sup> – diz para mim mostrando o colchão.

– Ah... – respondo, sem pronunciar o nome. Eu iria me acostumando que nas entrevistas com os refugiados Rubén aparecesse de repente com esse apelativos: “*ore socio*”, “*pe ojehekáva*”, “*pe tipo*”<sup>159</sup>. Alberto não tinha mais de dois anos quando emigrou de Caaguazú, com a mãe, àquele assentamento que levantaram os primeiros ocupantes com força de trabalho e organização. Não foi fácil reduzir a exuberante floresta à vida camponesa; de dez homens da comunidade caaguacenha

155. Faz calor aqui, vamos lá.

156. Durmo aqui.

157. É difícil encontrar aqui outra marca.

158. Nosso sócio (amigo) havia ficado aqui.

159. Nosso sócio, o procurado, esse tipo.

lançados à luta nessas terras selváticas, só três ficaram, entre eles seu pai, que, em um ano e meio, pôde terminar um rancho mínimo, recolher os primeiros frutos de sua chácara e, como consequência, levar a família para se recriar em um mundo onde tudo, exatamente tudo, para eles, seria fundacional. Embora suspeito que precisa tirar para fora o que o devora por dentro, sinto que o deixo vulnerável demais, que o exponho demais. Então, um silêncio aterrador inunda o espaço. Alberto olha para baixo, rabisca o chão, acomoda e reacomoda o boné. Parece que nada pode contê-lo. Aquele 15 de junho de 2012, Alberto, com o nariz e a boca cobertos, um boné e uma espingarda que tremia em suas mãos, integrou-se à linha de defesa da ocupação logo atrás de Rubén Villalba. Sem espingarda nem machados, um irmão menor tomou lugar muito atrás deles. Em Marina Kue, Alberto debutava como ocupante. Arrastou o seu irmão menor que também queria um terreno para se fazer “homem”. “*Orekóma avei pérupi la ichonga*”<sup>160</sup>, comenta subitamente relaxado, para logo tomar novamente uma atitude grave, nervosa, vigilante. Alberto, posicionado atrás de Rubén Villalba, viu quando o comissário Lovera avançava e atrás dele os fuzileiros do GEO apontavam em posição de assalto.

– *Mba'ére peju péicha, oĩ heta mitã ha kuña orendive*<sup>161</sup> – ouviu Alberto da boca de Rubén.

160. Já tem também uma namorada por aí.

161. Por que vocês fazem isso? Há crianças e mulheres conosco.

– *Pesē ko'águi, campesino, pesē ko'águi*<sup>162</sup> – vociferavam Lovera e o oficial Sánchez.

– *Ore paraguayo, ore paraguayo*<sup>163</sup> – gritou Alberto. *Ore paraguayo, ore paraguayo*, repetiram outros. *Tembiguái, tembiguái*<sup>164</sup> gritavam em coro. Alberto viu quando Lovera, com o seu revólver na mão, quis desarmar Rubén. Viu quando Rubén o agarrou do tirante da sua jaqueta camuflada. Escutou um tiro, outro, escutou dizer *Ho'a Pindu, Ho'a Fermín*<sup>165</sup>, escutou, escutou, e já não cabia em si. Ele ali, com os seus anos novos, seus músculos fibrosos e uma espingarda. Na frente Rubén corpo a corpo com Lovera e os fuzileiros em posição de tiro. Ele ali, todo tremor, descarregou o seu único tiro e rodou pela pastagem rumo ao riacho, enquanto o universo pintava no leste um sol imponente como nos postais chineses. Ao Avelino levantar o machado, um disparo da primeira linha policial, armada como Galil, fuzil metralhador e MP5, pequeno fuzil metralhador, o derrubou sem amparos. Outro tiro imediato derrubou Fermín Paredes. Todas as cartas estavam jogadas. Um 38 de 9mm niquelado suave nas mãos de Villalba, que lutava com o comandante da operação Erven Lovera, e a este queimava o revolver. A reação camponesa começou como o segundo disparo e em muitos casos foi certa. Os que puderam atirar assim o fizeram e logo após

162. Saíam camponeses, saíam.

163. Somos paraguaios, somos paraguaios.

164. Esbirros, esbirros.

165. Caiu Fermín, caiu Pindú.

correram. Os que não, caíram ali, na frente, com as suas espingardas e machados. Uma bala na cabeça derrubou Erven e outra, quase instantânea, derrubou Rubén Villalba. Os membros do grupo de operações especiais se jogaram no chão e desde esse lugar inundaram de balas aquele delirante cenário. Os policiais não esperavam a reação dos sem-terra, aferrados a uma verdade histórica, a uma ideia superior ao reivindicar, ainda com a morte, o direito, mutilado desde a Guerra Grande, à terra própria. Esperavam diálogo, documentos, alguma lógica jurídica que, enfim, faz muito tempo deixou de formular equações em favor do direito para se posicionar como um gatilho mais da acumulação mafiosa. Como descrever o quadro posterior? Esse delírio de policiais descabeçados na busca por vingança, profundamente vulnerados em sua força, sua integridade e isso que chamam virilidade.





## ELEUTERIO

Rubén Villalba ligou para ele aquela semana. Disse que precisava de mais gente na ocupação. Eleuterio Brítez, 47 anos, dez filhos, da comunidade de Pindo. Tinha um filho de 18 anos em Marina Kue.

– *Mbá'e ajapóta. Aháta mante*<sup>166</sup> – disse a C.F., quando comentou que o despejo era iminente em Marina Kue. Eleuterio foi embora de Pindo sem imaginar que o operativo policial também era iminente. Chegou aquela quinta-feira quase no crepúsculo, com os mantimentos para o acampamento. Na terra prometida afincaria o filho e poderia estender a produção de alimentos para abastecer os dez filhos menores.

– *Oréko hetaiterei roikotevẽ la yvy*<sup>167</sup> – conta a sua mulher, apontando para as crianças com o tronco nu e as carinhas pintadas de terra. Para Eleuterio não era o melhor clima de recepção aquele de Marina Kue. O filho tinha comentado sobre o diálogo falido com o emis-

166. O que é que eu ia fazer? Tinha que ir.

167. Nós precisávamos de muita terra.

sário do Ministério do Interior, a conversa tosca com o delegado Arnaldo Sanabria e os intensos movimentos do pessoal do Grupo Especial de operações desde a entrada à propriedade, em Ybyrapytá.

– *Ndahá'ei la iporãmbáva la situ, pero mba'e ajapóta. Apytátamante. Oiko upépe la che rá'y*<sup>168</sup> – comenta, passando as mãos engraxadas sobre as coxas.

Eleuterio se deparou com esse clima já tenso.

– *Ipytyryry'ima lo mitá. Pe pyhare ahendu conversación por todo lado*<sup>169</sup>.

Eleuterio não conseguiu dormir aquela noite. O medo tinha se apropriado dele. Ele conhecia a história da resistência em Pindo liderada por Rubén para recuperar uma comunidade que estava a um tiro de desaparecer por causa da penetração da agricultura mecanizada. Entre um sonho e outro, assaltavam-no aquelas tentativas de despejo, a toma de reféns de policiais e promotores e a enorme tensão da segunda tentativa de despejo com mais de cinquenta antimotins e outros tantos policiais confrontados com a ideia inequívoca de que ali haveria um massacre se a repressão fosse ativada.

– *Aima che rykue rãme, moõ ahavéta*<sup>170</sup> – disse para si, ao ver um grupo de ocupantes se preparar para a resistência do dia seguinte. Ele não conseguiu dormir, ouviu na primeira hora da madrugada a batucada do

168. A situação não era boa, mas o que é que ia se fazer? Eu fiquei, lá estava o meu filho.

169. Havia muita ansiedade entre os homens. Aquela noite ouvi conversas por todos os cantos.

170. Já estava no baile, aonde ir.

grupo mais agitado com lemas como “terra ou morte”, “vencer ou morrer”. O resto, principalmente os antigos ocupante, quase todos de Yvypytá, dormiu as horas necessárias para se recompor. É que a maioria daqueles que tinham sofrido no mesmo lugar cinco despejos e, se a razão sucumbisse novamente ante o poder de um coronel, sofreriam, penosamente, um despejo mais. Aquela manhã a companheira de Eleuterio ouviu pelo rádio do ex-deputado Júlio Colmán que a polícia já tinha pisado o território ocupado e que esse senhor incitava a matança camponesa.

– *Che mo pirĩmba, ahendu pe karái Julio Colmán mbá'êicha pe he'i: penohẽ umi campesino pe inambĩgui ha pegueru chupe kuera fiscalía-pe.* Seu esposo e seu filho estavam lá, na mesmíssima ocupação. Eleuterio ficou em um grupo de machadeiros. Quando o frente camponês discutia com os comandantes do operativo, Eleuterio e seus demais companheiro da última linha perceberam que um segundo grupo liderado pelas forças antimotins os encurralava.

– *Mba'ére peju orenohẽ oréve, ore paraguay, ore paraguay*<sup>171</sup> – disse Eleuterio. *Ore paraguay, Ore paraguay.* Eleuterio ouviu um disparo e em seguida um outro; pareciam disparos com balas de festim, mas não eram. Essas primeiras balas do Galil, fuzil metralhador de patente israelense, uma recreação do FAL belga, ingressa-

---

171. Por que estão fazendo isso? Nós somos paraguaios.

ram nas vísceras de Avelino Espínola e Fermín Paredes. Ele ainda não sabia disso; ele, ali, com o seu machado levantado, interpelando os antimotins, ele ainda não sabia até que uma imensa explosão de metralhadoras, espingardas e rifles destroçaram corpos na frente composta por companheiros que foram confrontar a incursão policial que chagava sem vontade de dialogar, talvez já sem paciência por tantos preparativos para entrar em combate, talvez parte de um jogo perverso de derrubar os que consideravam líderes para despejar toda a ocupação. Talvez, talvez, ou talvez tudo isso em um jogo maior de forjar o massacre para derrubar o governo. Mas Eleuterio não se perguntava essas questões. Eleuterio, que tinha ido para Pindo dos fundos de Mandu'ará, já perto do rio, em busca de terras novas e de vizinhança, e que logo fora acompanhar o filho em seu desejo de um pedaço de terra, jogou o machado e correu pelo pasto em direção ao milharal e logo que se meteu no bosque, sem tempo de se perguntar sequer o que pôde ter acontecido com o seu filho. Àquela hora a sua mulher procurava alguma resposta no rádio de Julio Comán. Esperava ouvir nomes de feridos e mortos. Desesperada, sem comunicação com o esposo e o filho, imobilizada, sem saber para onde ir, assaltaram-lhe as lágrimas e as palavras: *mba'éicha péicha oje juga la paraguayore, peteĩ pedazo de tierra rekávo. La ore vida piko ndaha'éí vida, ore piko ndaha'éí paraguayore, che Dio,*

*la peichaite peve oje juga haguã ore rehe*<sup>172</sup>. Errante pelo bosque de Marina Kue, Eleuterio também ficaria esse dia sem saber o paradeiro do filho. À noite, tomou, com Rosa María e outro foragido, a decisão de cruzar o mihharal para sair na estada principal. Lá, um vendedor de verduras os recolheu. Às onze da noite pôde falar com a mulher. Só na manhã seguinte ambos saberiam que o filho também tinha fugido, quando, em Pindo, os familiares dos ocupantes já se preparavam para o velório coletivo. Mas esta comunidade de Yasy Cañy finalmente não teve que velar morto algum, embora muito perto, quase ao lado de Pindo, em São Blas, receberam o corpo envolto em plástico preto do que disseram era o senhor Andrés Riveros, de 67 anos, o mesmo que, ao sentir tamanha tragédia, conseguiu dizer *dessa já não me salvo*. “*Ja che tujaiteréima a dipara haguã*”<sup>173</sup>.

– *La roikuaa guive la péicha outaha hikuái temprano roganamo’ã la ka’aguy. Hetaiterei hikuái, ha oñemboty orerehe, ore reja korápe, ha upépe oiko la masacre*<sup>174</sup> – lembra Eleuterio. O filho indiciado vive de fazer bicos nas fronteiras com o Brasil. Naquela manhã de 15 de julho, sua juventude, seu ímpeto o ajudaram a salvar duas vidas e, embora Néstor Castro não lembre bem, foi ele que rasgou sua camisa e manteve ligada à sua cabeça a mandíbula destruída.

172. Porque assim se trata a vida dos paraguaios que necessitam da terra. . Nossa vida talvez não seja vida. Nós talvez não sejamos paraguaios, meu Deus, para jogarem assim conosco.

173. Já sou muito velho para correr.

174. Se soubéssemos que fariam isso, teríamos partido mais cedo para o bosque. Eram muitos e nos cercaram. Aí ocorreu o massacre.



## O DELÍRIO

Um tiro no ventre, vindo do frente policial, derrubou Avelino. Outro derrubou Fermín Paredes e o mundo explodiu em estouros rápidos de metralhadoras, espingardas e rifles. No mesmo momento da reação camponesa, caíram os comandantes do GEO, Erven Lovera e Oscar Sánchez. Depois das balas e espingardas e rifles durante o confronto principal, encrustaram-se entre os primeiros membros da frente metralhada dessa força especial. De cócoras e amontoados em um beco de pouco menos de dois metros de largura, quatro fuzileiros do GEO também morreram. Sem informação sobre o estado da ocupação, sem conhecimento da usurpação daquelas terras por parte de Campos Morombí, nem dos trâmites infrutíferos das missões anteriores e completamente desorientados, vários policiais declarariam após o incidente: “Fomos emboscados”, “fomos emboscados”, nas profusas imagens filtradas pela própria polícia e entregues à televisão paraguaia. Assim como os camponeses não esperavam que as primeiras balas do



ataque policial fossem de aço, os policiais jamais imaginariam a reação imediata de uma parte do grupo armado da frente camponesa que os deixara tão vulneráveis naquele beco de terra vermelha onde se meteram para tirar de qualquer maneira os camponeses do acampamento, daquelas terras do Estado. No primeiro confronto mais de vinte camponeses foram feridos, desses vinte, onze acabaram morrendo, vários deles com sinais contundentes de execução na reação delirante do corpo policial descerebrado.

## O MUNDO SEGUNDO AS BALAS

Adolfo Castro caiu ali, no mesmo frente, mas conseguiu rodar pela pastagem até o riacho e se esconder em um terreno coberto por palha, de onde viu quando uma bala acertar a coxa de Lucía Agüero; seu filho, agora inteiramente desprotegido, era levado por um grupo policial em pleno confronto. Sem pensar duas vezes, Adolfo decidiu entregar-se. Levantou as mãos e, naquele delírio sicário, três tiros mais derrubaram-no sem possibilidades de dizer amém. Um deles, na cabeça, destruiu-lhe o crâneo. Após a queda da frente camponesa, Delfín Duarte, metido entre os machadeiros, recebeu um tiro nas vísceras. No desespero ainda conseguiu um pouco de proteção no terreno coberto por palha, de onde observou o seu enteado Francisco Ayala desabar abatido por aquela tormenta de balas que inundou o lugar. Com o ventre destroçado, sentiu que daquela já não se salvava e ligou para a sua companheira para se despedir, talvez também para dizer que o seu filho tinha morto ou talvez pelo simples desespero de não saber o que fazer.

– *Che ko'ápe amanótama*<sup>175</sup> – disse Delfín Duarte para sua senhora, Lidia Ayala González.

– *Anína ere chéve péicha, che kamba*<sup>176</sup> – respondeu Lidia, destrozada pela morte do filho e o gravíssimo estado do parceiro – *Neremanomoi, che kamba. Amondóta gente peneayuda haguá*<sup>177</sup> – dizia entre soluços.

– *Ani peju, pende jukapáta hikuái*<sup>178</sup> – determinou Delfín e pediu para desligar. Lidia não queria se desligar de nada, mas a comunicação se rompeu quando um grupo descomedido do comando policial ouviu sua voz no palhal e o rastreou. Duas balas terminaram de fixar o corpo moreno de Delfín Duarte no chão e outra, a última, destruiu a boca, desfigurando seu rosto moreno, redondo, amável. Todos quantos viram ou sentiram a execução de Delfín Duarte entenderam que não era um bom momento para falar ao telefone e desligaram os celulares. O médico forense Matias Arce registrou que Delfín apresentava “uma ferida com arma de fogo na cavidade bucal” e que a causa da morte foi hemorragia aguda.

---

175. Estou morrendo.

176. Não fale isso, meu nego.

177. Não vais morrer, meu nego. Enviarei gente para ajudar.

178. Não venham, não venham, vão ser mortos.

## O QUE ACONTECEU COM FERMÍN PAREDES

Postado na primeira frente de batalha, o segundo tiro da polícia penetrou a coxa de Fermín Paredes, que caiu imobilizado dentro de uma vala. Sem poder se arrastar nem virar para fugir do lugar como a maioria dos que conseguiram sobreviver à matança, Fermín pedia socorro a gritos. “*Che ahendu porã, che ahendu porã*”<sup>179</sup>, relata um vizinho de Fermín. “*Pero naikatúi mba’ëve ajapo. La asêramo che jukáta hikuái*”<sup>180</sup>. No lugar aonde se encontrava, Fermín só via os policiais, que já haviam controlado o cenário de combate. Seus companheiros refugiaram – onde puderam. Da vala, Fermín, ensanguentado, pedia: “*pejúna che salvami, pejúna che salvami*”<sup>181</sup>, lembra aquele vizinho que ouvia o padecimento sem poder fazer nada. No desespero e diante da falta de socorro, Fermín também entrou em contato com um parente por celular para contar que estava muito ferido.

179. Eu ouvi bem, ouvi bem.

180. Mas não podia fazer nada. Se sássem me matavam.

181. Venham me salvar.

Na entrevista publicada por um relatório de Direitos Humanos sobre o caso de Marina Kue, um depoimento codificado e já traduzido ao espanhol descreve, confirmando a maioria dos testemunhos, que “Fermín Paredes levou um tiro na coxa e depois foi abatido. E Delfín Duarte, também ferido, mas sem gravidade, também foi abatido”. Embora no registro do médico forense Matias Arce não apareça a bala na coxa da qual se queixava Fermín, aparecem, no entanto, duas outras no peito (hemitórax, segundo o relatório médico) e uma no abdômen que, a julgar pelos testemunhos, teriam sido as que finalmente terminaram com a vida daquele homem. No testemunho codificado (com a proteção das fontes, mas com habilitação para um julgamento em cenário internacional) do relatório da Codehupy<sup>182</sup>, uma pessoa muito próxima a Fermín relata: “Fermín ligou para mim e disse: levei um tiro na coxa. Procurem um jeito de me ajudar. Depois fiquei sabendo, porque voltaram a ligar, que já tinham atirado nele. Ficou pedindo socorro e os policiais estavam vendo ele. Eles não socorreram os camponeses, só socorreram os policiais” (página 110 do relatório). No momento em que Fermín pedia socorro, outro testemunho recolhido pelo relatório assume que um dos policiais disse: “vão calar o que se queixa tanto”. E que um dos policiais apertou a arma no estômago de Fermín e atirou à queima-roupa.

---

182. Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai. (N. T.)

Luis Paredes, irmão de Fermín, teve sorte parecida. Abatido pelas primeiras balas policiais morreu com um disparo na boca. Lemos o relatório preliminar do médico forense Matías Arce: “uma ferida de arma de fogo na região retroauricular e uma ferida de arma de fogo na cavidade bucal com destruição do paladar posterior. Causa da morte: destruição da massa encefálica”.



## LUCIANO ORTEGA

○ que aconteceu com Luciano Ortega durante a tragédia poderia ter acontecido com qualquer filho daquela ocupação. O jovem de 18 anos, filho único, sobreviveu sem levar um só tiro no enfrentamento com a polícia. Socorreu o pai de 57 anos e o deixou em um refúgio. Logo em seguida, como um bom aldeão, levou um grupo de refugiados à colina. Logo após, voltou para procurar a mãe, quem tinha se resguardado no acampamento. O seu xará, Luciano Barrios, lembra que tinha se resguardado na colina à procura da mãe, expondo-se à polícia. O amigo com quem tentou resgatar mais gente e sua mãe, voltou ofegante para a colina. “*Nañane perdonamodí hikuái*”<sup>183</sup>, disse depois de relatar que tinham matado Luciano. Os pais de Luciano, Roberto Ortega (57 anos) e María Dominga Mora (49), ficaram mais desamparados do que nunca, num pequeno rancho de Yvypytã, instalado em um sítio cedido por um tio de Luciano à família. É que a família nuclear, pai,

---

183. Eles (os policiais) não terão piedade.



mãe e filho, sem loteamento próprio, já tinha se *ranchado* em Marina Kue com os seus porcos, galinhas e outros pertences do lar destruídos durante a operação policial. Com Luciano jovem, esta família pensava em se instalar como agricultores em Marina Kue.

## SOBRE COMO RUBÉN CONSEGUIU FUGIR

Com o disparo que passou resvalou em sua cabeça, sem penetrá-la profundamente, Rubén caiu no mato, ao lado de Erven Lovera. Nesses dez segundos da desesperada reação da polícia, que não esperava que a frente camponesa lhe devolvesse as balas, ele rolou pela passagem até chegar ao riacho. Ali atendeu a uma ligação com frases desconexas até o telefone ficar em silêncio. Na sala da rádio Fé e Alegria esse corte foi abrupto. Havia caído o principal repórter da ocupação, aquele homem que se comunicara em várias ocasiões para explicar a situação dos camponeses, para denunciar a permanente perseguição policial e inclusive para relatar o *ultimatum* para que saíssem de Marina Kue. Pela cabeça de Glória Vanessa, jovem cronista, passaram então tal qual gotas loucas de tortura chinesa ou bicadas de pica-pau as ocasiões em que Rubén Villalba disse, na conclusão de seus relatos, que o lema dos ocupantes era vencer ou morrer. Era mais uma frase em meio a uma tormenta de palavras que se emitem diariamente sem tomar nota

precisa do seu conteúdo, sua significação e seu contexto. Quem poderia resgatar hoje a palavra como representação do mundo; hoje, tempo covarde de balas urgentes que a sometem ao nada. Ali, ao lado do riacho, Rubén Villalba mergulhou para um longo sono. O primeiro a socorrê-lo foi Alberto, logo depois o seu irmão, Freddy, ambos haviam conseguido fugir das balas. Procuraram-no o resgataram da mata e o puseram, furtivamente, nas ladeiras mais arborizadas daquele *ysyry*<sup>184</sup>. Naquela noite chuvosa e depois de safar da rodeada policial, Freddy conseguiu um pouco de penicilina em pó com que cobriu toda a extensão da ferida na cabeça de Rubén. Nesse dia, já tinham dado Rubén por morto em combate, ele passou a noite privado de sentido, falando, em sobressaltos, coisas ininteligíveis. A noite do dia 15 lembrou que era junho e decretou que aquele belo sol do dia era presente demais, desatando sobre os sobreviventes uma chuva intensa que persistiria a madrugada toda. O corpo de Rubén dessalgava-se de tanta febre. Com um pedaço de bolsa plástica que os rapazes tinham conseguido resgatar do acampamento destruído, improvisaram uma estrutura para cobri-lo. Ninguém naquela noite pôde dormir com a chuva empapando o corpo dos sobreviventes. Ninguém, seguramente, teria podido fazê-lo mesmo se não houvesse chuva, tamanha a interrupção de suas realidades.

---

184. Riacho.

“*Tuichaiterei mba’e la oikova’ekue upépe. Ou hikuái, oñemboty orerehe, ore atropella. Pesē ko’águi, campesino, pesē ko’águi. Ndoikuaaséi mba’eve hikuái*”, nos relata Alberto. “*Noroimo’ái la péicha outaha hikuái*”<sup>185</sup>, repete, repete-se. “*Ore roimo’ã opytáta hikuái oñemongeta haguã. Upéicha ore roha’aró chupekuéra*”<sup>186</sup>. Quando ocorreu o que nenhum dos ocupantes esperava, Freddy, que nem machado portava, saiu em disparada também para o riacho. O seu irmão Alberto respondeu com uma bala de sua espingarda caseira à incursão policial e abandonou o lugar. Alberto encontrou no meio de todo o estampido Rubén já inconsciente. Acreditava que estava morto, mas de repente “*ahendu ipyahé*”<sup>187</sup>. Após o combate com a frente, os policiais foram à procura dos que fugiram para o barranco, os primeiros caminhos forjados pelos ocupantes na ideia de estabelecer-se na terra que, tinham certeza, lhes pertencia por direito e lei. A direção tomada pelos policiais na reação tremenda depois do primeiro estampido no frente de combate deu a Alberto o tempo necessário para arrastar o corpo de Rubén para o matagal. Ali, Alberto ficou cuidando de Rubén, a quem tinha aprendido a respeitar e admirar o suficiente para lembrar com precisão frases inteiras ditas por ele durante o acampamento. “*Un día he’i oréve:*

185. Foi uma coisa muito grande o que aconteceu. Acabaram com a gente, nos atropelaram.

Saiam camponeses, saiam, diziam. Não queriam saber de nada, não acreditamos que fariam isso.

186. Nós acreditamos que ficariam para conversar com a gente. Esperávamos eles com essa crença.

187. Ouvi ele se lamentado.

*mba'e sentido oguereko ñande vida sin dignidad. Si ko'a'ga oñeapunta ñande rehe fusil jajerure haguére yvy Estado mba'éva, mba'e oikopáta umi mitã'i kuéra gui, mba'e futuro oguerekóta hikuái*"<sup>188</sup>.

Passaram a noite debaixo da chuva no lado mais arborizado do riacho. No dia seguinte, Marina Kue continuava sitiado pela polícia: não havia forma de tirar Rubén no estado em que se encontrava. Só no domingo, aproveitando a arrogante manifestação das pessoas, criaram coragem para tirá-lo de lá. Caminhando entre os manifestantes, tiraram-no pela própria entrada a Marina Kue. Dali, em um automóvel, o transportaram até a casa de uma enfermeira de confiança. Nesse lapso já havia se propagado entre as comunidades vizinhas a ideia de que a polícia estava procurando por ele com determinação para matá-lo. “*Oje cruza-pa ko la patrullera ko'árupi*”<sup>189</sup>, lembra aquela enfermeira que finalmente salvou a vida de Rubén administrando antibiótico e soro. Ela não podia entender como ele pôde aguentar a febre no mais absoluto desamparo e debaixo da chuva. “*Peichaite ko la ñakã*”<sup>190</sup>, diz fazendo um gesto com as mãos, os braços e os olhos abertos como si tivesse enfrentado um monstro. Ela garante que algumas pequenas larvas de mosca já tinham ganho terreno na cabeça

188. Um dia disse para a gente: “Que sentido tem nossa vida sem dignidade? Se agora apontam para a gente com fuzis porque pedimos um pedaço de terra, o que vai acontecer com as crianças, que futuro vão ter?”

189. As viaturas da polícia se cruzavam.

190. Sua cabeça estava desse tamanho.

assustadoramente infeccionada. Só no terceiro dia de tratamento intensivo, Rubén recuperou certa lucidez.

– *Mbá'èiko la oikova'ekue?*<sup>191</sup> – perguntou.

– *Ani repenáti. Epytu'u porã ha upéi ñañemongeta*<sup>192</sup>

– respondeu a enfermeira.

A sua recuperação foi gradual naqueles primeiros seis dias o tratamento, mas no sétimo já tinha um bom semblante, queria se alimentar, se levantar e já falava, sem ter a menor ideia do que tinha acontecido, a reocupação de Marina Kue. “*Upérō romombe'u paite chupe la oikova'ekue ha há'e opyta péicha, mbá'èichambo há'eta ndé-ve, há'etevaicha ko ndaha'évéimava há'e*”<sup>193</sup>. Certamente é muito difícil descrever o estado em que encontrávamos Rubén Villalba, naquela primeira entrevista, ao lado do forno de carvão que lhe servia e abrigo noturno. Em um vale desde onde é possível ver o imenso Marakaju. Talvez as suas próprias palavras indiquem algo daquele estado em que ficou: “*La oikova'ekue chemo pensa todo el tiempo. Sa'i ake. Ndakyhyjéi chuguikuéra, aseguita aluchá, nambyasji la che vida, ajearriesgata hasta el último. Ha la chejukárō hikuái adediká a todos los compañeros osufría sin tierra, a todos los niños de la calle, a los indígenas sufridos también, entonces umiapeguarã*”<sup>194</sup>. E naquele momento, aquele corpo moldado pela virilidade

191. O que foi que aconteceu?

192. Não se preocupe, descanse, depois falamos.

193. Então, contamos tudo o que aconteceu e ele ficou assim, como dizer? Como se não fosse ele.

194. O que aconteceu me faz pensar o tempo todo. Durmo pouco. Não tenho medo deles, vou continuar lutando. Não tenho pena da minha vida. Vou arriscar até o fim. E se me matam, dedico a minha luta aos que sofrem sem terra, às crianças da rua, aos indígenas.

camponesa e o quartel, o protótipo de macho duro sem direito ao choro, não consegue evitar que os olhos crispados disparem lágrimas. O mundo humano é também uma representação de pedras quebradas, de porcelana estilhaçada, de pólvora e dinamite. “*Che rasẽ, ndahá’ei la che py’ájúgui, sino ambyasy che rapicha osufrí chéicha avei, arrenegágui che rasẽ.*”<sup>195</sup>

---

195. Choro não por covarde, mas pela gente que como eu sofre também. Choro de raiva.

## O REFÚGIO DOS FERIDOS

Luciano Barrios correu em disparada para o bosque, deixando atrás o seu irmão menor acurrulado entre o fogo e os atropelos da Montada. O irmão menor não se saiu muito bem. O garoto tinha chegado no dia anterior em Marina Kue com os mantimentos. Não conhecia ninguém na ocupação, nem os caminhos que levavam ao riacho, aos milharais, ao bosque. Depois do descontrole, foi pego pelos policiais, que lhe infringiram golpes fortes nas pernas, as costas e a cabeça. No bosque Luciano encontrou mais nove refugiados, dos quais quatro estavam feridos, e com Néstor Castro, cuja mandíbula inferior estava amarrada à cabeça com a manga de uma camisa. No primeiro tiroteio, Néstor tinha caído no frente. No caminho percorrido durante a desesperada fuga encontrou o filho de Eleuterio, que amarrou sua mandíbula com o pedaço de uma camisa. Mais tarde, encontrou Branca, companheira de Fermín e juntos internaram-se no bosque. À tarde, duas pessoas tentaram sair do território sitiado, uma terminou



morta. Diante do fracasso da primeira tentativa de sair do bosque, sequer passou pela cabeça de alguém mais tentar fugir de dia. Ao cair da noite, o grupo de Luciano e Néstor arriscou pôr os pés nos primeiros terrenos mecanizados. Ao ver que as viaturas, com as suas luzes de bandeira paraguaia, fechavam os portões de acesso e um longo trecho da estrada principal, entenderam que também era impossível fugir do lugar até então. Mas Néstor Castro já não estava para esperas. O sangue da mandíbula desgarrada amontoava-se em sua garganta. Os companheiros perceberam que, além de ter emudecido, o sangue estrangulava a garganta e obstaculizava a respiração. Luciano pegou uma vara fina e reabriu o conduto. Néstor lutava contra a morte de um jeito extraordinário, mas, para salvar a própria vida, necessitava que outras pessoas arriscassem a sua. Foi quando o grupo de dez pessoas decidiu, ao amparo ou desamparo da noite, escura e densa, arriscar tudo para salvar suas vidas, principalmente as dos quatro feridos. A cada vez que passava uma viatura, saíam em sigilo, em grupos de dois ou três. Ao cruzar a estrada, internavam-se em Yvypytá, aonde eram socorridos pelos vizinhos. Néstor, o mais grave dos feridos, foi parar no posto de saúde de Ponte Kyha, onde foi preso (uma ligação à polícia de Salto del Guairá delatou a presença dele no posto de saúde) e o enviaram para Curuguaty. Por intervenção de um médico, foi transferido ao Hospital e Emergências Médicas em Assunção, e logo após à Penitenciária da cidade de

Coronel Oviedo, sem que em todo esse tempo pudesse ser operado como era devido. No dia 5 de setembro foi levado ao La Esperanza, centro assistencial da Penitenciária de Tacumbú em Assunção, com a ordem de intervenção cirúrgica no Centro de Emergências Médicas. Com a mandíbula destruída, Néstor Castro deixou de consumir alimentos sólidos, para então era apenas pele e osso. “Atualmente, paciente com baixo peso, pois sua alimentação está baseada somente em líquidos (leite e suco), uma vez que só pode realizar uma abertura bucal mínima”, comenta o relatório da Direção Geral de Estabelecimentos Penitenciários e Execução Penal do dia 3 de setembro, dois meses e meio depois da tragédia.



## ADALBERTO

A tragédia da família Castro não acabaria com a execução de Adolfo, nem a destruição da mandíbula de Néstor. O irmão menor, Adalberto Castro, também caiu por uma bala na coxa durante o estampido. Imobilizado, não pôde fugir do cenário da tragédia. Estava nesse estado quando um agente da quadrilha policial apontou com uma arma para sua orelha e lhe deu a ordem para que levantasse e corresse. “*Che juka ko’ápe, naikatúi a dipara*”<sup>196</sup>, disse como lembram algumas testemunhas. Seguramente queriam que corresse para executá-lo, diz seu pai, Don Mariano, refletindo com resignação cristã.

– *Ejukakatu chupe, EPP-gua ko kóa*<sup>197</sup> – delirou um policial, segundo testemunhas.

– *Pehejána pe prójimo-pe, oje entregamako*<sup>198</sup> – interveio outro policial, presumivelmente da delegacia de Curuguaty. Porém, não o deixaram ali nem o levaram preso. O grupo se aborreceu com Adalberto até que

196. Me mate aqui, não posso correr.

197. Matem-no, é do EPP (Exército do Povo Paraguuaio, grupo paramilitar).

198. Deixem esse sujeito aí, já se entregou.

o deixou cheio de hematomas, ultrajado, no milharal, dando o rapaz por morto. É que o último golpe na cabeça com a culatra do fuzil o mandou para um limbo de consciência do qual paulatinamente foi se recuperando no hospital de Curuguaty, aonde chegou por essas coincidências estranhas da vida. “*La naha'ëirô nde día neremanoi voi, ha'êko che*”<sup>199</sup>, sentencia o pai, ao se referir ao jeito em que o filho menor se salvou. Nesse transe, de boca pra baixo no milharal, pensou escutar um murmúrio em português. Na sequência já se sentiu no asfalto, de onde um vendedor de verduras o levou até o hospital, local em que foi preso. É provável que aquele som em português tenha vindo de vozes de trabalhadores brasileiros daquelas terras destinadas aos grãos transgênicos. É provável, embora em Yvyrapytã, onde mora a maioria deles, sobre o assunto de Marina Kue, uma mulher que trabalha em um bar à beira da estrada, aconselha – “melhor não falar, é assim” –, perto do portão por onde entrou o grupo principal da polícia, ao lado de uma igreja evangélica onde se fala “só em português”, enquanto um grupo de adolescentes morenos e loiros conversam em português e guarani.

Em Yvyrapytã, da tragédia de Marina Kue “*melhor não falar. É assim*”

---

199. Se não for seu dia, não morre, penso eu.

## LUCÍA

- *Heta mba'e vai ambohasa che péicha*<sup>200</sup> – comenta sem olhar ao redor. Lucía Agüero vai muito para dentro de si a través da agulha que com que tece o *ñanduti*<sup>201</sup>. A sala do hospital está carregada de soros para a reabilitação das quatro pessoas que estiveram quase 60 dias na greve de fome. Uma importante pressão sobre o Ministério Público na capital, com uma enorme repressão às quatro da madrugada do 5 de novembro de 2012, gerou interesse no caso de Lucía, Luis Olmedo, Alcides Ramírez e Juan Carlos Tillería. Lucía olha ao redor com desconfiança e simula uma segurança superficial que, por dentro, parece se quebrar por completo e se perder na imagem de vidas derrubadas. Algo parece ter se rompido definitivamente nela aquela manhã do 15 de junho, algo que a leva intermitentemente ao sobressalto, à taquicardia, em tremendos espasmos e relâmpa-

---

200. Muitas coisas ruins eu passo desse jeito.

201. Tecido de ponto típico do Paraguai que imita as redes das aranhas. (N. T.)

gos de desconsolo e estranha lucidez especulativa. Três dias antes da tragédia tinha chegado a Marina Kue para acompanhar os irmãos.

– *Mbá'éiko oikopáta ñande hegui, che Dio?*<sup>202</sup> – perguntou a si mesma e perguntou para Rosa María, na retirada determinada pelos líderes da ocupação ao ver que a fileira dos policiais armados com metralhadoras se alongava por pelo menos duzentos metros, cobrindo o estreito caminho de terra vermelha. Na retirada, encarregou-se do filho de três anos de Néstor Castro, RV do seu bebê de três meses, e assim cada mulher do acampamento teve ao seu cargo proteger alguma das crianças que lá se encontravam. Ela ouviu os dois disparos secos sem imaginar o que aconteceria na sequência. Aqueles dois tiros que derrubariam Avelino Espínola e Fermín Paredes poderiam ter sido balas de festim, mas não eram. A primeira linha de combate não estava integrada pelos antimotins, mas sim pelo esquadrão militarizado de assalto. Como imaginar as cenas posteriores? Nem os próprios policiais esperavam a imensa reação camponesa que abateu seis homens na sua frente de combate. O delírio tinha tomado conta do cenário. Os efetivos do GEO, jogados no chão, inundaram de estouros automáticas por espaços de dez segundos, provocando a queda instantânea de vários camponeses. Depois, rasgada já qualquer cordura, abatidos os seus comandantes,

---

202. O que é que vai acontecer com a gente, meu Deus?

começaram uma perseguição delirante, um quadro de feridos executados e pessoas que saíam do seu esconderijo já com as mãos levantadas. Lucía, ferida na coxa, viu o seu irmão, De los Santos Agüero, cair e presenciou a execução de alguns dos feridos com o terror de padecer a mesma sorte.

O que terá se quebrado nessa mulher? O que terá se quebrado definitivamente nesse pequeno de três anos que viveu a explosão dos fuzis e pistolas, os estrondos das espingardas e rifles, o voo rasante daquele helicóptero de observação, os estampidos das granadas arremetidas de cima, a perseguição e as execuções. Os policiais olharam para Lucía e lhe arrebataram o filho de três anos de Adolfo Castro, que, após ter a boca coberta como um pedaço de pano, ficou entre o grupo de combate. Lucía lança um olhar penetrante, estende o manto de ñanduti e a seguir dispara um sorriso quase infantil que expõe uma bela covinha no rosto. Com a família em diáspora, ela sem amparo, teria ido à procura de alguma contenção dos irmãos, algum sentido que devolvesse algo de dignidade a sua vida. E se encontrou com esse eletrochoque naquela terra usurpada para a extensão da semente transgênica, com esses homens e mulheres do campo recriando-se em epopeias passadas de vencer ou morrer para roubar da barbárie ao menos um pouco de sentido, com essa gente humilde que viveu a experiência dos pais de ocupar e se assentar um terras usurpadas;



essa gente que, sem tomar conta que o enredo da máfia local era também um degrau a mais naquela gigantesca cadeia mundial de acumulação, tinha decidido que não se moveriam daquelas terras.

## O CAMINHO DE ROSA MARÍA E JUAN RAMÓN

Tomada pelo desespero e pela orfandade, Rosa María pensou que as balas tinham ferido o seu corpo em uma desastinada escapada da tragédia em direção ao bosque. Caiu uma e outra vez no percurso sem sentir a pele, os ossos, a carne presentes. Como e o que é um corpo no meio de um delírio bélico. O mundo explodia em seu corpo, dentro, e todas as balas a desgarravam por dentro, por dentro. Exausta, já no bosque, esfregou uma mão na outra, tocou seus dedos, seus braços e sentiu que esse mundo era algo bem próximo a um pesadelo do qual acordamos antes de morrer. Já em si, se há um *em si*, encontrou-se com uma pessoa quase tão espantada como ela: Don Leú. Olharam-se, reconheceram-se e ficaram como os olhos bem abertos, em profundo silêncio. “*Guyryry, sununu, hasênvá la bala ore ári*”<sup>203</sup>, lembra Rosa María. A eles uniu-se outro desterrado. No estampido, e depois de ver Avelino cair, Juan Ramón jogou-se no chão e, arrastando-se pela pastagem, chegou ao riacho. Toda a carne tremia e os olhos eram enormes focos sobre a tragédia. Como aqueles olhos da

---

203. remor, trovoadas, choravam as balas sobre nós.

revelação viu seu amigo Delfín cair por causa de um disparo na coxa, e ouviu quando ele se queixava com a mulher da ferida que recebera. “*Mba’ëve naikatúi ajapo. Apu’ãro ajejukáta. Tipo guerra ite ovyeyj hikuái, gracias a Dios la oñedefendea oñe defende chugui kuéra. La ojapoa hikuái, directamente háe petéi saqueo ha muerte*”<sup>204</sup>, comenta. Por caminhos diferentes, Rosa María e Juan Ramón salvaram-se de serem abatidos pelas balas. Porém, até as nove da manhã do sábado nada souberam da existência um do outro. Rosa María percorreu com seus dois companheiros de tragédia o bosque e depois entrou com eles para o milharal até sair na estrada principal, ao redor das onze da noite. “*Che pytyry hendive kuéra. Che kalambre pa a dipara hápe*”<sup>205</sup>.

Conhecedor dos caminhos de Marina Kue, Juan Ramón decidiu sair aquela mesma manhã, sendo um dos primeiros a se libertar do território ensanguentado. “*Plata la orejuka páva. Norekói otro sentido oho haguã hikuái o masacrá péicha humilde campesino-pe*”<sup>206</sup>, reflexiona este homem. “Roubo e morte” são as palavras frequentes que Juan Ramón usa quando perguntado sobre a matança. Não é para menos. Na operação policial perderam as poucas coisas do patrimônio familiar: uma moto, os *mboka ñuha* (armadilha para caçar tatus e outros bichos para alimentação, instrumento apresentado como “arsenal bélico” dos camponeses por parte da polícia e a promotoria), o machado, a enxada e pertences de cozinha.

204. Não pude fazer nada. Se me levantava, era morto. Chegaram em operação de guerra. Graças a Deus, quem pode se defendeu deles. O que fizeram foi roubo e morte.

205. Corri com eles até me dar câibras.

206. Foi o dinheiro o que matou todos eles. Se não, não tem sentido que tenham massacrado daquele jeito humildes camponeses.

## UM POUCO DA HISTÓRIA DE PINDO

São quase dois meses do massacre. Com a minha colega de tarefas vamos até a comunidade de Pindo para juntar pedaços da história da ocupação de Marina Kue. Por um caminho de terra chegamos à casa do nosso principal contato, Emilio Marín. Ao lado, um tanque d'água que ficara como parte do território comprado na penetração da agricultura mecanizada. É o rancho de Emilio Marín, jovem dirigente do Movimento Agrário do Paraguai. Ali, no terreno que fora vendido por seu pai aos brasileiros, instalou-se durante a reocupação das terras. Pindó é uma comunidade conformada em 1965, em Yasy Kañy. É um dos primeiros assentamentos de camponeses chegados de outras regiões do país. Como o tempo, vários dos assentados vendiam suas parcelas de dez a vinte hectares aos brasileiros que tinham a intenção de produzir soja e outros grãos transgênicos. Os filhos dos antigos assentados saíam da comunidade e os pais ficavam sem força suficiente para explorar as fincas. De comprar vinte hectares aqui, dez lá, os produtores *sojeros* conseguiram completar

cerca de 170 hectares que, com o tempo desenharam um espaço completamente desmatado no meio de Pindó. A penetração paulatina e constante da agricultura mecanizada na comunidade camponesa foi brutal para as plantações tradicionais. Antes mesmo de crescer morriam o milho, a macaxeira, afogados pelo *roundup*, o mata-tudo como é chamado no campo, que deixava crescer as sementes transgênicas, devastando todo o resto ao redor. Em desespero, vários agricultores tradicionais apressaram a venda de seus lotes, que começaram a se acumular para a produção transgênica. A comunidade camponesa ficou completamente encurralada. Era, segundo Emilio Marín, sair do lugar ou impedir a lavoura. Não tinha outra opção. A gota foi finalmente a penetração dos tratores até a beira de um manancial, alimento do riacho que servia à comunidade como fonte de água para os animais, lavar a roupa, se refrescar. “A gente tomava água dali”, intervém C.F., também ocupante de Marina Kue, mas que esse dia do massacre não se encontrava no lugar. Pensava em voltar naqueles dias prévios, mas “*ajesalva. La aĩguive upépe che ndadiparamo’ái chugui kuéra*”<sup>207</sup>. C. F. não era tão curto de palavras, nem com tanto tique nervoso como aparece na entrevista gravada. Perceberíamos esse detalhe só depois, já fora do microfone, quando íamos para aquele manancial na garupa de moto em que nos locomovíamos. Nele encontramos um aldeão maravilhado de poder contar a história de sua comunidade.

---

207. Me salvei. Se tivesse estado lá, não correria deles (os policiais).

Quando os tratores chegaram a uma distância a dois metros da nascente, no dia 7 de agosto de 2008, um grupo de quarenta pessoas coordenadas pelo Movimento Agrário do Paraguai instalou-se no lugar para reocupar o território mecanizado. No princípio, C.F. olhou com desconfiança a ocupação, realizada com apoio de pessoas de outros lugares do país, só depois, três meses depois, foi se aproximando timidamente. *“Mba’e rojapóta. Apilla la oremuñapataha. A acompañá chupekuéra ante ke la oremosẽmba la brasileiro kuéra”*<sup>208</sup>. Nascido e malcriado em Pindo, a incorporação de C.F. ao acampamento foi decisiva para que toda a comunidade se somasse à luta e protagonizasse uma obstinada resistência diante das intervenções policiais e promotores que tentaram restituir as propriedades dos produtores brasileiros. A experiência da comunidade de Pindó pode ter estabelecido o modelo de resistência da ocupação de Marina Kue. Diante da eminência dos desalojamentos, colocaram uma divisória com um enorme tronco que cruzava a rua onde esperavam a operação policial com machados levantados. Em Marina Kue um cimbre foi colocado sobre a ponte com uma bandeira paraguaia e aquela inscrição de vencer ou morrer como já descrevemos. Em Pindó os policiais e os promotores eram retidos em uma barreira e ali eram combatidos com machados. Na segunda tentativa de despejo,

---

208. O que podíamos fazer? Entendi que seríamos expulsos. Acompanhei-os antes de os brasileiros tirarem todos da comunidade.

os policiais agarraram um ocupante. Com um machado na mão, liberam-no. Naquela ocasião, todos gritavam nervosos “*ore paraguayo*”, “*ore paraguayo*”, “*mbá’ère peju pe defende extranjero-pe, ocontamináva ore yvy, ore arroyo*”<sup>209</sup>. Também na ocupação de Marina Kue algumas pessoas gritavam “*ore paraguayo, ore paraguayo*” quando os policiais ingressaram, sem se deter diante da barreira, com atitude explícita de expulsá-los do lugar. A terceira tentativa gerou a maior tensão entre os ocupantes daqueles territórios comprados para a extensão dos transgênicos, os policiais e os promotores. A comitiva de quatro promotores e dos policiais foi acompanhada de um dos compradores de parte da comunidade de Pindó, Guanes Minusi. Operaram com procedimento de rotina: colocaram como barreira enormes troncos de madeira. Ali, os policiais e promotores deveriam parar para conversar. Com os seus machados de lavoura, os ocupantes esperariam a comitiva. A operação policial e da procuradoria parou ao chegar à barreira estabelecida. O brasileiro demandava ação desde sua camionete. C.F. gritou “*mbá’ère peju péicha, peẽ tembiguái peikóva*”<sup>210</sup>. As pessoas, muito nervosas, atropelaram a comitiva. Um dos promotores foi pego pelo pescoço. Nesse lapso, um dos policiais sacou a arma. Um ocupante, com um pequeno machado, apontou para sua cabeça e per-

---

209. Somos paraguaios, somos paraguaios, por que vocês defendem estrangeiros que contaminam a terra e a água?

210. Por que estão fazendo isso?

guntou: “*e-disparáta piko?*”<sup>211</sup>, desarmando o policial e apontando para sua cabeça. O policial disse “*péa ogue-reko bala chera’a*”<sup>212</sup>.

– *Mejorve upéicharamo*<sup>213</sup> – respondeu. Ao ver que as coisas não iam muito bem, o empresário brasileiro ligou a camionete e saiu apavorado do lugar. Os assistentes da promotoria e os dois policiais foram feitos reféns por cerca de quatro horas. Naquele tempo, Rubén Villalba cansou-os com um discurso campesino, nessa estranha tentativa de pessoas que acreditam na causa de que todo ser humano pode se rebelar diante de sua condição de opressão ou repressão. Mas a pregação não funcionou. Ao serem liberados, os quatro agentes ficais e os dois policiais voltaram com vários outros armados e uns setenta agentes antimotins. A comunidade camponesa soube dessa reação desde que entraram os caminhões na estrada principal e se preparou com maior ímpeto.

– *Moõ piko aháta. Che jukáta mantehikuái upépe. Ikuentave amano ko’ápe ke amano arrodillado*<sup>214</sup> – disse Pedro Escobar, que tinha deixado a vida de peão de fazenda para procurar um lugar em que pudesse fazer seu próprio cultivo, criar seu gado e considerar-se, enfim, dono de si mesmo. Novamente estenderam os grandes troncos de madeira na rua. Umhas 150 pessoas esperavam com os seus machados na mão.

---

211. Vai atirar?

212. Esse tem bala de verdade, meu amigo.

213. Muito melhor, então.

214. Para onde é que eu vou? Na certa eles me matam. É melhor morrer aqui mesmo do que de joelhos.



– *Orejukátamante, pero ko’águi norosemo’ã*<sup>215</sup> – disse, então, Rubén Villalba aos policiais e promotores. “*Ndaikatumo’ãi ko ou oreinupã mba’e, porque la oreinupãrô ko lo mitã oguereko avei machete*”<sup>216</sup> reforça Emilio Marín. “*La oinupã guive hikuái lo mitãme oiko mo’ã petei masacre*”<sup>217</sup> enfatiza F.C. Os policiais tentaram rodear Villalba, para cercá-lo, distanciá-lo das pessoas, mas a reação foi imediata, e protegeram-no com os machados. “*Mba’ëiko rojapóta*”<sup>218</sup>, confessa-nos um dos policiais que participaram da ação. “*Ropyta upépe, romá’ehese kuéra, ha ro retrocede*”<sup>219</sup>. “*Opilla hikuái la lo mitã ipochypámaha*”<sup>220</sup>, reforça Emilio. Mas Guanes, um dos empresários brasileiros, não se dava por vencido. E conseguiu que a promotora Ninfa Aguilar reorganizasse um grupo de duzentos policiais. Tomando conhecimento de tamanha intervenção, os ocupantes chamaram mediadores de direitos humanos. Já não se tratava de apenas dois policiais armados ou forças antimotins. Era um exército armado muito difícil de conter com simples machados. A posição dos ocupantes foi, claramente, diferente. Fizeram as pazes e, tomando o compromisso de recolher as coisas das casas ocupadas, despejaram o caminho. O proprietário ainda se lamentou por não terem queimado os ranchos, nem terem retido os pertences.

215. Para nos tirar daqui, só matando a gente.

216. Não era tão fácil assim bater na gente. Os companheiros tinham seus machados.

217. Se tivessem levantado a mão contra os companheiros, teria sido uma massacre.

218. O que iríamos fazer?

219. Ficamos aqui. Nós os vimos e recuamos.

220. Entenderam que os companheiros já estavam muito chateados.

Após a retirada policial, os ocupantes voltaram para seus assuntos. Vencidos, os proprietários pactuaram vender a terra ao Indert para devolvê-la aos ocupantes. Negociação em que continuam, decidindo quanto e como. VQ, ocupa-se todos os dias desses trâmites. Um dia é sim, outro é não. O dinheiro já está disponível, mas algum saldo ficou na conta. Há pouco mais de um mês recebeu esta mensagem de um dos donos: “O Partido Colorado já vai voltar ao poder”. Com Emilio e C.F. fomos de moto até o riacho. No caminho atravessamos um território cheio de troncos de antigas e enormes árvores derubadas para preparar a plantação de sementes transgênicas. Parece uma paisagem devastada por um incêndio florestal. Quando as máquinas avançaram neste terreno os membros da comunidade lançam-se completamente à recuperação do território para a produção agrícola familiar. A comunidade reagiu enfrentando as máquinas e expulsando os motoristas.

O manancial é água transparente e boa. Reforçamos a garrafa térmica do tereré e percorremos uma parte do riacho até uma linda praia de areia. Nesse lugar, de ar fresco, água cristalina e intensos cheiros, entendo por que a comunidade de Pindo pôs tudo em jogo por aquele território. Pindo é, definitivamente, um lugar bom para viver, digo para mim mesmo, e também Marina Kue que, com o seu riacho, bosque, lago, redesenha essa paisagem de terra mecanizada de mais de vinte quilômetros como um oásis no deserto. Mas não bastou a

barreira importa pelos ocupantes nem os machados e as espingardas que levantaram aquele 15 de junho para pressionar os policiais ficassem e forçar o diálogo. Bunge, Cargill e Adm têm silos muito perto de Marina Kue. Ceder esse lugar para um assentamento humano seria uma derrota nessa longa ocupação territorial da produção transgênica. Além disso, ao não poder conviver com o veneno utilizado para a soja e outros grãos transgênicos, as comunidades em algum momento se levantariam pedindo mais. Na última visita a Pindo, os moradores acabavam de sair às ruas para reclamar a recuperação do território agrícola familiar. Desde de que se impões o golpe sicário formalizado no 22 de junho de 2012, e desde que foi dito que já não avisariam aos possíveis afetados sobre ordens de despejo, a comunidade de Pindo monta guarda permanente desde o cruzamento até os fundos da estrada de terra que, após passar barrancos, montes de areia, interna-se até tropeçar com as beiradas do Curuguay'y.

## O QUE VIDAL VEGA SABIA

As letras da lei e da justiça em favor dos pobres dormem quando o poder estabelecido atua com a total impunidade e os gerentes dos governos de turno não se atrevem a pôr em risco esse poder, deixando as pessoas ao desamparo diante de aparatos formais de repressão, como ocorre quase todos os dias, e como ocorreu o 15 de junho de 2012 em Marina Kue. No campo, quando os aparatos formais não dão guarida; quando as pessoas, em sua absoluta miséria, reivindicam e exigem o cumprimento de seus direitos, aparece o matonismo sicário como forma de silenciamento. Este é o cenário em que, naquele 1º de dezembro de 2012, um sicário acabou com a vida de Vidal Vega, duas vezes secretário da Comissão de Vizinhos de Naranjaty, e no momento de sua morte, síndico da comissão e ativista da organização de vítimas e familiares do massacre. Não esperava eu alguma novidade naquele sábado caloroso tomando tereré e jogando damas na Praça da liberdade quando V.Q. me trouxe a notícia. A notícia me estremeceu. Lembrei en-

tão da última entrevista com ele, em seu rancho. Lembrei daquele homem que tinha recriado um jeito muito peculiar de captar e melhorar o sinal da TV: por cima do teto de chapa emergem dois paus de bambu em cujas pontas uma lâmpada, de formas espiraladas, recebe um cabo com luzinhas em que termina o longo percurso de outras três lâmpadas fluorescentes, em forma de tubo, retas e finas, entrecruzando-se. Lembrei que em Vidal resplandeciam dois dentes encapados que revelavam a época de sua juventude, quando usar relógios encapados de ouro, dentes dourados brilhantes, algum anel bem imponente ou calças estilo boca de sino era considerado *batuta à beça*. Lembrei também que a casa de tijolos com teto de chapa incluía um quarto, um rancho com fogão a lenha e um pequeno depósito de materiais de trabalho; e que no sítio criavam dois enormes porcos, davam seus primeiros frutos os duzentos pés de tomate e o galo cantava sem relógio no tumulto de galinhas que se rebuscavam para achar minhocas e sementes abandonadas na terra. Recordei-o amável, aberto, transparente e capaz de arriscar em busca daquilo em que acreditava. E maldisse novamente essa forma tão estúpida de perder as coisas. Uma semana antes estava programado que eu fosse entrevistá-lo, a ele que tinha facilitado os vídeos do massacre, mas não, eu tinha perdido o dinheiro destinado para esta viagem. Aquele sábado, 1º de dezembro, tive vontade de chorar, gritar ou desaparecer justo no momento em que andava nessa intenção estranha e

vã de ser um homem rude. Vidal tinha suas diferenças metodológicas com a última ocupação, mas entendia claramente que a organização se baseou na profunda crença em que aquelas terras eram do Estado e estavam legalmente habilitadas para a reforma agrária. “*Iclaro porãiterei lo mitãme. Ndaha’ëiko la campesino itavýva ni ijabusivo. Lo mitã oentende porã mavã mbá’épa, pero ñande ñai petei mafia del poder judicial, mafia política omantenéva ko’ã mafioso o usurpáva, upéva la tema, ha ojerovia hikuái porque oguereko petei poder alternativo ñaneretãme*”<sup>221</sup>.

Já na tarde do 14 de junho de 2012 o mundo de Yvypytá veio abaixo. A notícia corria de porta em porta. “*Oútama la desalojo che áma*”<sup>222</sup>, disse Vidal Vega à sua mulher. Montou a motocicleta e saiu para a rua observar aquela espetacular operação policial. Na noite do dia 14, já estavam acampados no portão principal de acesso a Marina Kue os 42 efetivos do Grupo Especial de Operações, umas 25 viaturas ao longo da estrada e a cavalaria. O pressentimento de que alguma coisa muito grande estava para acontecer assaltou-o de repente. Ele sabia que dessa vez muitos dos ocupantes tinham decidido morrer por aquele pedaço de terra, e lembrava que nem o despejo de 2010, em que foram presas 49 pessoas, teve

221. Era muito claro para as pessoas. Não que os camponeses sejamos ignorantes e abusivos. Sabiam muito bem de quem eram as terras, mas ficamos a reboque de uma máfia judicial, de uma máfia política que mantém esses usurpadores e se gabam de ter um poder alternativo no país.

222. Já vem o despejo, minha senhora.

um quadro operacional daqueles por parte da Polícia Nacional. Por que é que Marina Kue tinha adquirido tanta importância, perguntou-se naquele momento, ao lembrar que um pelotão do grupo de operações especiais e efetivos policiais de outras unidades estavam acampados há um ano e meio. “*Ndahá’evéima peteĩ desalojo común ni ndahá’evéima problema judicial. Che a maneja laja kóa há’ema golpe políticorã, porque más de un mes 100 a 150 policías orrodea, orronda, oreko hikuái petei estrategia. Ha upe díape o inunda hikuái*”<sup>223</sup>, contaria depois para a gente. Aquela majestosa dispersão policial manteve em vigília várias famílias de Yvytytã na noite do 14 de junho. Na madrugada do 15 o minucioso percurso em que procuravam lenha para a fogueira e ervas para o mate alterou-se completamente. Centenas de pessoas de Yvytytã observaram aquele deslocamento policial desde as quatro da manhã. O telefone de Vidal Vega não parava de tocar. O desespero tinha-se apoderado das famílias de Yvytytã.

Vidal Vega entendia que a operação policial era parte de algum plano maior. Como, se não, explicar aquele efetivo policial jamais visto para tirar de uma ocupação um grupo de não mais de 60 pessoas. Vidal ficou sabendo da operação no dia anterior quando suas vizinhas enfermeiras foram convocadas, na noite do 14 de junho quando observou o deslocamento de três gran-

---

223. Já não se tratava de um despejo comum. Pelo o que eu sei, já era um golpe político, porque mais de 100, 150 policiais rodeavam, rondavam, fazia mais de um mês, e aquele dia inundaram.

des ônibus com efetivos trazidos de Cidade do Leste, quando viu desfilar quatro ambulâncias, quando ouviu logo cedo o sobrevoos do helicóptero. Todos, para ele, sinais de mau agouro. Vidal conhecia a intimidade daquela ocupação, a história daquelas terras, a decisão dos antigos ocupantes de se aferrar cada um à sua parcela, e sabia de cor e salteado o expediente 135.504 do Indert. É o expediente da Comissão de Vizinhança dos Sem-Terra de Naranjaty que ele tramitava. Sabia tanto que num instante nos revelou o número do expediente, confirmou que aquela terra foi doada às Forças Armadas em 1967, que Nicanor Duarte Frutos a transferiu ao Indert em 2004 para a Reforma Agrária, que Campos Morombí tentou legalizar a usurpação com um processo judiciário que saiu a nome de outra finca, que o advogado Víctor Peña Gamba, três anos depois, tentou em vão corrigir, e que, por tanto, e em consequência, aquela terra era do Estado paraguaio, somente do Estado paraguaio e deveria ser distribuído entre integrantes da Comissão dos Sem-Terra de Naranjaty, que fazia o trâmite desde 2004.

O que é tudo isso, meu Deus, por que tanto absurdo, por que essa formação policial contra camponeses que ocupavam uma terra à qual tinham direito por Constituição, por lei, por inciso, ponto e vírgula. *Mba'ére, mba'ére.*<sup>224</sup> Vidal tinha um pressentimento ater-

---

224. Por quê, por quê?



rador que tentou em vão esconder de sua mulher e em vão quis administrar com os vizinhos que assaltaram a estrada para observar o operativo. Vidal tinha mais informação que o resto e mesmo nervoso, com um trágico pressentimento, tentava se sobrepor para conter a avalanche de mães e irmãs desesperadas que tinham saído para a estrada principal desde as quatro da madrugada. Não cabia em sua cabeça a presença de efetivos armados com Galil, fuzil metralhador com a possibilidade de atingir um objetivo a 300 metros, com MP5, pistola metralhadora calibre 9 mm, efetivos da Fope, do GEO, da cavalaria e reforços da polícia convencional.

Às quatro da manhã começou a lenta incursão policial ao território ocupado. Após o massacre, Vidal integraria plenamente a Comissão de Vizinhança dos Sem-Terra de Naranjaty e a comissão de vítimas e familiares de vítimas, articulando o vínculo das vítimas com agentes de direito humanos, com investigadores de todo tipo e assumindo posições frente a novos gerentes do governo paraguaio. Ele carregava um desafio para as novas autoridades: “*Ro’éta chupekuéra ojaipotapa hikuái (o assentamento) o rojapóta ore. En eso no hay negociación posible*”,<sup>225</sup> comentava com a gente na entrevista e, com uma força que representava o espírito dessa histórica luta camponesa, atirava outro míssil: “Marina Kue tem que ser um assentamento camponês. Não podem ficar

---

225. Perguntamos a eles (ao governo) quem é que faria a ocupação, eles ou nós.

impunes nossos 17 mortos”. Vidal Vega, 47 anos, nascido em Paso Mbutu, cidade de Horqueta, departamento de Concepción, homem aberto, amável, foi abatido na madrugada do 1º de dezembro de 2012 em seu rancho, na frente de sua família, por balas sicárias. Na região, sua voz clara, transparente, soma-se a outras vozes como a do grande líder de Santa Catalina, Yasy Cañy, Mariano Jara, assassinado em 2010, na frente de familiares por um capanga de coronéis que rapidamente foi liberado pela máfia política e judiciária de Curuguaty, depois de sua captura pelos vizinhos e um policial que acreditava estar cumprindo o seu dever.



## A IMPOTÊNCIA

Dizíamos que a umidade tinha envolvido o acampamento e adoecido os ocupantes naqueles dias preliminares do massacre. Esse motivo e os três filhos na ocupação foram o suficiente para que María Estela participasse integralmente do acampamento com a esperança de que os seus, como ela e o marido, conseguissem um lugar para fundar um lar. Mãe e enfermeira, María Estela chegava até mesmo a dormir no acampamento “*porque ojagarrapáma chupekuéra la humedad. Ou oky hetaiterei ha heõmba la ikochõ. Oky heta, ro’y, hykuepáma ha hasypáma avei pépe hikuái*”<sup>226</sup>. Com a vinda do nosso maio chuvoso, o lago e o riacho tão próximos ao acampamento aumentavam a sensação de frio, umedeciam ainda mais o acampamento e contribuía para uma insistente gripe. María recria o cenário: “*Hasta ao o-comparti hikuái oñondivepa. Itristé’i rehecha algunos ndaijaói ha ku iro’ýró, ojatapy lo mitã carpa gúype, ombyaty jepé’a ha*

226. Foram completamente tomados pela umidade. Choveu demais, e os colchões ficaram encharcados. Choveu muito mesmo, fazia frio e ficaram doentes.

*ojatapy, inclusive la ijao omokã tatatime*<sup>227</sup>. A sua filha, Brígida, de 26 anos, com três filhos homens, salvou-se do massacre por pura casualidade. Esteve no acampamento desde o dia 15 de maio, como outras cinco mulheres que também precisavam de um pedaço de terra para se estabelecer, produzir e dar de comer aos filhos. Brígida não consegue explicar como o massacre pôde ter ocorrido. “*Mbá’èichambo há’éta ndéve, ndagueroviáiti ko’ágate peve la oikóva upépe. Che aimo’ã i-fácilta la aba añafincá che memby kuérandi, por lo menos animal acriá haguá*”<sup>228</sup>. Ela ficou sabendo da tragédia pelo rádio e foi tomada por susto, preocupação, raiva, e assim ficou durante aquele e nos sucessivos dias. *Kuña pyryryí*<sup>229</sup>, Maria Estela, sua mãe, é dessas mulheres que podem levar o mundo no ombros, um pouco pelo caráter herdado, e em grande parte por conta de tudo o que construiu na vida ao lado do marido.

Ambos nascidos em Pastora, Caaguazú, uniram-se à primeira ocupação naquelas extensas terras que durante o regime de Alfredo Stroessner foram cedidas ao então chefe da Polícia, Francisco Brítez Borges. Era um enorme *ka’aguy*<sup>230</sup>, lembra e o marido diz ainda: “*Ore rojurô guare ko’ãa ka’aguy ha jaguarete kua*”<sup>231</sup>. Da sua

227. Até as roupas eram compartilhadas. Era muito triste ver as pessoas passando frio, sem roupa. Acendiam as fogueiras debaixo das barracas, enxugavam a roupa com o fogo apesar da fumaça.

228. Como explicar? Até agora não consigo acreditar no que ocorreu. Eu achava que seria fácil conseguir um terreno onde morar com os meus filhos e pelo menos criar animais.

229. Mulher ágil, trabalhadora.

230. Monte.

231. Quando viemos para cá, tudo isso era monte, moradia de onça-pintada.

comunidade, Brítez Cue, houve uma dúzia de ocupantes, a maioria jovens, entre eles sua filha, mãe solteira de três crianças que, casualmente, no dia do massacre não estava no lugar sitiado. Quase todos os ocupantes de Marina Kue, eram garotos que cresceram em outros assentamentos como Carro Kue, Yvypytã, Brítez Cue, Pindo... Aquele 15 de junho ela estava no trabalho, em um pequeno posto de saúde de Brítez Cue. Ali ouviu no rádio que em Marina Kue tinha ocorrido um enfrentamento, com camponeses e policiais mortos. Brítez Cue fica a uns trinta quilômetros do trágico teatro. Dos fundos já é possível ver as primeiras linhas do bosque do Mbaracaju. Nessa altura a terra vermelha e fértil começa a ceder lugar à argilosa e a se alternar com pedregulhos, forjando terrenos bons para o pastoreio, mas pouco recomendáveis para o plantio. Neste mesmo momento em que ela soube da tragédia, disse ao seu companheiro de trabalho “*Che aháta upépe, porque che aguereko che familia*”<sup>232</sup>. Ao sair à rua, encontrou muita gente de moto, gente conhecida a quem em sua grande maioria, em sua função de parteira empírica, ajudou a cortar o cordão umbilical. Em 40 minutos chegou à estrada e se deparou como cenário da tragédia completamente sitiado. Tentou então se misturar entre os trabalhadores de saúde. Ninguém mais além da polícia podia entrar na área, três horas depois do

---

232. Eu vou pra lá, porque lá está a minha família.

massacre. “*Ndaikuaái ko ahánepa atopa vivo o muerto la che familia kuéra*”<sup>233</sup>.

A tentativa de falar por telefone com os filhos de 20 e 16 anos foi vã. Daquele lugar observou o espetáculo de balas, bombas de gás lacrimogêneo jogadas do helicóptero, chamas e um tumulto que evocavam os relatos de seu pai sobre a Guerra Grande, cujo panorama ela imaginava igual a aquele. Foi assaltada pelas memórias dos antepassados ao viver aquela fumaceira levantada com a pólvora, o *tatarendy*<sup>234</sup>, “*pe helicoptero’i mb’êicha odispara hina, pe tata rendy ho’a nderehe, la metralleta iformal-ete ojepoi laja upe rire hina. Pe kállepe katu ndaikatúi ne rembiapo chuguikuéra ni forma de auxiliar oikoteveva pérupi, opytáva opytáma*”<sup>235</sup>. Amiga da maioria dos ocupantes, recebia ligações por celular com informações sobre os feridos que ficaram cercados e sem auxílio, mas nada sobre os filhos. Esperou lá por três horas, entre os trabalhadores de saúde, impotente, sem informações e sem poder auxiliar os camponeses feridos, enquanto os policiais eram resgatados naquelas primeiras horas do massacre. “*Pe socorré ñande gente-pe ha pebeja umi otro-pe*”<sup>236</sup>, ouviu um dos chefes da operação de regate falando. Ela lá, esperando informação sobre os filhos; ela, enfermeira, sem poder auxiliar os feridos, observou

233. Não sabia se encontraria a minha família viva ou morta.

234. Fogo.

235. O helicóptero, o jeito como despejava o fogo sobre as pessoas, o som de uma metralhadora. Era impossível trabalhar por causa de tudo aquilo, não era possível atender a quem precisava, quem ficava, ficava.

236. Socorram nossa gente e deixem os outros.

como os policiais eram auxiliados e ela, lá, comendo as unhas sem saber dos filhos, nem dos camponeses feridos. Para María Estela não era um espetáculo sensacionalista, não estava lá por uma simples curiosidade sobre quem ficou preso debaixo de uma roda de caminhão ou quem quebrou a costela em algum dos numerosos acidentes de moto, não era isso, além de contar com dois filhos na ocupação, viu nascer e crescer a maioria dos jovens de Brítez Cue e acompanhou permanentemente a ocupação com remédios e mantimentos. Compartilhou com eles o frio, a umidade, o mate, a fogueira, a gripe e a espera de contar com um pedaço do chão roubado do Estado paraguaio por Campos Morombí.





## HÁ MULHERES...

Há pessoas que fazem que essa história não seja um ponto morto e que fique em litígio a bastarda ideia que envolve os nosso covardes corações de que nada pode ser feito contra o que está estabelecido; gente que estabelece a dúvida que nos lembra que a história é um ponto móvel. É gente, enfim, necessária. Naquele 15 de junho, a informação sobre o massacre encontrou Dominga Nogueira no assentamento de Mandu'ará, em seu habitual percurso pelas comunidades. Ela, mulher de organização, já sabia alguma coisa sobre o despejo antes dele acontecer. E dos tantos que viveu e acompanhou em sua vida, não esperava nada daquela dimensão. Se na última intervenção policial desalojaram 650 pessoas, o que é que poderia acontecer de extraordinário em uma incursão armada para desterrar uns quantos jovens, mulheres e crianças. Nada extraordinário. Que resistência essa gente poderia opor. Dominga, como a maioria da direção camponesa, estava ocupada com outras questões, ocupada em consolidar os assentamentos conquistados desde as semanas posteriores

à queda da ditadura stroessnista. Ela mesma tinha apoiado aquela ideia de que o mais importante naquele tempo não eram novas ocupações, mas o mantimento da vida comunitária naqueles cem hectares que o povo conquistou ao longo de 20 anos em Canindeyú.

O que fazer para que os jovens não migrassem para estudar, para conseguir salários, para que não revendam os seus terrenos, para que a produção primária tenha preço, para estender mercado, saúde, educação e outros serviços, conseguir capital através de projetos agrícolas, ampliar a cobertura de saúde e educação nos assentamentos, os novos ocupantes de terra ficavam em geral, sem uma cobertura organizativa maior, uma das razões pelas quais emergiu no centro das disputas territoriais a Liga Nacional de Carpeiros, que no primeiro ano de governo de Fernando Lugo meteu grande pressão com barracas estabelecidas ao lado das terras de Texeira, em São Pedro, de uns 22 mil hectares, e que se posicionara como primeira força de ocupação com cerca de 5 mil pessoas que exigiam um assentamento em Ñacunday, Alto Paraná, em terras usurpadas pelo czar da soja no Paraguai, o também brasileiro Tranquilo Favero.

A ocupação anterior das terras de Marina Kue, que desembocara em um desalojamento de umas 650 pessoas, foi liderada por uma pessoa afim a esse setor, o dirigente liberal<sup>237</sup> Leonor Rivas. Com as mais antigas

---

237. Pertencente ao partido político PLRA. (N.T.)

organizações camponesas ocupadas com a consolidação de serviços para assentamentos, e fortemente combatida (cerca de cinquenta indiciados por perturbação da paz pública, invasão de propriedade e outros supostos delitos) a tentativa de direção da ocupação por parte de gente afim à Liga Nacional de Carpeiros, os últimos ocupantes de Marina Kue ficaram isolados, sem cobertura política maior, sem um vínculo institucional muito forte e com a única ideia de agarrar com unhas e dentes aquele pedaço de terra, que com a razão superior da necessidade juraram defender com a vida se fosse necessário. Dominga Noguera é médica naturista, com estudos em diversas universidades. Mora no povoado de Curuguay, bem ao lado da rádio popular Canineyú que ela ajudou a instalar e ajuda a sustentar com muitas outras pessoas pertencentes a organizações sociais. Com orgulho afirma que de sua antiga comunidade, Luz Bela, há apenas uma semana depois da queda Alfredo Stroessner, ocuparam um extenso latifúndio e o transformaram no que é hoje o populoso assentamento de Maracaná.

Ficou sabendo cedo daquele 15 de junho sobre a tragédia. Como María Estela, deixou suas coisas e se foi para Curuguay ver em que poderia ajudar. Ali viu que os policiais feridos eram levados em ambulâncias, camionetes comuns, contavam com doutores e instrumentos de saúde, mas que nenhum camponês, ferido ou morto era tirado daquele território sitiado senão até as dez da manhã. “*Che aha a-ayuda haguã alguna cosa-pe,*

*pero roguevi jey*”<sup>238</sup>, comenta. Ao ver que polícia cercou o cenário do massacre, Dominga foi até o hospital de Curuguaty. No hospital conversou com a ministra de Saúde, Esperanza Martínez, que tinha emitido uma ordem à direção regional de não enviar funcionários médicos ao cenário da tragédia porque continuavam ouvindo tiros esporádicos que muita gente garante que eram parte de uma caça posterior dos camponeses feridos ou refugiados, muitos já indefesos. Enfim, “*i-preocupante la situación, tumulto ápe ha amo, desesperante, ndeikuaái mba’épa rejapóta*”<sup>239</sup>. Ao saber da ordem do Ministério de Saúde, entrou em contato com um ex-aluno, então trabalhador da APS (Atenção Primária de Saúde) e outro aluno, indígena, que conhecia bem o território ensanguentado. Juntos prepararam o terreno para ingressar “*porque roikuaa la heta campesino herido oiha upépe ha la agente de salud ndoguerekovéima la orden oikehaguã hikuái*”<sup>240</sup>. Dominga e os familiares das vítimas sabiam quase com precisão a localização de algumas pessoas feridas em estado crítico sem a possibilidade de socorrê-las de imediato. Com oito paramédicos e várias pessoas próximas às vítimas, entraram ao terreno como se fossem trabalhadores de saúde, com roupas brancas, algumas insígnias da Cruz Vermelha e remédios básicos.

238. Fui para ver no que poderia ajudar, mas recuamos.

239. A situação era desesperadora: tumulto e desespero por todas partes e não podíamos fazer nada.

240. Porque sabíamos que havia vários camponeses feridos e que a ordem era que os agentes de saúde já não entrassem no lugar.

A equipe de quarenta pessoas que Dominga Noguera recrutou poderia se deparar com cenas desgarradoras. Decidiram morder a língua para não levantar suspeitas para a polícia que sitiava o lugar. Com as vestes brancas, a equipe improvisada de socorro dos camponeses feridos não teria inconveniente em entrar pelos fundos, em direção aos barrancos, ao riacho, à ladeira. Dos quarenta, Dominga contava com oito pessoas capazes de prestar socorro médico imediato. O resto era de familiares dos ocupantes como “coração”. Dessas pessoas esperava-se ajuda na busca e contenção ao encontrar casos graves. Essa equipe de tarefas extrainstitucionais resgatou sete feridos graves. *“Ronohe kyhápe, ore espalda-pe, ronohe. Ohupytyhápeve la camión rogueraha hospital privado-pe”*<sup>241</sup>. Não fosse por essa intervenção de coragem e compromisso com as pessoas, ela acredita que talvez amanhecessem mais sete mortos. Além dos sete feridos graves, alguns outros que ainda podiam caminhar com ajuda. A entrada da equipe paramédica permitiu a localização de mortos, o que ajudou na busca do outro dia, quando os familiares, desbordando o medo e o cerco imposto pela polícia, entraram com a multidão reunida para procurar os corpos abandonados na área: os de Fermín Paredes e os de De los Santos Agüero.

Nesse tempo o ex-deputado Colmán já tinha revisado sua posição. De fazer a incitação para tirar como

---

241. Retirávamos os feridos em redes sobre as costas. E até onde dava o caminhão os levávamos para hospitais privados.

fossem os terroristas, somou-se logo ao grupo que entrou para buscar os corpos abandonados ao outro dia. Dominga acompanhou outra vez aos familiares. Uma foto que recorreu o mundo mostra a desolação de Martina Paredes, irmã de Luis e Fermín Paredes, ao encontrar Fermín coberto com um manto preto, abandonado entre a pastagem, com balas atropeladas na boca e uma tira de balas de grosso calibre que estenderam sobre o seu torso antes de deixá-lo abandonado. No cenário do crime não só encontraram dois corpos, mas também muitas balas usadas pela polícia de assalto durante a operação que não foram incluídas entre as evidências levantadas pela promotoria. Foi assim como as pessoas de Curuguay salvaram sete feridos mais e foram as pessoas das comunidades vizinhas que localizaram os corpos de dois falecidos abandonados pela polícia nas pastagens.

## O DUELO POLICIAL

○ mundo arde. O *removido*<sup>242</sup> não para de pegar novos passageiros da estrada 7 que conduz a Ciudad del Este. Logo, logo vou perceber que demoraríamos pelo menos sete horas para completar o percurso até lá. Os dias prévios à peregrinação pela Virgem de Caacupé são sempre assim, sufocantes, lembra um dos passageiros. Eu tinha sucumbido novamente à propaganda do *sim senhor, é um ônibus direto, senhor, chega em cinco horas senhor*. O ar condicionado entra em colapso e o chofer finalmente cede, não sem reclamar, à massiva exigência de abrir as janelas. Eu tinha prometido a José Alma chegar até a sua unidade, o Grupo de Operações Especiais, antes de terminar o seu turno. O sal do corpo desborda em suor e o corpo pegajoso estava longe de exalar colônia francesa. Dia ruim para avançar a leitura de *O mundo segundo Monsanto*, digo para mim mesmo e tento, por tédio, entrar em um balanço soporífero. Ciudad del

---

242. Tipo de ônibus de longos percursos interurbanos com várias paradas na estrada. (N. T.)



Este recebe-nos com ar quente e uma fila de mais de três quilômetros de grandes caminhões transportadores de grãos, os silos de Cargill e outras empresas, e esse relevo cheio de bosque do Paraná que percorre as terras mais férteis da América do Sul e que abrigara até não muito tempo atrás a Mata Atlântica e milhares de espécies florestais registradas com tanta paciência por Moisés Bertoni, eminente biólogo suíço. Na saída da rodoviária, uma fila de barracas de plástico preto abriga a comunidade indígena desterrada de seus antigos territórios.

O Grupo Especial de Operações encontra-se no centro de Ciudad del Este. Na unidade, uma estampa dos seis efetivos falecidos, todos do GEO, com Santa Rosa, a santa dos policiais, que diz: “Venham mortais piedosos e ajudem-lhes a alcançar, que Deus os livre de penas e os leve para descansar”. No pátio, um monólito com ares de mármore como o nome dos combatentes caídos em Curuguaty serve de cabeceira para a pista de formação, em cujo centro uma circunferência contém o símbolo de uma unidade: um puma em disputa com flechas. Na sala de tiro, uma chapa de madeira lembra o mais jovem dos caídos, que cursava o segundo ano da formação geral do GEO, com o número 217. No comando “deixamos de ser nós mesmos para, como prisioneiros de guerra, ser um número ao serviço completamente da unidade e a disposição da ordem”, conta José. Almada é o primeiro e o mais antigo instrutor dos membros do Grupo Especial de Operações, criado em

1994. Em seus primeiros anos de carreira policial, Almada esteve ao serviço do Regimento Escolta Presidencial, durante o último período de governo de Alfredo Stroessner. A noite do 2 e 3 de fevereiro de 1989, meia hora depois de deixar a guarda, já dormindo, surpreendeu-lhe o golpe de Estado promovido pelo sogro de seu filho, o general Andrés Rodríguez. Em 1994, durante o governo de Juan Carlos Wasmosy, foi-lhe encomendada a tarefa de organizar aquele corpo de operações especiais, que com o tempo viria a se organizar como força tática de desalojamentos de camponeses.

Nesse tempo, foi transferido de Assunção para Ciudad del Este, de onde não saiu mais, a não ser para as visitas a cada quinze dias ou cada mês aos seus familiares que moram em Itauguá, cidade a 36 quilômetros de Assunção. Almada conhecia cada um dos 42 membros do GEO que ingressaram em Marina Kue encabeçados pelo subcomissário Erven Lovera e o oficial Osvaldo Sánchez. “Somos uma entidade obediente, operativa, não deliberante, altamente treinada para combates corpo a corpo, recuperação de reféns...”, reconhece. Aquele 15 de junho, ao saber da tragédia e das baixas policiais, José Almada deslocou-se em uma ambulância rumo a Curuguaty. No hospital, desesperado, tentou dar um ordem naquele caos de feridos e mortos entre os seus. A tensão e o desborde nas forças policiais eram totais.

“Assim deve ser a guerra”, comenta um suboficial ainda não recuperado daquele susto. Como memória

dos momentos de alta tensão, José Almada guarda no celular uma mensagem que data daquele 15 de junho: “Vocês que se cuidem, tem gente que se prepara para matar policiais”. Como Lovera e os outros membros do GEO, Almada conhecia pouco ou quase nada da situação das terras de Marina Kue e das redes de poder, quase mafiosas, que tinham se estabelecido em Curuguaty há décadas. “Nós recebemos ordens e atuamos em consequência, não somos uma entidade deliberante”, lembramos no momento em que perguntamos se conheciam os aspectos históricos daquelas terras ou se sabiam das vezes que de lá desalojaram camponeses com ordens de inspeção, que camuflam de certa legalidade as operações de despejo. No momento da entrevista, Almada mostra surpresa ao ficar sabendo, por mim, da morte por mãos sicárias de Vidal Vega, dirigente de duas ocupações de Marina Kue. Abre bem os olhos ao escutar a informação. Porque houve tanta pressão para que procedesse aquela intervenção, pergunta-se também Almada ao lembrar dele, do mesmo jeito que Vidal Vega, a dimensão da incursão policial com uma linha armada do GEO, da Fope, a Cavalaria e policiais de serviço comum e, sobretudo, ao lembrar que quase toda a capacidade operativa do GEO foi utilizada por mais de um mês nos arredores do lugar esperando, talvez, a ordem de despejo.

Almada não esteve naquele enfrentamento; só pode chegar a tempo no hospital para dispor o que fazer com os mortos e feridos de seus quadros de assalto. Não este-

ve naquele enfrentamento em que seus homens cobriam o comandante Lovera e o oficial Sánchez na penetração do território ocupado pelos camponeses. Não esteve no momento em que Avelino Espínola, um dos mais antigos ocupantes de Marina Kue, sacou o seu machado, levantou-o e disse ao Sánchez para ficar onde estava “*epyta upepe, oficial*”. Não esteve no momento em que, da primeira linha policial, um dos homens treinados para resistir a situações de crises e avançar sobre territórios minados, atingiu com uma bala de sua metralhadora as vísceras de Avelino e este caiu com o seu pesado corpo. Também não esteve quando derrubaram Fermín Paredes com disparos certos. E não esteve no momento da reação camponesa que desorientou a frente policial armada até levá-la a um delírio de sangue, perseguição e execuções. Ele sente que algo estranho ocorreu ali, que tem outra gente metido nisso, e se pergunta como reparar tamanha perda das famílias das vítimas policiais e como reatar o valor e a obediência entre seus subordinados. Almada lembra de Erven Lovera como um homem de caráter, treinado para intervir em situações limite e de Sánchez, impetuoso, decidido. Ele me mostra um lenço branco com pintas pretas, presente antecipado da filha de Eren Lovera pelo Dia dos Pais. Exibe fotografias dos efetivos do GEO mortos naquela batalha e me fala dos familiares em luto. Mostra, com orgulho, a pequena construção erguida artesanalmente para os treinos de recuperação de reféns ou combate em ambientes fechados.

Além de não saber por que foi dada tanta importância àquela operação, Almada entende que eles não contavam com plena informação de inteligência. “Não é certo que não se ponham todos os dados de relevância sobre a mesa antes de cada operativo”, queixa-se o alto oficial de comando, durante a entrevista na unidade operativa. Inteligência, inteligência, o que aconteceu com o serviço de inteligência, pergunta-se aquele oficial, e se soma assim à queixa de um alto componente da comandância da polícia de então. “O serviço de inteligência nunca esteve dirigido pelo governo. É como se tivesse corda própria e interesses muito ligados aos donos de terras e outros setores de poder no país”, comenta uma cronista policial de muitos anos no ofício. “Eles não respondem ao Estado”, conclui.

Naquele 15 de junho os ocupantes esperavam diálogo com alguma autoridade que mostrara alguma ordem ou explicasse com base em que documentação seriam despejados daquele território doado em 1967 por La Industrial Paraguaia S.A. ao Estado paraguaio e transferido por decreto presidencial ao Indert em 2004. Mas a operação não foi encabeçada pelo delegado Arnaldo Sanabria, então chefe da Quarta área, nem pela promotora Ninfa Aguilar, mas sim diretamente por um grupo operativo de assalto, o GEO. Desse jeito, não havia diálogo e, sem ideia das condições subjetivas da ocupação, começaram o despejo sem mostrar documentos, sem explicar razões, sem nada de nada. Todos os policiais fo-

ram efetuar um despejo<sup>243</sup>, embora a única ordem legal com que contavam fosse uma ordem de inspeção. A reação camponesa desarticulou a primeira linha policial no primeiro embate. O alvo policial era único: os fuzileiros do GEO estavam todos na primeira fila formados sobre aquele pequeno sendeiro de terra vermelha. Os seis policiais mortos, incluídos os chefes, e os feridos, correspondem a esse único e fugaz momento da reação dos ocupantes. Um tiro derrubou de braços Erven e três balas mais, inseridas em seu peito, muito perto do pescoço, deixaram-no sem ar. “Hemorragia aguda intratorácica” é a causa da morte de Lovera, afirma o médico forense Floriano Irala. Osvaldo Sánchez, que se enfrentara com Avelino Espínola, após a queda do camponês, também recebeu tiros de curta distância debaixo do queixo e no pescoço, além de dois ferimentos de raspão em ambos lugares do corpo, segundo o relatório forense. Os quatro policiais morreram por impacto de balas no pescoço, no antebraço, no abdômen descoberto pelo jaleco antibalas, e um dele recebeu um tiro na cabeça, o suboficial Juan Gabriel Godoy. “As espingardas, ao disparar múltiplos projéteis, ou seja, uma nuvem de várias balas em cada disparo, permitem acertar com facilidade a curta distância, ainda que com parte dos tiros, o impacto é em cheio, demolidor. O poder de detenção de um só disparo a curta distância é enorme. Ao se expandir, esta

---

243. Fato assumido por quase todos os efetivos policiais nos relatórios adjuntos ao dossiê da promotoria.

nuvem pode atingir mais de um alvo de uma vez, se estão juntos, pode pegar dois a uns 15 metros e três, a uns 35. A dispersão das balas e a rápida perda de velocidade fazem com que perda eficácia rapidamente a mais de 50 metros”, explica a Wikipédia sobre a arma majoritariamente usada pelos ocupantes.

Além de Lovera e Sánchez, nas filas policiais morreram Juan Gabriel Godoy Martínez, Derlis Ramón Benítez, Wilson Cantero e Jorge Rojas.

## O FANTASMA DA OCUPAÇÃO

Poucos conhecem esse homem. Moreno, pequeno, olhos de lince e muito bom de tiro. Ao ver o jeito como avançava a frente policial, encabeçada por fuzileiros em posição de tiro, este homem pressagiou muito cheiro de pólvora. Desde a frente camponesa, retiraram-se uns quantos metros em direção à explanada onde sua visão para os tiros melhorava bastante. No momento da ocupação tinha um rifle de 18 tiros, o que fazia dele a pessoa com mais disponibilidade técnica e instrumental para o combate. Durante a reação camponesa, este homem teria descarregado seus 18 tiros contra os policiais da primeira linha e desapareceu da cena sem deixar rastros. Algumas fontes garantem que esse ótimo atirador teria dado disparos certos no ombro e outras áreas descobertas a pelo menos quatro dos seis policiais de assalto falecidos. O conhecimento de sua existência reabriu nesta investigação a suspeita sobre franco-atiradores externos. Logo confirmaríamos que



o inominável era mais um excluído incorporado recentemente à ocupação, também com a intenção de obter um lote para morar. Depois da tragédia, esse diminuto ser transformou-se num mito silencioso nas paragens extraordinárias da consciência de alguns ocupantes. Por seus disparos contra a primeira linha policial em formação na pequena senda que não tinha mais de dois metros, muita gente pôde se salvar aquele dia, comenta Don Leú, porque, desorientados, os efetivos se jogaram ao chão dessa visão dispersa, pouco precisa, atropelada pelas balas, regaram de relâmpagos desesperados o cenário da matança. Uma tarde de sol quase crepuscular, a primeira revelação da presença deste homenzinho me produziu calafrios e me deu muito em que pensar. Hoje, fechando estas páginas, decidi deixar sem traços definidos este protagonista, um pouco pela impossibilidade de seguir seus rastros, atizada pelo medo recriado com o assassinato de Vidal Vega, e pela própria complexidade de um caso que, para a promotoria, foi fechado só em torno dos ocupantes, apresentados como perigosos criminais que se associaram para matar policiais. Ainda com os cuidados tomados na descrição quase fantasmagórica desse personagem, neste mesmo instante não sei se faço certo incluindo-o no texto. Sequer sei se faço publicando este livro.

É uma madrugada fresca e eu sem erva mate nem gás de cozinha para aquecer a água do mate. Vejo na

caixinha de Philip Morris dois cigarros. Antes pouco do que nada.

Curuguay, 20 de janeiro de 2012.

Marina Kue, onde ocorreu o massacre.  
Foto: CigarraPy



# AS TERRAS

Marina Kue, onde ocorreu o massacre.  
Foto: CigarraPy





## AS TERRAS

Naquela manhã do 15 de junho, Ignacio Vera, chefe do Indert em Curuguay, recebeu uma ligação que o deixou sobressaltado o resto do dia. Era um funcionário do departamento de Migrações de Saltos del Guairá, que dizia que ele seria alvo de um possível atentado, recomendando que se cuidasse, sequer se aproximasse de Marina Kue e fugisse de Curuguay. Ele sabia que a advertência era séria e, em consequência, procurou um refúgio em uma comunidade de base camponesa em Caaguazú. Ignacio Vera não era qualquer nome, nem sua função, qualquer função. Ignacio Vera estava esquadrinhando os papéis de todas as terras usurpadas em Curuguay e acompanhava desde sua função as ocupações camponesas nessas terras. Por quase uma semana desapareceu do cenário de conflito. Na entrevista com ele, ainda estava com nesse estado de vigília que caracteriza o temor de uma morte iminente. Já então era agosto, e o povo de Curuguay mastigava como rumor tudo o que acontecera em Marina Kue. Era muito difícil ouvir diálogos e comentários abertos

sobre o acontecido. Recebeu-nos em uma casa de madeira, com a esposa e filhos, na frente de um tanque de água erguido sobre o caminho de terra vermelha, muito vermelha, fervorosamente vermelha. Havia amanhecido com frio e bastante umidade, mas à meia-manhã o sol aquecia o corpo com um brilho intenso. Ainda assim, Ignacio não havia tirado o sobretudo nem desabotoado a camisa fechada até o pescoço. A colega brasileira Natália Viana, jornalista da Pública, nos acompanhou. Ela conhece bastante os conflitos do campo no Brasil já que, antes de incursionar na investigação de Marinha Kue, tinha publicado um livro sobre assassinatos políticos no mundo rural no período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Um homem de 47 anos, cara bem gorda, vermelha e um nariz voluminoso, Ignacio acredita profundamente nos papéis que retira de uma enorme pasta de cor. Quer contar tudo de uma vez: a história das ocupações, as usurpações de terra do Estado, os excedentes fiscais, os conflitos latentes. Mostram-nos documentos assinados, decretos, medições de diversas ocupações em litígio entre o mundo camponês e os grandes coronéis da terra paraguaia. Conta-nos das redes quase mafiosas que dominam a posse da terra no Paraguai e nos clãs jurídicos e políticos. É uma enchente de números, sinalizações de terrenos, delimitações, decretos, titulações adulteradas. Mas, como sempre, a urgência é a urgência, e um foco invade todo o território de interesses, pedimos para manter a concentração em Marina Kue.

– Ah... *Marina Kue, Marina Kue. Eha'arō sapy'aité*<sup>244</sup> – diz, e revira um pacote de papéis. O ímpeto em suas palavras e sua certeza de que essa terra é comprovadamente do Estado me lembram os testemunhos dos ocupantes de Marina Kue. Imagino Avelino Espínola naquele momento em que dizia a todo mundo que não havia jeito de tirar de lá os ocupantes porque os Riquelmes não tinham documento algum que apresentar. Minha cabeça é barulho infernal, embora não seja recomendável, deixo de escrever e me apoio na gravação porque não há jeito de seguir a voracidade daquelas verdades cuspidas, essas verdades documentadas, constatadas, aparentemente inapeláveis em qualquer mínimo Estado de direito. Ignacio deixa de olhar por cima de seus óculos os carros que passam na frente da casa para se concentrar integralmente na história de Marina Kue, não sem antes acomodar o que o cinto aperta contra a proeminente barriga. Imagino aquele cenário da tragédia delirante enquanto Ignacio devora as palavras mostrando a nota da Armada Nacional dirigida a La Industrial Paraguuaia na qual solicita arrendamento das terras. “Aqui está, olhem, essa é a nota”. Logo após, a nota da empresa respondendo que queria doá-las ao Estado paraguaio. “Estão vendo? Aqui estão as notas”. E na sequência, para fechar enfático o capítulo, mostra-nos o documento do 5 de agosto de 1967 pelo qual

---

244. Esperem um momento.



efetivamente a La Industrial Paraguaia doa às Forças Armadas 2 mil hectares e o decreto n. 2.936 assinado por Alfredo Stroessner de anuência da doação e transferência à Armada Nacional. “O que mais, o que mais?” pergunta-se e resgata um novo papel. É uma medição de terreno praticada pela Armada em 3 de outubro de 1969, determinando uma superfície de 2,8 mil hectares; outra medição, no mesmo ano, para individualizar a finca doada de 2 mil hectares. A colega brasileira faz fotografias dos documentos, fotos de Ignacio, da casa, das aves de curral, enquanto deixa o gravador registrar a entrevista.

Seguir o ritmo frenético de Ignacio Vera, ex-candidato a deputado pelo Frente Guasú<sup>245</sup>, é quase impossível. Porta-se como se estivesse em transe de êxtase com os papéis que confirmam que aquelas terras onde mataram onze camponeses, com execução incluída, torturaram mulheres e adolescentes, e morreram seis policiais, são comprovadamente do Estado paraguaio, e que foram, em 2004, transferidas ao Indert para sua distribuição aos sem-terra. Antes de chegar a esse ponto, porém, mostra-nos outra nota da Armada Nacional de 1982 solicitando a escrituração no Notariado Maior do Governo; outra, reiterando o mesmo pedido com data 3 de agosto de 1983; outra do 19 de junho de 1992, repetindo a mesma solicitação. Por que era postergada

---

245. Concertação de partidos paraguaios de esquerda e centro-esquerda conformado em 2010 ao qual pertence atualmente o então presidente, hoje senador, Fernando Lugo. (N. T.)

a escrituração? “Por quê?” “Por quê?” Ignacio pergunta por que e aperta a cabeça. Ainda com o frio da manhã, seca o suor e como em um jogo de baralho em solitário, apresenta a nota de 1982 da Armada Nacional a Blas N. Riquelme pedindo a concessão de quatro hectares de suas terras para abrir um caminho que conduzisse à estrada principal em troca de outros hectares e Marinha Kue, mais no fundo e limítrofe com extenso território que nesse tempo já ocupava empresa Campos Morombí. Por que não era registrado o terreno de Marina Kue? Um pouco antes de o governo de Nicanor Duarte Frutos destinar, por decreto, esse terreno à reforma agrária, no dia 23 de junho de 2004, o comandante da Armada Nacional solicita novamente ao Notariado Maior do Governo que formalize o registro.

Já nesse tempo, não só Campos Morombí, também a Hacienda Paraguaya tinha estendido unilateral e discricionariamente seus limites em detrimento de Marina Kue. Não foi à toa que a segunda linha da incursão policial para desalojar os ocupantes entrara pelos portões de Hacienda Paraguaya e que dali tomara, inclusive, provisões logísticas de apoio. Para Ignacio Vera o fato de que, em 2004, já após o Estado decretar esse terreno como sujeito à reforma agrária, a escrituração a favor do Estado paraguaio parasse, respondia à expressa intenção de manipular os documentos. Lembremos que, imediatamente após o Estado declarar essas terras de interesse social para fins de reforma agrária, o advogado

de Campos Morombí, Víctor Peña Gamba, tramitou um processo por usucapião. “Há muita manipulação da máfia para adquirir essa terra judicialmente. No In-dert e outros estamentos do Estado há uma equipe, como seleção esportiva, para manipular documentos”, garante Ignacio.

## O USUCAPIÃO

Quando ao processo por usucapião promovido por Campos Morombí, é conveniente deixar claro que o suposto direito de ocupação dessas terras é estabelecido contra La Industrial Paraguaya S.A. (Lipsa). Esta, ao responder à demanda, em sua nota ao tribunal diz que não tem a ver com o processo, uma vez que já havia doado as terras ao Estado paraguaio. Em sua nota, o advogado da Lipsa, Gustavo Ruiz, expressa que a demanda não afeta diretamente seus direitos de propriedade e que “ao individualizar a área descrita na demanda, minha parte confirma sua suspeita de que a fração que a demandante pretende usucapir foi doada por Lipsa ao Estado paraguaio em 1967”. Ainda com esse esclarecimento estabelecido por La Industrial Paraguaya, e sem dar participação no processo à Procuradoria Geral da República, nem ao Indert, além de não pesquisar nada sobre o tempo de ocupação alegado por Campos Morombí, o juiz Carlos Goiburú estabeleceu como legítimo o suposto direito alegado por Campos Morombí,

mas cometeu um crasso erro: a resolução saiu com um número de terreno que não correspondia a Marina Kue. Se o juiz tivesse pesquisado alguma coisa sobre a história documental daquelas terras, teria percebido que a Armada Nacional efetivamente as ocupou assentando no lugar um destacamento militar. Teria tido a possibilidade de dispor das medições estabelecidas, ler os decretos, a nota da Armada dirigida a Riquelme pedindo hectares para transformá-los em caminho de acesso à estrada principal, ver as medições realizadas por essa instituição castrense e os reiterados pedidos ao Notariado Maior do Governo de Formalizar a propriedade. Ou seja, conseguiria estabelecer documentalmente que o tempo aludido de ocupação por parte de Campos Morombí (desde 1 de janeiro de 1970, segundo a empresa) não era verdadeiro e que essas terras eram do Estado paraguaio, ainda que por enredos burocráticos e manipulações perversas não estivessem inscritas no registro da propriedade. A ocupação dessas terras pela Armada Nacional está mais do que comprovada. De fato, o nome comum para os camponeses das comunidades vizinhas é Marina *Kue*<sup>246</sup>, uma vez que efetivamente neste lugar se instalou o Destacamento Naval Agropecuário do quilômetro 34.

O relatório de Direitos Humanos sobre o caso Marina Kue sustenta que a ocupação pelo mencionado des-

---

246. *Kue* (ou *Cue*, dependendo do sistema ortográfico) é um sufixo em guarani que indica uma qualidade/papel que um substantivo teve/desempenhou no passado; algo como a partícula *ex* do latim. Assim, *Marina Kue* significa aproximadamente “ex-Marinha” ou “onde se assentara a Marinha”. (N.T.)

tacamento “foi interrompida desde finais de 1967 até finais de 1999, sendo desocupado o terreno nessa data por problemas logísticos” (p. 49). E na mesma página conclui-se: “muitos dos camponeses que vivem na área e que tomaram parte efetiva da ocupação têm a idade suficiente para guardar na memória a posse efetivas dessas terras por parte da Armada”. Dessa usurpação da terra pública por parte da empresa de Blas N. Riquelme, já havia advertido o relatório da Comissão de Verdade e Justiça, uma comissão interinstitucional criada para investigar os atropelos cometidos pela ditadura de Alfredo Stroessner. Já nesse relatório, entregue em 2009 aos três poderes do Estado, a Comissão de Verdade e Justiça advertia que, além de outras usurpações da propriedade pública que detalharemos nas seguintes páginas, Blas Riquelme pretendia tomar posse ilegalmente de outro imóvel rural de propriedade do Estado destinado para a reforma agrária: Marina Kue. O juiz Goiburú negou o sentido comum ao definir por sentença número 97 de 21 de dezembro de 2005 que essas terras doadas por Lipsa ao Estado paraguaio passassem ao patrimônio de Campos Morombí. E seu fundamento, excluindo toda outra razão, é que essas terras pretendidas por Campos Morombí estavam, no registro de propriedade, em nome da Lipsa.

Mais um “detalhezinho”: a última tramitação, segundo registro, produziu-se no dia 22 de dezembro, um dia depois de ter sido assinada a sentença. Este “pequeno detalhe” é percebido pelos investigadores do Rela-

tório de Direitos Humanos sobre o Caso Marina Kue. “Finalmente, no dia 22 de dezembro de 2005, o tribunal dispôs acrescentar a última prova solicitada no processo (o relatório pericial para a determinação dos limites, lindes e superfícies em litígio) e retirou autos para a sentença” (p. 56). Mas os detalhezinhos não acabam aí. O juiz José Dolores Benítez, magistrado que deu a ordem de inspeção com que foi operado o despejo da ocupação camponesa em Marina Kue, é o mesmo que, em 28 de maio de 2008, rechaçou a demanda estabelecida pela Procuradoria Geral da República de nulidade da resolução de seu colega Goiburú. Também é o juiz que, um ano depois, concedeu a retificação de número de finca solicitada por Campos Morombí. Isso ocorria em 29 de junho de 2009. Pareceria ser um dado técnico menor, mas não. Segundo a maioria dos advogados consultados, e a juízo do corpo de investigadores do relatório de Direitos Humanos, esta pretensão deveria ter sido rejeitada, “dando lugar a uma nova demanda sobre um número de finca, padrão e distrito que não se correspondem com os da inscrição real do imóvel” (p. 56). Depois de o juiz José Dolores Benítez rejeitar o recurso da Procuradoria, a representação jurídica do Estado paraguaio apelou, mas abandonou o processo sem explicação aparente. No dia 10 de julho de 2008 o tribunal de apelação da circunscrição de Canindeyú fechou o litígio proposto pela Procuradoria por desistência, segundo a resolução.

## O ENREDO JURÍDICO ATUAL

As terras de Marina Kue continuam anotadas na direção geral de Registros Públicos como finca mãe número 30, com padrão número 61, em nome de La Industrial Paraguaya Sociedad Anónima. Em 5 de maio de 2008, a comissão de vizinhança Naranjaty, presidida então pelo dirigente camponês assassinado Vidal Vega, propôs ao Indert, no expediente número 1.355, a medição judicial de Marina Kue. Diante deste pedido, o 21 de agosto de 2008, o representante do Indert Carlos Peral Bordón solicitou o juízo de medição judicial diante do tribunal no Civil e Comercial do 6º Turno de Assunção. Este tribunal admitiu o processo de medição, designou um agrimensor e delegou ao tribunal de paz de Curuguaty praticar a medição. Após um ano sem nada novo no expediente, no dia 28 de maio de 2009 foi enviada a Campos Morombí a circular de medição judicial. Esta, através do advogado Juan Carlos Ávila Meza, se opôs e o tribunal ordenou a suspensão dos trâmites. O Indert apelou a medida e um tribunal composto por Carmelo



Castiglioni, Linneo Insfrán Saldívar e Fremiort Ortiz Pierpaoli declarou deserto o recurso por uma suposta falta de fundamentação.

## ATUALMENTE

No dia 1º de dezembro de 2009, o procurador geral da República José Enrique García propôs a demanda de nulidade da sentença ditada no 2005 pelo juiz Carlos Goiburú, argumentando não ter sido parte daquele processo. Nessa ação, campos Morombí argumentou que a Procuradoria Geral da República não era parte envolvida. Lipsa simplesmente aceitou a demanda. Em sua apresentação, novamente apontou para o fato de que o terreno em disputa foi doado ao Estado paraguaio. Campos Morombí continuou sustentando que o Estado paraguaio não tinha arte nem parte na história enquanto o terreno é um bem de domínio privado, inscrito no registro público a nome de Lipsa. Em 6 de maio de 2011, Campos Morombí sofreu seu primeiro baque judiciário ter sua formulação rejeitada pelo tribunal. Mas no dia 30 de março de 2012, dois meses e meio antes do massacre, o tribunal de Apelação no Civil e Comercial, Segunda Sala, revogou a sentença (A.I. n.532) de 6 de maio e impôs ao Estado o pagamento dos gastos judi-

ciários. Após o massacre, no dia 17 de julho de 2012, a Procuradoria Geral da República apelou diante da sala civil da Corte Suprema de Justiça. Também o Indert tramitou um recurso de nulidade que ainda está pendente de decisão.

## CAMPOS MOROMBÍ

As manobras de Blas N. Riquelme e seu grupo empresarial Campos Morombí de tomar posse de terras públicas sem ser sujeitos de reforma agrária são muitas e algumas merecem menção especial. Embora tenha edificado a base de sua fortuna durante o regime de Alfredo Stroessner, quando a ditadura caiu, em 1989, Blas N. Riquelme, falecido no dia 2 de setembro de 2012, ampliou enormemente seus negócios. Aliado principal de Andrés Rodríguez, chefe do Exército que derrocara Stroessner, com acordos com a embaixada norte-americana e um setor do Partido Colorado denominado tradicionalista, conseguiu com manobras bem simples acrescentar mais terras do Estado ao seu acervo e, sem processo algum, usurpou Marina Kue. Cresceu ao amparo dessas formas de enriquecimento com o Estado a seus pés. Durante a denominada *transição*<sup>247</sup>, com ele foi institucionalizada no jargão político paraguaio a *política de carteira* (à base de dinheiro). Com essa políti-

---

247. Período posterior à ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). (N. T.)

ca, ele foi o primeiro candidato do Partido Colorado à Assembleia Nacional Constituinte de 1991, cenário para o qual a ANR prometeu 250 mil postos de trabalho. Nessa oportunidade, o Partido Colorado conseguiu ocupar 60% de postos nas bancadas e dominou amplamente a primeira Assembleia Nacional depois da queda da ditadura. Como bem descreve o relatório da Comissão de Verdade e Justiça, para organizar o seu feudo territorial, o empresário instalou no dia 26 de dezembro de 1969 a empresa “Campos Morombí S.A.C. y Agropecuaria”, mediante escritura pública n. 38, diante do escrivão público Justo Germán Denis. Nessa escritura aparecem como seus acionistas Blas N. Riquelme, Alfonso Capurro, Juan Bautista Riquelme, Santiago Carrillo, Higinia de Riquelme, Rodolfo Scolari, Carlos Santacruz, Francisco Reinaldo Poletti e Reinaldo Cástulo Giménez.

Em sua primeira grande conquista territorial, por escritura pública n. 675 de 31 de dezembro de 1969, diante do notário público Ramón Zubizarreta Recalde, Blas N. Riquelme adquiriu para a sociedade Campos Morombí S.A.C. e Agropecuária 50 mil hectares de La Industrial Paraguaya S.A.<sup>248</sup>, identificada como finca n. 1.352 do distrito de Hernandarias. Com esse território de um dos maiores latifúndios encravados depois da Guerra Gran-

---

248. Logo após a Guerra Grande, La Industrial Paraguaya S.A. comprou do Estado 2.647.727 hectares de terra, das quais ao redor de 800 mil eram plantações naturais de erva mate. Um dos acionista desta empresa foi o presidente do pós-guerra Bernardino Caballero, reivindicado como pai do Partido Colorado. Pouco depois, porém, a maioria acionária passou para uma companhia britânica que comprara, além de tudo, o trem ferroviário construído pelo Estado durante o governo de Carlos A. López.

de, Blas N. Riquelme iniciou um império econômico que irá avançando irremediavelmente para outras áreas como Marina Kue. Vejamos, porém, algumas dessas manobras, antes de completar o círculo enganoso que o levou a explorar um terreno do Estado até conseguir seis ordens de despejos disfarçadas de ordens de inspeção. Apelemos de novo à brilhante tarefa documental realizada pela Comissão de Verdade e Justiça, encarregada nesta sessão de propriedades de origem ilícita ao advogado agrarista Alberto Alderete, o qual nos disse que em 6 de novembro de 1974 Carlo José Santacruz, membro do diretório de Campos Morombí S.A.C.A., adquiriu do IBR (Instituto de Bem-Estar Rural, atual Indert) uma superfície de 1.155 hectares, 7.832 m<sup>2</sup>, segundo título n. 82.208, finca n. 259 do distrito de Curuguaty. Carlos J. Santacruz, por sua vez, transferiu o imóvel no dia 13 de maio de 1975 em nome de Blas Riquelme, cinco meses depois de sua aquisição, de acordo com a resolução do IBR n. 550 do 23 de abril de 1975. Na data anterior, 6 de novembro de 1974, Rodolfo Scolari, também membro do diretório de Campos Morombí S.A.C.A., adquiriu do IBR uma superfície de 1.175 hectares, 138 m<sup>2</sup>, de acordo com o título n. 82.209, finca n. 258 do distrito de Curuguaty. Este, por sua vez, cinco meses depois de sua aquisição, transpassou o imóvel a Blas N. Riquelme, segundo a resolução do IBR n. 550, de 23 de abril de 1975.

Ambas adjudicações foram realizadas pelo IBR no dia 6 de novembro de 1974 e foram, novamente, trans-

feridas a Blas N. Riquelme também na mesma data: 23 de abril de 1975. Nesse documento, a Comissão de Verdade e Justiça lembra que a lei vigente na época dessas adjudicações era a n. 854/63. Esta lei, em seu artigo 15, estabelecia que não poderiam ser beneficiários do Estatuto Agrário os proprietários de terras rurais com mais de 50 hectares. Para a Comissão de Verdade e Justiça, composta como órgão oficial de investigação dos abusos cometidos pela ditadura stroessnista, conclui-se que é evidente que os homens referidos como Rodolfo Scolari e Carlos Santacruz (sócios comerciais de Blas Riquelme) adquiriram os imóveis em questão para poder transferi-los novamente a Riquelme, que não podia ser beneficiário dessas terras por impedimentos estabelecidos na lei de referência. Este mesmo impedimento regia para Rodolfo Scolari e Carlos Santacruz por também serem eles proprietários de terras na empresa Campos Morombí S.A.C.A. E que, com base nessas considerações de fato e de direito, conclui-se que as adjudicações feitas por IBR e os respectivos títulos de propriedade “são nulos de nulidade insanável. Assim devem ser declarados pelo juiz para que seguidamente os imóveis voltem ao domínio do Estado”.

## A PREOCUPAÇÃO DE TUMA

O deputado Oscar Tuma liderou o libelo acusatório para a destituição do presidente Fernando Lugo, ocorrida uma semana após o massacre. Este deputado, que depois de assumir a bancada pelo Unace<sup>249</sup> voltou para o Partido Colorado na época em que começava a ser prevista a candidatura presidencial de Horacio Cartes, solicitou em 2 de janeiro de 2012 ao então presidente da Comissão Permanente do Congresso Nacional, Efraín Alegre, que essa instituição aprovasse uma declaração instando à Polícia Nacional pôr a disposição suas forças para desalojar os ocupantes de Marina Kue. Na nota, o deputado Tuma expressava a preocupação pela possibilidade de que os camponeses desmatassem o território declarado por Campos Morombí como reserva natural privada. Dizia então que a promotoria era “um dos poucos órgãos que se encontram atuando para erradicar o corte de árvores e o desaparecimento de animais silvestres”. Atualmente, a

---

249. União Nacional de Cidadãos Éticos, partido conservador de direita fundado pelo popular militar Lino Oviedo. (N. T.)



reserva natural privada, reconhecida como tal por decreto n. 14.910 de 2011, “encontra-se invadida e foram frustrados dois procedimentos com ordem da Promotoria para a detenção dos delinquentes invasores. E em ambas oportunidades, os procedimentos foram frustrados por relatórios da Polícia Nacional de que não conta com suficientes funcionários”.

Desde que Campos Morombí usurpou a área, grande parte deste território de bosques de Marina Kue desapareceu em favor da plantação de sementes transgênicas. E ainda mais, a data da declaração de reserva natural privada, por decreto n. 14.910, de 8 de outubro de 2001, Marina Kue não formava parte dos mais de 20 mil hectares da suposta reserva, declarada como tal para evitar o pagamento de impostos sobre a exploração latifundista. O presidente da Comissão Permanente do Congresso Nacional, Efraín Alegre, ex-candidato à presidência da República pelo Partido Liberal Radical Autêntico, assinou uma nota solicitando ao Ministério do Interior, dirigido então por Carlos Filizzola, dar cumprimento ao procedimento de investigação encabeçada por Ninfa Aguilar. Estamos falando da última operação antes do massacre, janeiro de 2012, como a qual foram desalojados mais de seiscentas pessoas do lugar. Esta operação provocou uma reação que cercou por um mês a promotoria de Curuguay que novamente imputava várias pessoas por perturbação da paz pública e incitação à violência. Oscar Tuma foi o candidato oficial de Horacio Cartes à deputação em Assunção.

## NINFA AGUILAR

Quanto à promotora Ninfa Aguilar, a libertação no segundo dia de detenção do principal suspeito do assassinato de Mariano Jara, cometido em 26 de novembro de 2010, na comunidade de Santa Catalina, Yasy Cañy, marca um expediente de peso. O assassinato de Mariano Jara leva o signo inapelável da máfia. Um homem moreno, robusto, em uma moto, aproximou-se da casa e atirou à queima-roupa. Três pessoas viram o homem, entre elas a esposa de Mariano, Vitória Maylin de Jara, e reconheceram como suposto autor dos disparos o brasileiro Luis Carlos Faustinho, pego na mesma noite pela reação imediata dos vizinhos da comunidade, que se lançaram em perseguição junto com um policial de Curuguaty. No outro dia, sem a declaração das três pessoas que poderiam ter identificado o suspeito, a procuradora Ninfa Aguilar o liberou. Mariano Jara era o líder da comunidade de Santa Catalina. Esta comunidade tinha conseguido estender o território agrícola familiar em um latifúndio de 5 mil hectares até transformá-lo em um assentamento modelo

onde estava instalado o Instituto Agroecológico Latino-Americano (Iala Guarani). Embora Ninfa Aguilar seja a responsável institucional da rápida liberação do único suspeito da morte de Marino Jara, Belarmino Balbuena, dirigente do Movimento Campesino Paraguaio, do qual formava parte Mariano Jara, garante que uma enorme pressão para a rápida liberdade foi exercida por Julio Colmán e Juan Pío Ramírez, dois políticos colorados de peso em Curuguaty.

Uma pessoa muito próxima a Jara reconhece que o pano de fundo principal foram as eleições municipais recentes nas quais as comunidades de Santa Catalina votaram no candidato liberal, contrário à ANR (Partido Colorado). Na tragédia de Marina Kue morreram os ocupantes daquelas terras Avelino Espínola, Fermín Paredes, De los Santos Agüero, Luis Paredes, Adolfo Castro, Luciano Ortega, Arnaldo Ruiz Díaz, Ricardo Frutos Jara, Delfín Duarte, Francisco Ayala, Andrés Riveros. Outras 63 pessoas foram indiciadas com base em listas com os nomes de ocupantes encontradas no acampamento, das quais uma delas está em prisão preventiva e outra dúzia com prisão domiciliar, acusada em genericamente de associação criminosa, invasão de imóvel e homicídio doloso qualificado, entre eles uma adolescente grávida e o irmão menor de Luciano Barrios.

A promotora Ninfa Aguilar se retirou do processo deixando na liderança da acusação o promotor Jalili Rachid, filho de Bader Rachid Lichi, amigo de Blas N.

Riquelme, também beneficiário de terras públicas e ex-presidente, como Riquelme, do Partido Colorado. A promotoria fechou o caso atribuindo suposta responsabilidade aos ocupantes, tomando como verdadeiras somente as versões dos policiais. Estes afirmam ter entrado em Marina Kue no intuito de diálogo, mas que foram recebidos à bala. Segundo o testemunho de alguns deles, Erven Lovera foi o primeiro a cair. Entre as evidências contam quatro espingardas não percutidas encontradas no lugar e os *mboka ñuha* (estilingues ou caça-bobos, segundo a polícia) que os ocupantes usavam para caçar bichos no bosque de Marina Kue.

Assunção, 11 de fevereiro de 2013.



## POST SCRIPTUM

1) Em 3 de fevereiro de 2013, 24 anos depois do golpe que derrubou o regime de Alfredo Stroessner, morreu Lino César Oviedo, mão direita de Andrés Rodríguez durante a ditadura e herdeiro deste, durante a transição, na direção do Exército paraguaio, que “controlava” o comércio de mercadorias que entravam e saíam do território, incluídos o tráfico de armas e o narcotráfico. O helicóptero que o levava para um evento partidário despedaçou-se no ar, assim como os corpos dos tripulantes.

2) Horacio Cartes, suspeito de ser o mais importante lavador de dinheiro proveniente do narcotráfico, foi eleito presidente nas eleições de abril de 2013. Ele também é apontado como principal articulador de forças parlamentárias para a rápida destituição de Fernando Lugo por meio de um processo que começou na Câmara dos Deputados em 21 de junho e terminou no dia seguinte, no Senado, com sentença preestabelecida.

3) O presidente uruguaio José Mujica, em seu programa radial “hable el presidente” de 5 de julho de 2012, comentou que “sobram versões para todas partes que este setor instigador do *coloradismo* paraguaio está muito ligado ao fenômeno do narcotráfico e a muitíssimos episódios dolorosos da história recente do Paraguai”, sendo este setor a quem no jargão jornalístico “o chamam *narco-coloradismo*”.

4) Durante sua destituição, o presidente Fernando Lugo disse que saía “pelas grandes portas do coração”, deixando 20 mil pessoas nas praças do centro da capital boquiabertas sem saber o que fazer diante da formalização institucional do golpe sicário.

5) Entre as primeiras medidas que foram tomadas por Federico Franco como presidente sobressaem:

A habilitação das negociações com a canadense Rio Tinto, interessada em absorver com subsídio estatal 17% de toda a energia produzida no país para a produção de alumínio, cujo principal destino será o mercado industrial de São Paulo. O contrato de cessão exclusiva de excedente de Itaipu ao Brasil termina em 2023.

A habilitação da semente de algodão transgênico produzida pela transnacional norte-americana Monsanto.

A concessão à transnacional Dahava Petróleos para a exploração e exportação de petróleo no Chaco, lugar que fora cenário de uma guerra entre Bolívia e Paraguai

(1932-1935) impulsionada principalmente pela também petroleira norte-americana Stándard Oil.

6) Este livro fica aberto. Rubén Villalba foi condenado a sete anos de prisão pelo caso Pindo e preveem-se novas mobilizações para exigir a liberação dos presos políticos. Teodosa Vidallet, minha mãe, de 82 anos, desterrada como meu pai pela guerra civil de 1947 e que esperara a sua vida toda ver um liberal na presidência, está muito angustiada pelo aumento, possivelmente fugaz, “do contrabando”.





## EPÍLOGO

○ sábado de hoje é úmido e vaporoso. Um calor pesado, embora pouco intenso. “Ameaço”, chamam chamam no campo paraguaio. A tarde vai se distanciando do meio-dia. A essas horas em Pindo ou em Ybypytyá, recolhem-se os lugarejos depois do almoço em alguma sesta silenciosa. Em Yegros e 21, Assunção, porém, a terra ficou comprimida pelo asfalto, embora as plantas de um verde intenso, sublevam-se por todo canto. Uma longa fila de quiosques e vendas pode ser vista até as narizes de Tacumbú<sup>250</sup>.

– *Mbae’ëiko oja póta nderehe mil’i o dos mil’i, che kape* – <sup>251</sup> ressoa como murmulho geral entre as sombras da cidade, com as urgências da miséria e do crack. Na memória ressoa: “Se essa prisão continua desse jeito, todo preso é um preso político”.

– *Che aikuaa Rubén Villalba-pe, che kape. Che rogueraháta hendápe* – <sup>252</sup> arrisca um jovem, não mais de

250. Uma das principais penitenciárias de Assunção, situada no bairro do mesmo nome. (N. T.)

251. Se você me der mil ou dois mil guaranis, não vai lhe prejudicar.

252. Eu conheço Rubén Villalba. Eu te levo até ele.

vinte anos, com um boné, bermuda larga, chinelos e uma camiseta surrada. “*Che aikuaa*”<sup>253</sup> diz outro, “*che, che rogueraháta hendápe, che, che*”,<sup>254</sup> agitam-se todos.

A alguns metros, Rubén sai de um quartinho, com short, camiseta e tênis, abortando, ainda bem, o labirinto de celas e pavilhões. Na habitação, um rosário de cruzeiros e bolinhas marrons penduradas na parede. Na mesinha de madeira, revestida com pulcritude, destaca-se um livro de Richard Alan White: *A primeira revolução popular da América (Paraguai, 1810-1840)*. Na frente da cama, um banheiro estreito, limpo. Um penetrante cheiro de guiso<sup>255</sup> sem origem conhecida aguça o apetite. Os raios do sol filtrados pelo quarto, ainda suavizados por nuvens densas, deixam sem chance a pobre luz de uma pequena lâmpada tubular de luz fria.

Rubén oferece um *tereré*. Sentado em um colchão de espuma, de funda branca, esfrega as suavemente as mãos, olhando um ponto vago. De sua vista desapareceram o Mbarakaju, a policromia crepuscular e a claridade projetada no bosque, a pastagem e suas trilhas.

No dia 12 de fevereiro de 2015, Rubén foi sentenciado a sete anos pelo caso Pindo. O tribunal, integrado por Ramón Trinidad Zelaya, Samuel Silvero e Arminda Alfonso, assinou a pena pelos cargos de coação, coação grave e privação de liberdade. Ressuscitaram o caso de

---

253. Eu sei.

254. Eu, eu te levo, eu, eu, eu...

255. Espécie de risoto de arroz ou macarrão com carne. (N. T.)

Rubén e os seus companheiros conseguiram, depois de 58 dias de greve de fome, o regime de prisão domiciliar pelo caso Curuguay. Antes de pisar completamente Curuguay, o devolveram à prisão. O processo, como todo o processo judiciário pelo massacre, teve sustento na sentença prévia aos que disputam a terra para a agricultura familiar. O tribunal de sentença descartaria todas as testemunhas de defesa. “*Opuka ha oñembohory orerehe. Oñembohory háicha ñande puebloré. Upéicha. Upéicha*”<sup>256</sup>, assume Rubén, grave, compungido.

Nada serviria do que dissessem ou sustivessem os advogados de defesa, suas testemunhas ou as contradições das testemunhas da acusação, ou mesmo a improcedência de incluir “provas e testemunhas” fora dos prazos processuais previstos no Código.

Já sozinho em Tacumbú – sem os companheiros de ocupação – é possível sentir Rubén Villalba resignado a uma longa prisão. Já está pensando até mesmo em garantir um quartinho, alugado por 200 mil guaranis mensais, por muito tempo. “*Are apytáta che ko’ápe. Ha’ekuéra oguerékoma orden ñane ñapytî haguã. La terrateniente oguereko estrategia. Ha ñande, como pueblo, como clase desposeída, ndajaguerekói*”<sup>257</sup> afirma repentinamente, como em solilóquio, sem intenção de convencer. Seu olhar extravia-se talvez nos enredos de sua poderosa

256. Riem e zombam de nós. Do mesmo jeito que zombam do nosso povo. É assim, é assim.

257. Vou ficar aqui muito tempo. Eles já têm ordens para nos deixar na prisão. Os coronéis têm uma estratégia. E nós, como povo, como classe sem posses, não temos.

memória. Invade o ambiente um clima de tristeza sem alarde; uma tristeza de lágrimas ressequidas.

Desde o massacre de Curuguaty e o golpe parlamentar de junho de 2012, no Paraguai avançou um plano de acumulação sem contemplações, sem contenção, sem cuidados. A produção de grãos transgênicos cobre 3,25 milhões de hectares na Região Oriental. No primeiro ano após o golpe, houve um desflorestamento de 14 mil hectares. Dos 11 milhões de hectares de bosque durante os anos 1950, restaram apenas 1 milhão, a metade nas reservas. O ingresso das sementes transgênicas em 1999, com habilitação legal em 2000, acelerou o desmatamento e a concentração de terra em muito poucas mãos.

O Chaco, para onde foi grande parte das fazendas de criação de gado, sofreu, em 2013, o desmatamento do planeta. No entanto, a Monsanto ensaia uma nova variedade de sementes transgênicas nesses territórios.

Antes secar os olhos inflamados, Rubén levanta repentinamente. Convida para o almoço: um guiso de arroz com ossobuco. Relaxa-se o ar de tristeza. Ao redor ouve-se um *purahéi jahé'o*<sup>258</sup> e o sol esquenta com prognóstico de tempestade.

Na mesa, ainda com um osso na boca, Rubén se pergunta: “Se Marina Kue foi um golpe brutal no coração da luta camponesa, por que não é reocupada? *Mba'ère*,

---

258. Tipo de polca paraguaia – gênero musical característico – que significa literalmente choro cantado ou canção de choro. (N.T.)

*mba'ére?*"<sup>259</sup>. Os governos posteriores ao golpe de junho de 2012 assumiram verbalmente que as terras de Marina Kue são públicas. Mas sem "coragem e sem formação política este é nosso futuro: a prisão", sentencia Rubén. Depois de uma drástica determinação, seus olhos se iluminam. Reaparece nele, ainda que encobertamente, o ar épico que o caracterizara durante a ocupação de Marina Kue e seu posterior refúgio no Mbarakaju, em uma fábrica de carvão. "*Hetáma oñembohory hikuái ñande rehe. Ndaikatuvéima péicha jaikove*"<sup>260</sup>, decifra. Depois desta reflexão, repetida em suas arengas durante a ocupação de Marinha Kue, Rubén se convoca ao silêncio. De vez em quando passeia os dedos pelo canto direito da cabeça. Custa-lhe manter a concentração por muito tempo em uma ideia e faz muito esforço para enfocar a visão em objetos próximos. Não pode ler nem escrever como desejara. Precisa de ar, luz, espaço. Precisa perder o olhar no horizonte.

Está só, é possível sentir a sua solidão. A maioria das pessoas, na prisão, está "drogada", assume. Nos pavilhões custa muito mais sobreviver. Por isso aferra-se ao quartinho que as irmãs cristãs conseguiram para ele pela mensalidade de 200 mil guaranis.

Tem dias em que ouve um barulho interno. Esse barulho pelo qual deixou sua última greve de fome, iniciada doze dias depois da anterior, quando voltou

---

259. Por quê, por quê?

260. Eles já zombaram muito de nós. Não podemos continuar vivendo assim.

para a prisão. Nesse transe sentiu que o barulho tomou posse dele. Que o atordoariam para sempre este barulho e um calafrio permanente no braço e no torço do hemisfério direito.

Rubén nunca teve atenção especializada pela ferida que produziu em sua cabeça a bala de um fuzil durante o massacre. Também os cuidados posteriores por tantos dias de greve de fome e a frustração brutal da liberdade que tinha conseguido.

Gente pouco importante para governos apressada em endividar o país com bancos de Nova York e privatizar tudo quanto pode. Rubén não teve atenção especializada de saúde, também não a tiveram seus companheiros na prisão, nem os milhares de presos amontoados em Tacumbú, nem as pessoas pobres deste país.

No governo de Horacio Cartes estão apressados em vender empresas públicas ou privatizar serviços públicos, explorar todo recurso natural, ganhar e acumular como uma criança diante de guloseimas. Enfim, uma nova onda liberal, com tendência narcofascista, apoderou-se do país. E já é sabido que para esta onda civilizatória o povo é, no melhor dos casos, cliente ou consumidor.

Deste silêncio prolongado e sereno recria-se o olhar como um claro sorriso no rosto de Rubén: “*Che ra’y ocumplitama tres años*”,<sup>261</sup> diz. Durante a ocupação nos braços de Raquel Villalba, tinha seis meses. Mamava

---

261. Meu filho vai fazer três anos.

sem reparo. Os filhos podem ser a imagem precisa do passo dos tempos e a razão desta prosa urgente.

“*Marina Cue, pueblo mbá’e*”<sup>262</sup> retumba na memória das marchas, festivais e a greve geral de março de 2014. Este ano, uma extraordinária resistência de bases – sobretudo da Federação Nacional Camponesa (FNC) –, contra as fumigações ilegais e indiscriminadas de plantações de soja recriava um cenário de consternação. Outro tanto, embora como menos convicção, ocorria em áreas urbanas pelo aumento do preço da passagem no transporte público (de 2 mil para 2,4 mil guaranis). Nos primeiros dias de fevereiro desse ano, a longa marcha de Paraguay Pyahurã (braço político do FNC), somava esperanças para a confrontação contra o saque de nossas terras e nossas forças. A história é, ainda que no pior momento de um povo, um ponto móvel. Para movimentá-la, reafirma Rubén, é preciso coragem. Coragem, coragem, coragem.

O guiso, com cominho, é saboroso. O tereré posterior, melhor ainda. É hora da partida. Lá encima nuvens escuras invadem o olhar desde o poente. “Poente na mente”, afirma para si. O que dizer? Quais caminhos andar? Um aperto de mãos melhor: um abraço acabara com a efêmera segurança viril, aparentemente necessária para atravessar os corredores da penitenciária.

– *Nandi vera, che kape, nandi vera. Hendy avei chendive*<sup>263</sup>.

262. Marina Cue é do povo.

263. Não tenho nada, amigo, não tenho nada. As coisas também estão ruins para mim.



Atrás fica, uma vez mais, uma veia aberta de nossa história. A chuva ainda na fuligem e o estresse urbanos, pode ser bonança. E, em ocasiões, o charco da esperança. Assunção, sábado 21 de fevereiro de 2015.

## SOBRE O AUTOR

**JULIO BENEGAS VIDALLET** é jornalista e exerce a profissão desde 1993. Em 2002 publicou seu livro de relatos *Téreré en la plaza*. Em 2004 prosseguiu com *Soledad, una novela corta*. Coautor de *Anales urbanos* (2007) e *Razones de la caída del Partido Colorado* (2008). Em 2009 publicou o livro jornalístico *La vida y la bronca*. Foi secretário-geral, por duas gestões, do Sindicato dos Jornalistas do Paraguai.

Em 2001 ganhou o prêmio internacional Lorenzo Natalí, da Federação Internacional de Jornalistas da Comissão Europeia, por seus escritos “Serviço militar em terapia intensiva”, no diário *ABC Color*.



“A publicação deste livro no Brasil tem por objetivo tornar conhecida a luta dos camponeses e do povo paraguaio. Visa, ainda, denunciar o massacre e o golpe. Despertar a solidariedade de nosso país com a luta camponesa paraguaia. E colaborar com o povo paraguaio, para que vença as forças reacionárias”.

*João Pedro Stedile*, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)